

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Fernanda Soares Cardozo

**“Protestar não é delito”. A criminalização dos movimentos sociais na
Argentina contemporânea- o caso do movimento piquetero (1997-2007)**

Porto Alegre
Setembro de 2008

Fernanda Soares Cardozo

“Protestar não é delito”. A criminalização dos movimentos sociais na Argentina contemporânea- o caso do movimento piquetero (1997-2007)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dra Claudia Wasserman

Porto Alegre
Setembro de 2008

Fernanda Soares Cardozo

“Protestar não é delito”. A criminalização dos movimentos sociais na Argentina contemporânea- o caso do movimento piquetero (1997-2007)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Banca examinadora

Prof^a. Dra. em História Cláudia Wasserman (orientadora)

Prof^a. Dra. em História Política Carla Brandalise (UFRGS)

Prof^a. Dr. em Sociologia Política Carlos Gadea (Unisinos)

Prof. Dr. em História José Pedro Cabrera Cabral(UFT)

Porto Alegre, 29 de setembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de um processo de longuíssima duração: acadêmico, afetivo, relacional, de aprendizagem, de rupturas e continuidades. Mas principalmente, de muito apoio. A colaboração das pessoas abaixo citadas ou subentendidas está impressa junto à cada frase, à cada reflexão que compõe este final feliz chamado “conclusão do mestrado”.

O agradecimento principal é a meus pais, Francisco e Neida, que sempre me amaram incondicionalmente e me deram o apoio necessário para sempre ir adiante em minhas sempre pouco auto-sustentáveis escolhas profissionais. Mais do que isso: me levaram pela primeira vez ao país estudado. Foi na primeira travessia da aduana de Paso de los Libres que tudo começou.

Minha queridíssima tia Nara e amada prima Lunara foram minhas livreiras na Argentina. Diversas vezes às importunei com o pedido de livros esgotados ou à venda somente em lugares distantes, e elas sempre os conseguiram, trazendo junto alfajores Havanna e *dulces de leche*.

Todos meus familiares, sem exceção, me nutriram ao longo desses dois anos com diferentes formas de carinho, apoio e compreensão. Tios, tias, avô, primas e primos: é chegada a hora de pagar as visitas sempre adiadas, e cobrar os churrascos prometidos.

Nas origens do meu amor pela História se encontra a professora Daisy Rocha, que na 5ª série do ensino fundamental me apresentou as bases do que até hoje é o que se pode conceituar como minha “visão de mundo”. É nela que me inspiro ao delinear o modelo de professora que eu quero ser.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) percorri dois caminhos, ambos muito importantes para mim: as faculdades de Jornalismo e História. Agradeço imensamente a meus professores por tudo que me ensinaram. Aos meus colegas desses dois cursos, apenas posso expressar a alegria de termos nos cruzado pelos descaminhos dessa vida e a troca de idéias que é uma das grandes maravilhas dessa vida. Vocês são meus irmãos e irmãs de coração.

Temporalmente, essa dissertação começou a existir em meados 2005. Tive um “fado padrinho” chamado Cristiano Christillino, que pacientemente me ensinou como se fazia um projeto e me incentivou a postular-me à carreira acadêmica, e segue me

ajudando até hoje. Também a ajuda dos meus amigos Carol, Tiago e Tani foi imprescindível: pegaram inúmeros livros na biblioteca da UNIFRA (em Santa Maria) para que eu escrevesse o projeto.

Diversas pessoas se preocuparam em indicar-me textos, encaminharem e-mails e sites, conseguir contatos, emprestar documentários, xerocar-me livros, explicar coisas difíceis de entender, traduzir palavras e expressões idiomáticas, debater questões teóricas e práticas e corrigir meus erros de português e atenção. A todas elas, mais uma vez, obrigada y gracias.

A todos meus amigos do eixo Alegrete - Santa Maria - Porto Alegre - Novo Hamburgo - Argentina que agüentaram meu (contumaz?) mau humor nos momentos de stress pré, durante e pós-mestrado, telefonemas lacrimosos, recusas de ajuda, falta de atenção e longas lamúrias no MSN só posso dizer: muito muito obrigada, desculpem pela chatice, e vamos recuperar o tempo perdido.

Na UFRGS conheci pessoas que mais do que colegas, foram o lastre sobre o qual coletivamente tentávamos não esmorecer, mesmo nos momentos onde tudo parecia perdido (e isso a partir de certa etapa, ocorria diuturnamente). O sofrimento compartilhado dói menos: obrigadíssima com Marquito, Frederico, Cássia, Mariana e Carla.

Junto com a mudança para a Capital, veio “de brinde” a presença de três amigas que já me acompanhavam ao longo de outros carnavais: Thiele, Litiane e Maira. Quando estive sem-teto, duas pessoas me acolheram: Guilene e minha prima Aline.

À minha orientadora, Claudia, agradeço imensamente a gentileza com que me atendeu desde o primeiro contato, pelas sugestões sempre brilhantes, pela leitura cuidadosa de meu texto e pelos empurrões mais do que necessários para que este trabalho chegasse ao fim.

Dedico essa dissertação a meus alunos adultos que, na mesma semana em que concluí o mestrado, recebiam seu diploma de ensino fundamental. As dificuldades pelas quais eles passaram para estudar não se comparam com as minhas. Eles me ensinaram muito mais do que eu a eles. A eles agradeço um enorme aprendizado de vida.

"Yo nunca pedí lo que vos me diste
pero bueno yo aprendí lo que me diste
vos nunca pediste lo que yo te di
y esta bien así para mi"

Martin Buscaglia

“Con el código penal en la mano hay que hacerles sentir la autoridad a quienes se están equivocando el camino”
(Anibal Fernández, Ministro do Interior, 2002)

“Actuamos porque esa gente iba dispuesta a combatir. Nos dimos cuenta por sus cánticos”.
(Comissário Aflfredo Fanchiotti, junho 2002)

"En Argentina no fracasó el capitalismo, lo que fracasa es el gobierno".
"Las calles de Buenos Aires están tomadas por los marxistas y por la delincuencia".
(Carlos Menem, junho 2002)

RESUMO

Esta dissertação buscou desenvolver uma análise dos diversos significados construídos sobre a ação dos movimentos piqueteros na Argentina, no período de 1997 a 2007, assim como das interfaces e relações entre estes movimentos e a ação dos governos que foram estabelecidos durante o período proposto. A principal tese desenvolvida neste trabalho foi a de que a atuação do governo argentino, legitimada e apoiada pelos meios de comunicação do país, criou um contexto de criminalização dos movimentos sociais, em especial o movimento piquetero. Para tanto, utilizaram-se dois eixos principais de análise: as diferentes nuances que a repressão assumiu durante esses governos, assim como as importantes relações que se estabelecem entre o movimento piquetero e o peronismo; a avaliação de políticas como a elaboração de uma legislação específica que enquadrasse os atos de protesto como delitivos e regulasse o acesso e utilização dos locais públicos e a criação de uma polícia especialmente treinada para atuar junto aos piqueteros, considerando seus efeitos de acirramento ou diminuição dos conflitos. Deste modo, desenvolveu-se uma análise da literatura referente a movimentos sociais e sua criminalização, buscado situar teoricamente o movimento piquetero e, a seguir, a análise das formas através das quais este movimento foi criminalizado e reprimido numa Argentina onde a força policial e práticas de coerção judicial fazem-se bastante presentes.

Palavras-chave: Piqueteros, movimentos sociais, criminalização.

ABSTRACT

This dissertation has sought to develop an analysis of the various significations built over the action of “piquetero’s” movement in Argentina, between 1997 and 2007, as well as the interfaces and relations between these movements and the actions carried out by the different governments during the proposed period of time. The main thesis developed in this work was that the acting of the Argentinean government, legitimated and supported by the communication media of the country, created a context of criminalization of the social movements, especially the “piquetero” movement. Aiming that, it has been used two mains axis of analysis: the different faces that the repression assumed during these governments, as well as the relevant relations that are established between the piquetero movement and the peronism; and the examination of policies like the elaboration of an specific body of laws that would regulate the access and utilization of public places and the creation of a police force specially trained to act along with piqueteros, considering the incitement and decreasing effects of the conflict.

Key-words: Piqueteros, social movements, criminalization.

Lista de abreviações

APDH - Asamblea Permanente por los Derechos Humanos
BdP- Barrios de Pie
BPN- Bloque Piquetero Nacional
CCC - Corriente Classista y Combativa
CELS - Centro de Estudios Sociales y Legales
CGT - Confederación General del Trabajo
CTA - Central de los Trabajadores Argentinos
CTDAV- Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón
CORREPI - Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional
FTV - Federación Tierra y Vivienda
Futrade(yo)- Frente Único de Trabajadores Desocupados y Ocupados
MIJD- Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados
MTL- Movimiento Territorial de Libertación
MTR- Movimiento Teresa Rodríguez
MUP 20- Movimiento de Unidad Popular 20 de Diciembre
NMS- Novos movimentos sociais
PJ- Partido Justicialista
PJJH - Planes Jefe y Jefa de Hogar
PO- Partido Obrero
SIDE- Secretaria de Inteligencia del Estado

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1. Crise econômica e desemprego em massa.....	30
Pobres, novos pobres e suas identidades.....	39
Um novo ciclo de protestos.....	43
Capítulo 2. O movimento piquetero.....	52
Os novos movimentos sociais.....	61
Movimento piquetero e peronismo.....	67
Capítulo 3. A criminalização dos movimentos sociais.....	71
A repressão policial aos movimentos sociais.....	74
A judicialização dos protestos.....	76
Os meios de comunicação.....	78
Con el código penal em la mano: presidentes e suas políticas frente ao protesto	84
Carlos Menem (julho de 1999- dezembro de 1999)	84
Fernando De la Rúa (dezembro de 1999- dezembro de 2001)....	86
Eduardo Duhalde (janeiro de 2002 - maio 2003).....	89
Nestor Kirchner (maio de 2003 - dezembro de 2007).....	95
O controle do espaço público: a proibição de acesso à Praça de Maio.....	99
Como o movimento piquetero reagiu frente à criminalização.....	103
Propostas dos organismos de direitos humanos e dos movimentos sociais.....	112
Conclusão.....	115
Fontes.....	119
Referências	121
Anexos.....	129
Anexo A – mapa da República Argentina.....	130

Introdução

Em dezembro de 2001, o mundo assistiu através da televisão a uma Argentina em guerra: no centro de Buenos Aires e em diversos outros locais do país, a população se enfrentava com a polícia e derrubava um presidente. Embora borradas pelo gás lacrimogêneo e pela fumaça, as imagens permitiam ver claramente cenas tão perturbadoras como as Mães da Praça de Maio serem pisoteadas pelos cavalos da polícia, assim como um grande número de corpos que caíam pelas ruas.

As explicações apresentadas pelos telejornais eram imediatistas: tudo isso acontecia porque, em meio à crise econômica, o presidente Fernando de La Rúa havia congelado a poupança, e os argentinos exigiam sua renúncia.

Esse resumo simplificava a situação e omitia boa parte das razões históricas que levaram até esse grave momento. Uma das mais importantes é o desemprego, que nessa época atingia cerca de 20% dos argentinos, enquanto outra grande parte da população, que até pouco tempo possuía um trabalho estável e bem-remunerado, sobrevivia agora trabalhando na informalidade ou vivendo de “bicos”.

Num país onde as classes médias e altas estavam acostumadas a viagens ao exterior, à compra de produtos importados, a ter dois carros na garagem e a uma qualidade de vida comparada à dos países desenvolvidos, muita coisa havia mudado desde a década de 1970, e muito mais acentuadamente a partir dos dois governos de Carlos Menem, na década de 1990.

As privatizações de empresas públicas produziram inúmeras demissões. Ao mesmo tempo, a abertura ao capital estrangeiro e a facilidade de importar, graças à paridade entre o dólar e o peso, acabaram levando à falência muitas empresas argentinas. Somaram-se, ao longo da década de 1990, a todos os que estavam sem emprego e moravam em ocupações urbanas desde os anos 1980 uma nova categoria, os “novos pobres”, ou seja, desempregados que antes possuíam um bom salário e todas as garantias trabalhistas oferecidas pelo Estado argentino.

Produziu-se uma mudança na pirâmide das classes: a base se alargava enquanto a camada intermediária, que fora a maior durante grande parte da história argentina, migrava para a parte de baixo. Somado a tudo isso, assumindo as idéias-força que nortearam as metas do Consenso de Washington, o governo nacional enxugava os gastos, principalmente em áreas como saúde pública e educação, e transmitia para as províncias a responsabilidade de custeá-las.

Um grande número de movimentos sociais se formou, assim como associações comunitárias, assentamentos urbanos, cooperativas e assembléias populares. E dentro desse novo ciclo de organização dos excluídos do mundo globalizado e neoliberal, um movimento vai se destacar: é o movimento piquetero.

Um movimento de desempregados não era novidade no mundo contemporâneo. Existiram sindicatos de desempregados tanto na Europa como nos Estados Unidos, após a crise de 1929, como lembra Svampa (2004, p. 13). A novidade do movimento de desempregados argentino, chamado mais tarde oficialmente de movimento *piquetero*, é que ele conseguiu chamar a atenção, ao menos nos primeiros tempos, para uma situação que seria permanente dali em diante. O número de desempregados na Argentina era muito grande, chegando a deixar no ápice da crise a um quinto da população sem perspectiva de inserção no mercado de trabalho a curto prazo.

Considerado inicialmente como uma forma de permitir a sobrevivência dos desempregados que se organizavam para atividades produtivas, o movimento piquetero logo passou a ser visto como um grande problema. Tanto pelos governos argentinos, que em muitos momentos cederam às pressões e viram as reivindicações e a força do movimento ficarem ainda maiores, quanto para uma parte da população, que passou a reclamar por sua liberdade de circulação, impedida pelos piqueteros em seus protestos.

Essa tendência se intensifica principalmente após o começo de 2002. Os grandes jornais, em especial os diários de circulação nacional *Clarín* e *La Nación* reforçaram essa nova inclinação da opinião pública e refletiram essa posição, de forma mais ou menos assumida.

Criou-se aos poucos na sociedade uma espécie de “consenso antipiquetero” baseado no argumento de que os protestos estariam perturbando a população “de bem”, quando está a caminho de seu trabalho. O presidente Nestor Kirchner, em seu discurso de posse, em maio de 2003, reforçou essa idéia ao fazer um “chamado à normalidade”. As reclamações da classe média já recuperada, mas que pouco tempo antes havia se mobilizado lado a lado com os piqueteros contra os políticos durante os protestos de dezembro de 2001, começaram a ser reproduzidas diuturnamente em diversos programas de televisão e jornais.

Governo e meios de comunicação passaram a sublinhar apenas as conseqüências negativas das ações de protesto (a obstrução do trânsito, os problemas de transporte, a perda de dias de aula, o risco de desatenção nos hospitais públicos)¹, ou seu caráter “eminentemente

¹ TOSI, Maria Cecília. Caos y amenazas en uno de los peores días de piquetes. *La Nación*, Buenos Aires, 19 ago. 2005; “Sete marchas tornaram a Capital um inferno. Piqueteros e sindicalistas imobilizaram o microcentro”.

político", criando assim condições favoráveis na opinião pública para o avanço da judicialização e criminalização dos conflitos sociais.

Além de regularmente ferir um dos preceitos básicos do jornalismo expressado pelo preceito de ouvir e contar os dois lados da história, os jornais se tornam por momentos porta-vozes de um discurso raivoso e até racialmente preconceituoso contra os piqueteros, ao reproduzir frases de entrevistados designando-os como “morenos” e “negros”, além de “sujos e vagabundos”².

Pretendemos nessa dissertação discutir o processo de criminalização que vem sofrendo o movimento piquetero na Argentina, inserido em um contexto mais amplo de criminalização dos movimentos sociais na América Latina. Esse discurso acaba por deslocar o debate sobre os efeitos das políticas neoliberais adotadas pelo governo para as conseqüências indiretas do método de protesto adotado pelos piqueteros (a interrupção de ruas ou estradas).

Na análise de Svampa (2005, p. 255), na Argentina,

o modelo de sociedade excludente se sustenta sobre dois eixos fundamentais: por um lado, o Estado foi desenvolvendo estratégias de contenção da pobreza, através da distribuição - cada vez mais massiva - de planos sociais e assistência alimentária às populações mobilizadas e afetadas; por outro, o Estado se encaminhou a reforçar o sistema repressivo institucional, apontando ao controle das populações pobres e à criminalização do conflito social.³

Essa criminalização parte principalmente do Estado e se manifesta através de ações de repressão direta às mobilizações piqueteras, sustentadas por declarações presidenciais ou ministeriais que justificam essas práticas e a adaptação do aparato do Estado para permitir que essa criminalização se concretize através das leis e dos poderes atribuídos ao poder de polícia.

Dentro do recorte temporal pesquisado, o movimento piquetero passou por três governos peronistas e um de aliança, e cada um deles enfrentou o “problema” de uma forma diferente. Surgido no segundo governo Carlos Menem (1995-1999), o movimento piquetero se fortalece no governo Eduardo Duhalde (2002-2003) e passa por um momento de inflexão e enfraquecimento no governo Néstor Kirchner (2003-2007). Analisaremos assim as diferentes nuances que a repressão assumiu durante esses governos que, ao menos teoricamente, compartilham a mesma matriz política, assim como as importantes relações que se

(**La Nación**, Buenos Aires, 11 ago. 2005). (...) “Com diversas reclamações e palavras de ordem, piqueteros e manifestantes de todo tipo pareciam colocar-se de acordo para enlouquecer aos transeuntes da Capital, ante o olhar impávido da polícia”.

² KIERNAN, Sergio. Cuando el piquetero pasa a ser “ese negro de mierda”. **Página 12**, Buenos Aires, 23 fev. 2004.

³ Todas as referências bibliográficas em espanhol foram traduzidas para o português. No caso dos periódicos, se mantém o título da matéria em espanhol, o que facilita sua busca nos arquivos virtuais.

estabelecem entre o movimento piquetero e o peronismo, entre outros aspectos políticos que se relacionam com o período estudado.

Um intervalo entre os governos peronistas, o governo do radical Fernando de La Rúa (1999-2001) contribuiu muito para o fortalecimento do movimento. Neste período, os piqueteros, conscientes de sua capacidade de pressão, tiveram reconhecidas e atendidas muitas de suas demandas. Entretanto, De La Rúa também foi o presidente que permitiu a mais grave repressão popular da Argentina democrática, durante os protestos de dezembro de 2001, a qual resultou em 35 mortos e 150 feridos pelas armas de fogo pertencentes à polícia.

O significado desse governo, que reuniu outras forças políticas ao radicalismo numa tentativa de combater o peronismo na *Alianza* e o dos protestos de 2001, ao qual se seguiu uma onda de assembléias populares, mobilização da classe média e um forte rechaço aos políticos, e que para muitos autores representa um marco na história dos movimentos sociais argentinos, também será analisado nesse trabalho.

É importante lembrar que a criminalização não teve como alvo apenas o movimento piquetero: diversos outros protestos seja na zona rural, na capital, Buenos Aires, e em diversas províncias foram duramente reprimidos durante o período estudado.

A Argentina possui uma ampla gama de movimentos sociais, desde comunidades indígenas originárias que requerem a legalização de suas terras, até o movimento sindical, enfraquecido em alguns setores (representado pelo movimento operário clássico), e fortalecido em outros, como o dos professores, por exemplo. O surgimento de uma nova central sindical, a *Central de los Trabajadores Argentinos* (CTA) fortaleceu recentemente a capacidade de mobilização de diversos setores como os trabalhadores informais, dos bingos, etc.

O movimento estudantil também é bastante atuante, assim como o movimento pelos direitos humanos, cujos grupos surgidos no período da ditadura ainda lutam pelo processamento dos responsáveis pelos crimes da década de 1970. Atualmente esses grupos se engajaram junto com os grupos piqueteros na defesa dos direitos dos militantes presos e processados dentro deste processo de criminalização e repressão aos movimentos sociais.

Mas é o movimento piquetero que, pela sua abrangência, poder de negociação e sucesso na obtenção de suas demandas, conseguindo se firmar como uma das forças políticas mais influentes no campo opositor ao governo, tornou-se um dos alvos mais visados das políticas governamentais de criminalização, além de estar intrinsecamente associado à pobreza urbana, que sai das *villas miseria*, como são chamadas as favelas argentinas, para exhibir suas reivindicações no centro da cidade. É do movimento piquetero o maior número de

processados e presos pela participação em atos de protesto e a prerrogativa de ser considerado pelo governo, assumidamente, um de seus inimigos mais diletos.

De acordo com o ditado popular, “se não pode vencer seu inimigo, junte-se a ele”. Esta estratégia foi colocada em prática pelo governo Kirchner ao propagandear que existe uma diferença entre os piqueteros “maus”, os que são intransigentes na defesa de suas demandas, e os “bons”: os grupos que se aliaram ao governo em troca de diminuir o número de protestos e receber mais benefícios. Esse discurso foi assumido com força dentro do próprio movimento, provocando uma ruptura ainda maior em uma condição já bastante fragmentada.

Embora o presidente Kirchner tenha executado importantes iniciativas na defesa dos direitos humanos, ao colocar novamente em debate o julgamento dos presidentes ainda vivos e outros personagens da ditadura, colocou em prática uma política diferente desse discurso em relação aos movimentos sociais, baseada no processamento passivo de integrantes de movimentos sociais⁴.

A repressão nem sempre é direta e por isso pode passar despercebida para a sociedade. Um dos temas que passaram a compor a pauta de reivindicações dos piqueteros é que “protestar não é delito”. Na Argentina, assim como em muitos outros países, reclamar o que não se tem é desagradável, espanta os turistas e gera desconforto nos que assistem ou tem seu trajeto para o trabalho desviado. As técnicas criadas pelo governo para acabar com esses protestos abrangeram desde a tentativa de elaboração de uma legislação específica que regulasse o acesso e utilização dos locais públicos até a criação de uma polícia especialmente treinada para atuar junto aos piqueteros, como veremos posteriormente. Tentaremos com este trabalho avaliar se tais políticas foram eficazes ou acirraram o conflito com os movimentos sociais.

Também é necessário destacar que, dentro desse contexto de criminalização da pobreza, muitos jovens pobres que não estão envolvidos em qualquer movimento social ou protesto são mortos anualmente pela polícia, numa prática conhecida como “gatilho fácil”. Seu único delito é morar em um bairro considerado perigoso e fazerem parte das “novas classes perigosas”. A questão social volta a ser questão de polícia na Argentina.

Por outro lado, ressaltamos que há permanências em relação ao aparato policial, inclusive humano, da ditadura militar. Alguns chefes de polícia envolvidos na repressão aos

⁴ Os números variam de acordo com a fonte. Os mais recentes (Svampa, 2004, e relatório da *Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional*, CORREPI, 2007, apontam para cerca de 4000). Não encontramos dados exatos sobre o número de presos políticos.

movimentos sociais de hoje atuaram nos centros clandestinos de tortura de outros tempos (Bonasso, 2002, Kohan, 2002), objeto de denúncia pelos movimentos de direitos humanos e piquetero em seus protestos e documentos.

Após anos de uma crise profunda que deslocou metade da população para a pobreza, a Argentina se recupera e o desemprego começa lentamente a se retrair. Muitos insistem em prever e recomendar o fim do movimento piquetero, já que as causas que o geraram estariam sendo resolvidas. É verdade que muitos integrantes do movimento têm conseguido empregos (em especial no setor da construção civil) melhor remunerados do que há cinco ou seis anos atrás quando os salários estavam tão baixos que se equiparavam ao baixo valor oferecido pelo governo através dos planos assistenciais ⁵.

Entretanto, é preciso lembrar que o valor do salário, as condições do sistema público de educação, saúde e aposentadoria na Argentina retrocederam muito e o trabalhador não possui o mesmo poder de compra de outros tempos. No mercado informal ou em empregos mal pagos, trabalha um grande número de pessoas com ensino superior completo, que em outros tempos impulsionavam o consumo de bens e serviços no país.

Muitas fábricas da região metropolitana de Buenos Aires e de outras importantes regiões industriais do país, como Córdoba e Rosário, permanecem fechadas. Ao já grande número de desempregados argentinos, tem se somado um grande número de imigrantes bolivianos e paraguaios. Alguns destes, atualmente, integram assentamentos do movimento piquetero (por exemplo, em La Plata).

Com a recuperação da atividade econômica e da oferta de emprego, o movimento adquiriu novos contornos. Com muitos dos integrantes do sexo masculino de volta ao trabalho, as mulheres permanecem mais envolvidas nas atividades do movimento, com seus filhos participando das atividades de reforço escolar e fazendo suas refeições nos restaurantes coletivos mantidos pelo movimento.

⁵ Plano assistencial pago pelo Estado aos desempregados em geral, de cerca de 150 pesos mensais, que exige uma contrapartida de 4h diária de trabalho, seja para a cidade ou para sua agrupação piquetera, em caso de pertencimento a uma delas. Durante o governo Menem, eram chamados *Planes Trabajar*. Durante o governo De la Rúa, foram transformados em *Derecho de Inclusión Familiar: Planes Jefes y Jefas de Hogar*. Enquanto em 1997 eram distribuídos 200 mil *planes*, esse número chegou em 2003 a quase 2 milhões de beneficiários. Geram uma espécie de trabalho informal para o governo e são ao mesmo tempo a base do “novo” assistencialismo peronista e do funcionamento das diversas agrupações peronistas. No governo Duhalde, os *planes* passam a se chamar *Jefes y Jefas de Hogar*, com um caráter mais abrangente. Para recebê-los basta se inscrever diretamente nos organismos oficiais, justificar sua situação e retirar o dinheiro através do banco. Assim o governo tenta tornar desnecessária a participação no movimento, o que não se concretiza, pois em todos os grupos o número de *planes* obtidos continua sendo inferior ao de membros, o que prova que a obtenção do benefício não é o único atrativo de pertencimento.

Além da criação de postos de trabalho genuíno⁶, que é a base da luta piquetera, e do manejo autônomo dos *planes*, o movimento tem assumido novas demandas como a questão da moradia, problema antigo de Buenos Aires, e a solução de necessidades pontuais para as comunidades que integram o movimento, como escolas, máquinas para os empreendimentos produtivos, etc.

Embora aparentemente a crise econômica esteja sendo superada e o país restabeleça sua credibilidade para aplicações e novos empréstimos internacionais, gerando mais empregos e investimentos, muitas estruturas permanecem presentes na sociedade, política e economia argentinas.

Como veremos, embora em pleno regime democrático, continuam em uso algumas das práticas repressivas que mantêm bastante semelhança com as da “guerra suja” da ditadura, as redes clientelistas e a forte influência do peronismo, inclusive dentro do próprio movimento piquetero e a desatenção às necessidades mais urgentes da população.

A problemática da criminalização dos protestos sociais e sua conseqüente repressão policial devem ser pensadas dentro de uma perspectiva latino-americana: em diversos países há um aumento do conflito social e da atuação de seus movimentos sociais, e também um aumento da repressão, como no Brasil ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), na Bolívia aos cocaleros e a outros grupos de camponeses organizados no Paraguai, na Colômbia, entre outros.

Para Taddei (2002, p. 36), “a progressiva ilegitimidade social da ‘governabilidade neoliberal’ resulta do aumento do descontentamento social que questiona de forma crescente a ‘lei de ferro do ajuste’ como única resposta oficial frente à crise econômica”. A generalização da repressão em diversos países da América Latina aponta para

uma nova fase política caracterizada pela violação - desde a própria esfera do Estado - dos direitos humanos e democráticos, praticada sob o manto discursivo da luta contra o terrorismo. Frente às tensões sociais e políticas derivadas da crise, o ‘neoliberalismo armado’ aparece como a resposta do poder constituído frente às demandas populares de democracia e justiça social. (TADDEI, 2002, p.36)

Como coloca Seoane (2003, p. 15), surge um “novo tipo de militarismo que em benefício de uma elite política, militar e de interesses financeiros transnacionais, faz dos movimentos sociais o inimigo interno do Estado”. Estamos passando por um

⁶ Em contraposição ao trabalho pretensamente gerado pelos *planes*.

processo mais amplo a nível regional que promove um diagrama social repressivo tendente a militarizar as relações sociais e que podem abarcar tanto as reformas legais que cerceiam liberdades democráticas e reforçam a capacidade punitiva do Estado como a criminalização da pobreza e o crescimento de formas repressivas paraestatais. (SEOANE, 2003, p. 15)

O debate sobre os movimentos sociais latino-americanos ganhou força na década de 1980, em especial após o período de redemocratização, quando houve um período de efervescência dos chamados “novos movimentos sociais”.

Entendemos que para poder englobar a totalidade e a variedade de reclamações surgidas na década de 1990, é interessante partir do eixo de análise proposto pela maioria dos autores argentinos: a análise da ação coletiva, que engloba o protesto social e os movimentos sociais. A ação coletiva é o “resultado da associação de indivíduos com interesses comuns, que desenvolvem estratégias coletivas como alternativas racionalmente calculáveis para aperfeiçoar, em circunstâncias ocasionais e bem delimitadas às possibilidades de êxito na satisfação de suas preferências” (SCHUSTER, 2005, p. 46).

As ações coletivas que possuem uma continuidade no tempo e o sentimento de pertença de seus membros se constituem em movimentos sociais. Outras manifestações, mais efêmeras e localizadas, (mas não sem importância, já que a partir delas podem surgir movimentos), são chamadas de “protesto social”. O conceito de protesto engloba “acontecimentos visíveis de ação pública contenciosa de um coletivo, orientados ao sustento de uma demanda (em geral com referência direta ou indireta ao Estado), com características intencionais e visibilidade pública (manifestações, concentrações, mobilizações, concentrações).” (SCHUSTER; SCRIBANO, 2001, p. 47).

Dentro do debate dos novos movimentos sociais, verificaremos se é possível classificar os piqueteros dentro dessa categoria: possuem características como a intervenção no presente, articulação territorial, estabelecem redes, partem de um pressuposto de resignificação da política e possuíam no seu surgimento um caráter mais marcadamente interclassista. Entretanto, os documentos e as próprias ações de parte do movimento refletem preocupações com a revolução e com a consciência de classe e muitos grupos são braços diretos de partidos políticos de esquerda.⁷

⁷ “Para nós, os trabalhadores somos todos de uma mesma classe, deveríamos ter uma organização central única e autônoma. Por isso a FTV, constituída por um montão de companheiros com diversas experiências ao longo do país, está incorporada como qualquer outra organização sindical à CTA. Há companheiros que acreditam que convém estar na CGT ao invés da CTA, e outros que consideram mais importante a perspectiva partidária que a construção territorial. Entrevista de Victor de De Gennaro, líder da FTV. (KOHAN, 2002, p. 37)

Abordaremos também a perspectiva de análise do movimento piquetero a partir da teoria de John Holloway (2002), “mudar o mundo sem tomar o poder”. A intervenção no cotidiano e a luta por necessidades imediatas (comida e trabalho) não estão separadas de um combate maior. A luta contra o capital é *ao mesmo tempo* a construção de um mundo alternativo. Não existem etapas intermediárias entre esses dois processos, como a construção de um partido e a conquista do poder.

Zibechi (2003) desenvolve a idéia de que os piqueteros são parte de um processo de formação de uma nova classe trabalhadora; “criam uma identidade coletiva vinculada com luta, como parte de uma classe e de um projeto em formação que os transcende” (ZIBECHI, 2003, p. 131). A organização dos desorganizados e desvinculados do processo de produção acaba por gerar uma nova concepção de trabalho, ligada a controlarem eles próprios o processo de produção que desenvolvem.

Criminalizar significa atribuir a um grupo (no caso, um movimento social, e mais especificamente, uma parte desse movimento) um comportamento anti-social, violento, perturbador da ordem, assim como suas ações - em especial os atos de protesto. Essa criminalização pode se expressar de diversas formas:

- através da **justiça**, na utilização arbitrária da lei para caracterizar as ações de militantes dos mais diversos movimentos sociais como criminosas, e pela criação de novas leis que permitam enquadrar o protesto como uma ameaça à democracia e assim autorizar medidas repressivas;
- através dos **meios de comunicação**, como forma de exclusão social ao diferenciar esse grupo da parte da sociedade, além de uma campanha que tenta desacreditar os movimentos sociais através da televisão e de jornais impressos, com o objetivo de coibir e desestimular novos protestos;
- através da utilização da **polícia** enquanto órgão de controle social estatal na efetivação de prisões, espancamentos, processos, interrogatórios, subversão do direito, tortura, coerção e inclusive mortes. Também compreende o aperfeiçoamento e o apetrechamento da polícia para atuar especificamente contra movimentos sociais (criação de uma “brigada antipiquetera”, comando para atuar nos cortes de ruas e nas manifestações piqueteras).

Cardelli (2003, p. 139) chama esse processo de “nova repressão seletiva”. Suas características são a judicialização do protesto, o caráter sistemático da repressão, um processo contínuo e em aumento, um acionar planejado (premeditado por parte do governo através de seu braço policial), elementos repressivos não exclusivamente estatais

(“infiltrados”), convalidação jurídica (coordenação entre distintos setores para aprovar leis nesse sentido), militarização das ruas e midiaticização.

A criminalização do protesto tem a ver com a criminalização da pobreza dentro do marco da retirada do Estado de suas funções de provedor de bem-estar social e regulador de empregos. Como coloca Wacquant (2001), passamos de um Estado-providência ao estado-penitência. A retirada da arena econômica “afirma a necessidade de reduzir seu papel social e de ampliar, endurecendo-a, sua ação penal” (WACQUANT, 2001, p.18). O descontentamento gerado pelo desemprego e pela miséria, causados pela própria e deliberada retirada do Estado na regulação dessas variáveis, é enfrentado com mais policiais e mais prisões. Os já diminuídos investimentos no setor social são transferidos para a construção de mais e melhores penitenciárias, equipamento e aumento do esquadrão policial, entre outras ações⁸.

A criminalização da pobreza e dos movimentos sociais é uma nova forma de “controle social”, no sentido colocado por Pegoraro (1995, p. 82): “estratégia tendente a naturalizar e normalizar uma determinada ordem social construída pelas forças sociais dominantes”.

A utilização da idéia de estratégia supõe a existência de outra(s) forças sociais em oposição, e a idéia de naturalizar ou normalizar supõe que tal estratégia em seu enfrentamento ou confrontação busca conseguir politicamente a naturalização de sua ordem dominante e sua normatização; ou seja, rotinizar as condutas individuais e grupais aceitáveis ou funcionais. (PEGORARO, 1995, p. 82)

Para Pinedo (2003), a criminalização se relaciona com a cultura política que se instalou na Argentina nos últimos 30 anos, que preconiza que “os pobres não fazem política, são assistidos por políticas”. A “boa política” seria exercida pela classe média, em especial a de Buenos Aires. “Quando os pobres fazem política são suspeitos, ou porque se prostituem com o político de turno, ou porque são manipulados ou infiltrados” (PINEDO, 2003, p. 333). Essa perspectiva é aproveitada pelo governo quando coloca que alguns protestos são justificados enquanto outros (os das agrupações piqueteras classificadas como ‘duras’) são “políticos”, numa comparação entre protesto “lícito” e protesto “ideologizado”.

O discurso “lombrosiano⁹” que justifica a repressão, como o chamam Schuster e Scribano (2004), etiqueta e justifica a identidade que atribui: “se protesta deve ser piquetero, se é piquetero seguramente protesta de forma incorreta”, ou “não se veste bem, não sabe falar,

⁸ Sobre a situação na Argentina, ver DEBESA, Fabián. Quieren cambiar la política bonaerense de “mano dura”. **Clarín**, Buenos Aires, 19 jun. 2002. Em dois anos de política de “mão firme”, impulsionadas pelo ex-governador Carlos Ruckauf, a população carcerária da província de Buenos Aires passou de 15.300 pessoas, em maio de 2000, a 23.400 em abril de 2001. 85% dos presos não possui condenação formal.

⁹ Cientista e médico italiano criador da teoria de que a análise das características físicas de uma pessoa possibilita antever se ela é propensa ao crime.

não parece ter comido bem, está na rua na hora em que ‘as pessoas’ trabalham, então é um desses que protesta”. “Os jogos discursivos de fazer de todo aquele que protesta um piquetero se orientam à criminalização e possibilitam a repressão preventiva. É dizer, ante a dúvida, se protesta, seguramente algo criminoso faz” (SCHUSTER; SCRIBANO, 2004, p. 9).

Consagrou-se uma forma social de condenação: o chamar de piquetero, pois para os mandatários da repressão preventiva, segundo o discurso oficial "não tem que ser piquetero". "Os que protestam não vêem as coisas boas que estão acontecendo, são agoureiros, não são positivos" (SCHUSTER; SCRIBANO, 2004, p. 10). Estes e outros artifícios discursivos marcam a naturalização de não protestar, de acordo com a tendência do discurso neoliberal de naturalizar as diferenças entre as classes.

Na atualidade, a demanda de normalidade tende a naturalizar, e por fim, a legitimar - novamente a brecha instalada pelo modelo neoliberal. Através dela se exige aos atores mobilizados o silêncio e o retorno à invisibilidade. No limite, em nome de uma divisão entre “os que trabalham (para um país sério) e “os que não trabalham” (e são assistidos pelo Estado), se lhes ordena que voltem ao bairro e se resignem a ocupar o lugar que lhes cabe dentro desse modelo, aceitando ser incluídos enquanto excluídos. Tudo isso aparece patenteado em um discurso social e jornalístico estridente que atualizou uma certa leitura cultural-política, que manifesta um amplo desprezo pelo plebeu tanto como acentua o temor às classes perigosas. (SVAMPA, 2004, p. 211)

A repressão e a criminalização acompanharam o movimento piquetero desde seu surgimento. Mais gravemente, a criminalização se expressa através da morte de participantes dos primeiros cortes de estrada e de integrantes do movimento ao longo de toda sua existência. Os policiais responsáveis por essas mortes nunca foram a julgamento e as mortes permanecem impunes. Apenas em março de 2007 foi realizado o primeiro julgamento para determinar os responsáveis pelas 35 mortes das manifestações de 19 e 20 de dezembro de 2001. Os primeiros indiciados são dois comerciantes que atiraram na população após o saque de sua propriedade.

A criminalização do protesto se expressa através de práticas como a própria repressão policial, que é exercida arbitrariamente pelas polícias provinciais e federais, que se concretiza majoritariamente através de prisões de pessoas envolvidas em protestos e seu posterior processamento, e em alguns casos, mortes em confrontos com a polícia.

Num plano menos direto, a criminalização se opera através de declarações do governo que enfatizam a realização de protestos como um prejuízo para o país após um chamamento à

“normalidade” feito pelo presidente Kirchner¹⁰. Essas declarações dão resposta à opinião pública representada pela classe média, que se sente bastante incomodada ao ser impedida de transitar de carro livremente pela cidade, e que acha que “os piqueteros não trabalham por que não querem, que há emprego para quem procura” e outros preconceitos a respeito do tema do desemprego.

Além da repressão explícita e pontual sobre o piquete, se desenvolve uma “repressão velada e persistente em forma de ameaças a vizinhos e dirigentes do movimento nos bairros”. Essa forma de repressão é paraestatal e está a cargo de *punteros* (correligionários do Partido Justicialista), membros das forças de segurança sem uniforme, etc (BERGEL, 2003, p. 108).

A criminalização pode se expressar através da violência física, como coloca Schuster (2001, p. 97): são vários os fatores que podem produzir violência física ou material constatável nas manifestações de protesto:

a) a violência organizada: se trata de violência intencional e regulada, produzida como estratégia de ação por organizações geralmente armadas. Casos prototípicos desta modalidade são a guerra popular, a guerrilha e o terrorismo.

b) a violência espontânea: ligada a exaltações emocionais, mais que a fatores estratégicos. Sempre está no cerne em qualquer protesto e supõe exigir um esforço de organização dos próprios atores protestantes preveni-la ou evitá-la.

c) violência provocada: é um tipo complementar ao anterior e supõe uma reação defensiva ou espetacular ante à violência repressiva das forças legais ou do contendente.

d) violência infiltrada: os serviços de segurança estatal (ou outros) se infiltram em organizações de protesto e provocam atos violentos com a finalidade de legitimar a repressão, colocar a opinião pública contra o protesto e dividir aos próprios sujeitos do protesto.

A opinião pública é alimentada pelos meios de comunicação dominantes, que participam da campanha de qualificar o movimento piquetero como “perturbador da ordem pública”, “infiltrado” por marxistas, um “rebrote subversivo” que perturba a normalidade do país colocando em pauta a necessidade de uma política firme por parte do governo.

A criminalização se dá também através da criação de leis que busquem enquadrar toda e qualquer ação do movimento como criminosa (como o projeto de lei antiterrorista) e a utilização das leis já existentes no sentido de exacerbar a forma que o protesto é feito em detrimento do “direito de circulação” das pessoas “de bem”.

¹⁰ “Convocamos al trabajo, al esfuerzo, a la creatividad, para que nos hagamos cargo de nuestro futuro, para que concretemos los cambios necesarios para para forjar un país en serio, un país normal con esperanza y con optimismo”. Discurso do Presidente Néstor Kirchner, ante la Honorable Asamblea Legislativa. Disponível em <www.trabajo.gov.ar/prensa/documentos/discurso_presidente.doc>. Acesso em: 12 fev. 2007.

Uma dessas novas leis criadas no contexto de tentativa de coibir os atos de protesto é o Código Contravencional da cidade de Buenos Aires, aprovado em setembro de 2004. Não por acaso, Buenos Aires tornou-se a partir de 1999/2000, anos de ápice do movimento piquetero, palco do maior número de manifestações.

Autores como Gargarella (2004), (2005) apontam contradições entre a aplicação feita destas leis e a ausência de proporção entre a interpretação e a realidade, que chama de “desespero jurídico” a postura do Estado argentino de negar direitos sociais garantidos pela Constituição e ainda criar mecanismos a fim de coibir qualquer forma de manifestação que reclame esses direitos. Ele ressalta a importância dos protestos e do direito de expressão como base da democracia.

As políticas de segurança e “prevenção do delito” também têm limites imprecisos, já que geralmente vão acompanhadas de uma retórica vinculada às políticas sociais. Mas para distingui-las, é necessário conhecer suas intenções mais do que seus efeitos, coloca Pegoraro (2002, p. 35).

No marco de prevenção do delito, freqüentemente se apela à idéia de levar a cabo políticas sociais. Mas esta apelação e sua colocação em prática tem uma certa ambigüidade que implica o risco de criminalizar o protesto social (Baratta, 1997), já que a população objeto dessas políticas está composta por grupos vulnerabilizados pela política econômica, e em geral excluídos sociais. Neste sentido, os meios não penais que se podem utilizar para tentar reduzir as condutas delitivas e paliar as conseqüências delas são, tanto no teórico como no prático, difíceis de distinguir claramente das políticas de assistência que leva a cabo o Estado.

Enfim, esse trabalho pretende trazer à luz algumas das formas utilizadas pelo governo argentino para criminalizar o movimento piquetero, e como essa criminalização se expressa, seja através de ações práticas como o envio de policiais para repressão direta, declarações presidenciais, espionagem¹¹ dos movimentos sociais, ou pela atuação dos meios de comunicação e a utilização arbitrária das leis. E mais especificamente, a prisão de inúmeros membros de movimentos sociais por motivos como interrupção de ruas, perturbação da ordem pública, etc.

De acordo com dados da *Coordinadora contra la Represión Policial y Institucional* (CORREPI), existem atualmente na Argentina cerca de 4000 pertencentes a movimentos sociais com ordens de prisão ou processamentos. Muitos deles já estiveram detidos a partir da

¹¹ "Alguma coisa fiz, que eles não gostaram... O que eu fazia era lutar por meu bairro, por minha gente. Eu coordenava a segurança no movimento, e via tudo: que nos tiravam fotos, que nos seguiam nas marchas. Sabia que iam fazer algo contra nós, mas não imaginava que iam me prender" Entrevista de Gabriel Roser, detido em 2004, por mais de um ano. Foi retirado de sua casa em La Plata, e levado a uma delegacia onde o acusaram de roubo. Disponível em <<http://lahaine.org/index.php?blog=3&p=5683>>. Acesso em: 1 abr. 2008.

acusação inicial de terem participado ou organizado um protesto. Por exemplo, o líder da agrupação piquetera UTD de General Mosconi Pepino Fernández, por exemplo, possuía 76 ações judiciais relacionadas à sua atuação política (SVAMPA, 2002, p. 212). Em abril de 2003 ele foi detido por ordem da justiça federal em Buenos Aires, na porta do Congresso Nacional por “interrupção do trânsito”. Ficou preso com outros três dirigentes, durante 40 dias. Para liberá-lo, o juiz impôs como condição que o detido se comprometesse a não participar de nenhuma atividade política, e caso o fizesse teria que pagar uma multa de 10.000 pesos.

Os meios de comunicação também são parte importante desse processo. É através deles que chegam à população idéias como a de que os piqueteros da província de Salta protestavam, em maio de 1997, para desviar a atenção da polícia da fronteira com a Bolívia, uma das rotas do tráfico internacional de drogas¹².

Diversos autores vêm debatendo a influência dos meios de comunicação de massa argentinos como contribuintes do processo de criminalização e analisando como os diversos grupos piqueteros e o protesto são retratados na mídia impressa e televisiva. A criminalização tem sua parte discursiva verbalizada nos jornais e telejornais, criando uma opinião pública favorável aos atos repressivos.

É interessante lembrar que a Argentina, por variados motivos, ao contrário do Brasil, possui jornais de circulação nacional e grande tiragem em proporção à população. Além de um protagonismo conseguido através da luta, os piqueteros conquistaram também um protagonismo midiático (facilitado pela midiaticidade de suas manifestações).

Além das notícias rasas e factuais, por momentos existiram tentativas de entender (ou criticar com profundidade) o movimento piquetero. O *Página 12* manteve por alguns anos uma jornalista designada apenas para a cobertura do movimento piquetero (Laura Vales, considerada uma “piquetóloga”).

Essa tendência à criminalização também se relaciona com as políticas propulsadas pelos Estados Unidos de “guerra contra o terrorismo”, em todas as suas formas, que, para o governo deste país, inclui os movimentos sociais latino-americanos, também chamado de

¹² Auyero (2002, p. 26,) “Essas acusações vão do já usual mote de ‘subversivos’ de procedência dissímil (militantes do Sendero Luminoso ocultos entre as ‘hordas’ de Santiago del Estero em 1993, ativistas de Quebracho ameaçadores entre os ‘vândalos’ e ‘criminosos’ em Cutral-Có em 1997) ao mais imaginativo mas tampouco provado ‘os piqueteros salteños (...) foram comprados pelos traficantes de drogas para que os gendarmes se concentrem na estrada e deixem de custodiar a fronteira’, passando pela visão do protesto como produto de ‘ativistas perfeitamente treinados’ (Salta, junho de 2001) até a infame- e finalmente letal- acusação de ‘inimigos da República’ aos protagonistas dos eventos de dezembro de 2001 por parte do presidente De la Rúa”.

“neoliberalismo de guerra” ou “neoliberalismo armado”: não permitir que esses grupos se armem, se fortaleçam ou promovam ações contra os governos estabelecidos.

Analisaremos assim as diferentes nuances que a repressão assumiu durante esses governos que teoricamente, compartilham a mesma matriz política. Cada presidente peronista encarou o movimento piquetero de uma forma: os mais repressivos foram o governo Menem e o governo Duhalde. A repressão de Kirchner foi mais astuta: conseguiu aliados dentro do movimento e não permitiu mortes, mas no entanto, autorizou processamentos e prisões arbitrárias.

É importante avaliar quais os efeitos da política de criminalização, definindo se elas foram eficazes no sentido de provocarem uma diminuição no número de protestos contra o governo, ou acirraram o conflito com os movimentos sociais. Analisaremos como essa repressão influenciou o movimento: quais grupos adotaram uma postura ofensiva e quais tiveram uma postura defensiva, e a partir de que momento (alguns aumentaram o número e a quantidade de dias dos cortes, enquanto outros grupos passaram a realizá-los com bem menor frequência).

A partir dessa análise será possível estabelecer quais grupos foram mais atingidos pela repressão e de que forma modificaram sua forma de ação frente a ela. Os grupos mais atingidos foram os contrários ao governo, pois foram os que mais promoveram cortes e adotam uma posição de resistência à polícia na medida em que não concebiam o protesto como um crime, mas como um direito.

Partimos do entendimento da criminalização do movimento piquetero na Argentina dentro de um contexto econômico e ideológico que faz com que esses temas sejam deixados de lado, pois não passariam de irrupções populares de pessoas que não enxergam os benefícios que a globalização trouxe.

O discurso binário foi assumido por parte do movimento, gerando ainda mais divisão. Integra nossa análise uma discussão sobre como as diferentes agrupações assumiram e lidaram com as identidades bons/maus, e como trabalham a denúncia da repressão em seus documentos e protestos. Para Lenguita (2003, p. 20), “a constituição do movimento piquetero é tanto produto das tendências internas dos grupos de desempregados como o resultado de posicionamentos ideológicos empregados pelos meios de comunicação”.

A hipótese da continuidade dos métodos da ditadura, aventada pelos próprios movimentos, se estende não apenas às práticas repressivas, mas também ao discurso adotado pelos diversos governos, que em diversas ocasiões fizeram declarações nas quais qualificam os piqueteros como “agitadores profissionais”, e sua ação como um “rebrote subversivo”,

fazendo referência à “subversão” das décadas de 1970 e início da de 1980, que foi marcada por 30 mil desaparecidos. É o deslocamento da criminalização dos aspectos político/ideológicos para os aspectos econômico/sociais?

Nesse sentido, em 2003, foi discutida no Congresso uma lei antiterrorista “que tem como objetivo liberar o estado de ataduras legais que o impedem de retomar mais fortemente o controle social, seja para prevenir ou reprimir os protestos”¹³.

A pesquisa será realizada basicamente através de suporte bibliográfico, buscando-se em especial obras sobre o movimento piquetero e os documentos produzidos por este, disponibilizados através de material impresso (folhetos, cartilhas, informativos) ou através da internet, nos sites das diversas agrupações. Grande parte desses documentos já se encontra compilados em obras sobre o movimento.

Também serão fonte de pesquisa os jornais diários **Clarín**, **La Nación** e **Página 12**. Estes jornais, em especial *Clarín* e *La Nación*, são os mais importantes em relação à tiragem e circulação (nacional). *La Nación* é o mais identificado com as classes altas e seus editoriais refletem a maioria dos discursos antipiqueteros e pró-ordem encontrados. O *Clarín* tenta se colocar com mais neutralidade embora da mesma forma repita o discurso oficial indiscriminadamente nos momentos de maior repressão, como veremos posteriormente. Em relação ao *Página 12*, é o que se mostra mais independente e dá voz aos atores implicados nos protestos.

Esses jornais são importantes documentos para a reconstituição dos acontecimentos dia a dia, pois reproduzem discursivamente a disposição e intenções do governo (presidente da república, secretários de segurança, ministros) em relação ao tema do protesto. Especialmente em seus editoriais, os jornais colocam em pauta como a sociedade se sente afetada e como o governo deve reagir em uma situação que coloca dois lados em oposição. Utilizaremos esses jornais para ilustrar os três episódios de criminalização envolvendo especificamente o movimento piquetero, que serão apresentados no capítulo três, fazendo uma comparação entre suas abordagens frente a esses acontecimentos. *La Nación* possui arquivo digital desde dezembro de 1995; *Página 12* desde março de 1998 e *Clarín* desde agosto de 1997¹⁴.

Dentre os periódicos piqueteros, teremos como fonte o **Prensa Obrera**, vinculado ao Partido Obrero e ao Pólo Obrero, que centraliza diversas organizações, **Todo o nada**,

¹³ Lei nº 2239/02, comentada no capítulo 3.

¹⁴ Os arquivos disponibilizados na internet possuem textos integrais da edição impressa. As “atualizações” de notícia, quando existem, são assim discriminadas. O texto das notícias foi traduzido, com exceção dos seus títulos, para facilitar sua busca nos arquivos virtuais dos jornais.

informativo mensal do Movimiento de Trabajadores Desocupados Teresa Rodríguez (mensal) e **Frente Popular**, editado pela Frente Popular Darío Santillán, a partir de suas versões impressas e edições obtidas na internet.

Também são importantes os relatórios dos organismos de direitos humanos argentinos com o *Centro de Estudios Sociales y Legales* (CELS) e *Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional* (CORREPI), que fazem relatórios anuais sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado. Esses relatórios começaram a dedicar grupos de trabalho especiais para os movimentos sociais, a partir da segunda metade da década de 1990.

Para respaldar números do desemprego, subemprego, renda, qualidade de vida entre outros, serão utilizados os dados do *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC).

Os próprios movimentos sociais produzem material a respeito de sua atuação, iniciativas e deliberações. Da mesma forma, a grande maioria das agrupações mantém ótimos sites na internet - organizados, de fácil acesso, bastante informativos e atualizados, que agregam material como fotos, histórico, periódicos, declarações e seus principais documentos.

Esta dissertação se divide em três capítulos. No primeiro deles, falamos da crise econômica dos anos 90 que, embora por si só não justifique a efervescência de novos movimentos de protesto, possui ligação importante com a forma que esses protestos adquirem (sua pauta de reivindicações) e com a variedade de atores que é colocada. Essa crise social, política e econômica tem origem na década de 1970, quando começa a abertura da economia argentina para uma visão mais liberal de Estado.

Trataremos ainda do novo ciclo de protestos que emerge na década de 1990, e por que esse novo ciclo é considerado tão peculiar em relação aos anteriores. A novidade tem a ver com o decréscimo de manifestações tradicionais como greves por melhores salários e passa a incluir outras formas de ação coletiva e novas demandas.

No segundo capítulo, discutimos a questão dos “novos movimentos sociais” e debater a possibilidade de entender os piqueteros dentro dessa categoria, uma vez que eles trazem elementos completamente distintos dos que são colocados como “novos”: revolução, consciência de classe, relação com partido político.

Essa análise será proposta a partir da revisão bibliográfica da obra de diversos autores que vêm estudando o movimento piquetero. Ainda dentro desse capítulo, abordaremos o movimento piquetero e suas especificidades: formação, expansão do repertório de protesto para outros lugares do país, as diferentes correntes que o formam e qual a relação dessas com a criminalização a partir das identidades que são atribuídas pelo governo (em sua forma

discurso/ negociação/repressão). Essas identidades são atribuídas de forma binária (bons e maus) e são assimiladas em maior ou menor grau por essas agrupações.

No terceiro e último capítulo, abordamos a criminalização propriamente dita, em sua expressão concreta. A repressão policial, as mortes de integrantes do movimento piquetero, os processamentos e prisões e as conseqüências para o movimento, no sentido de que busca adotar uma postura defensiva para minimizar os efeitos dessa política, através da delimitação de atos que os membros podem ou não praticar, a utilização do acompanhamento sistemático de todo desenrolar de um corte ou marcha pelos advogados da agrupação e até a adoção de uma cartilha de comportamento durante o protesto.

A denúncia da repressão passou a integrar os documentos e protestos, e foi realizado um número significativo de mobilizações nesse sentido, principalmente em datas para lembrar episódios de repressão (semestralmente e anualmente). Essas mobilizações, em especial a de junho de 2002, que lembrava as mortes de dezembro de 2001, foram duramente reprimidas¹⁵.

Muitos dos coordenadores da repressão na Argentina atual trabalharam durante a ditadura militar e os movimentos sociais delatam a continuidade de algumas práticas e políticas que tem relação com as praticadas anteriormente, assim como a impunidade dos policiais envolvidos em mortes de participantes de protestos, que assim como na ditadura, raríssimas vezes chegaram a julgamento¹⁶. A discussão sobre essa tendência também será parte importante desse capítulo.

Ainda é importante ressaltar que “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente” (Chauveau e Tétard, 1999). Dentre as especialidades da história do tempo presente estão o grande número de fontes que facilitam o trabalho do historiador, lembrando que o rigor com a análise destas deve ser o mesmo com o qual se utilizam as fontes tradicionais.

Como colocam Chauveau e Tétard (1999), o historiador, que é parte integrante do contemporâneo - deve abstrair-se o mais completamente possível das interferências da ideologia e da subjetividade, estudando-as e procurando apreender verdadeiramente seu objeto além de uma aceção puramente histórica.

¹⁵ Nesse evento o governo reprimiu ferozmente as agrupações piqueteras e foram mortos dois jovens pertencentes à Coordenadora Aníbal Verón. Inclusive, o assassinato de um deles por um policial foi fotografado e amplamente divulgado nos jornais, que tiveram que reconhecer o exagero na violência cometida. Esse episódio será detalhado no capítulo 3.

¹⁶ “Desde dezembro de 1983 os governos ‘democráticos’ mataram, desapareceram, torturaram até a morte em cárceres e mobilizações a 2335 pessoas. Mais da metade tinha menos de 25 anos. A esmagadora maioria eram pobres. Quase 60% foi fuzilado por gatilho fácil. 30% morreram em cárceres e delegacias. Desde 1995 até 2007, 51 companheiros caíram sob as balas de forças provinciais ou federais em marchas de mobilizações populares”. CORREPI. Apresentação do arquivo de casos 2007.

É necessário compreender a problemática da criminalização dos movimentos sociais na América Latina e no mundo como parte de um processo mais amplo, dentro de um contexto de fim da História, crise do marxismo e da possibilidade de revolução e o surgimento da idéia de que as relações de poder têm que ser mudadas no cotidiano, e não a longo prazo.

O cotidiano surge como espaço de reprodução das relações de dominação, e é também nele que, portanto, devem se dar as relações de resistência. Com a politização do social, temos um estilhaçamento da política: tudo é política (no mesmo sentido de que “tudo é história” para os Annales) e a revolução deve se dar no cotidiano. A contestação imediata e cotidiana de cada relação de dominação, realizada pelos novos movimentos sociais, que se propõem a resistir a cada momento, no presente, e não juntar forças coletivamente para uma resistência futura.

A história se apressou em demonstrar que não havia sido colocada em suspenso, demonstrando uma forte turbulência na década de 1990 - guerra no Iraque, nas Balcãs, fortes crises econômicas na Rússia, México, Brasil, em meio à acomodação das economias que colocavam o Estado de lado.

Na América Latina não foi diferente: passamos na década de 1990 por um momento de grande efervescência social. Nenhum país ficou fora desse ciclo, e em maior ou menor medida, o aumento do número de protestos foi acompanhado de aumento na repressão. Como já citado, percebemos uma tendência à militarização na Bolívia e no Paraguai, criminalização aos movimentos sociais no Brasil, Chile, etc.

1. Crise econômica e desemprego em massa

Este capítulo está dividido em duas partes: na primeira delas, falaremos da crise econômica dos anos 90 que, embora por si só não justifique a efervescência de novos movimentos de protesto, possui ligação importante com a forma que esses protestos adquirem (sua pauta de reivindicações) e com a variedade de atores que é colocada. Essa crise social, política e econômica tem origem na década de 1970, quando começa a abertura da economia argentina para uma visão mais liberal de Estado.

Abordaremos também o novo ciclo de protestos que se inicia na década de 1990. Este novo ciclo possui diferenças em relação aos anteriores pelo decréscimo de manifestações tradicionais como greves por melhores salários e passa a incluir outras formas de ação coletiva e novas demandas.

O movimento piquetero surge na década de 1990, no segundo governo Menem, logo após as privatizações de diversas empresas públicas como as de telefonia, luz, estradas de rodagem, da companhia Aerolineas Argentinas, entre outras. Mais especificamente, em 1996, durante os cortes da estrada nacional em Cutral-Có, província de Neuquén, como consequência das demissões em massa após a privatização da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF). O impacto foi arrasador, chegando em certos casos à metade da população total desempregada.

Cidades como Cutral-Có e General Mosconi, em Salta, tinham sua base econômica e social intimamente ligada à YPF: eram os salários dos trabalhadores que movimentavam o comércio, os empregos secundários, o sustento de famílias assentadas numa sólida base de proteção corporativa. Os trabalhadores da YPF recebiam bons salários e como membros sindicalizados, tinham direito a todo espectro de benefícios sociais que essa agremiação assegurava, como pensões, aposentadorias e serviços de saúde.

Na década de 1940 se dá a substituição das zonas rurais pelos conglomerados urbanos, através de um momento de intensa industrialização - a produção industrial se torna mais importante que a agropecuária em 1943. Junto a esse processo, surge uma classe social que terá papel ativo. Como aponta Lanata (2003, p. 93), os salários aumentaram entre 1946 e 1952, 56% ao ano. Em fins de 1951, havia 7 milhões de trabalhadores (39% da população), e 70% deles estavam sindicalizados, ou seja, amparados por convênios e correspondente obra social. Em 1952, a Argentina apresentava o mais alto índice de qualidade de vida da América Latina.

Os sindicatos eram atrelados ao Estado: a sindicalização e a contribuição eram compulsórias e partem daí os primeiros líderes sindicais que estabelecem relações próximas com o governo, em troca de cargos e status. Entretanto, é inegável que a intensa sindicalização foi um ponto muito importante de organização dos trabalhadores argentinos; prova disso é que recebeu intervenções em todos os governos não-peronistas posteriores, o primeiro deles iniciado com a Revolução Libertadora¹⁷. Nesse momento por constituírem uma instituição peronista; na ditadura militar eles foram desmantelados por constituírem uma instituição de trabalhadores e reivindicatória, portanto, potencialmente subversiva.

Na ditadura, desapareceram militantes de organizações políticas e sociais, dirigentes de corporações de base, com atuação nas comissões internas das fábricas, diversos militantes políticos, sacerdotes, intelectuais. “A operação procurava eliminar todo ativismo, todo protesto - até uma modesta reclamação pelo boletim escolar - toda expressão de pensamento crítico, toda possível direção política do movimento popular que se havia desenvolvido desde meados da década anterior”. (ROMERO, 2006, p. 210).

O movimento sindical recebeu duros golpes. A repressão afetou aos ativistas de base e a muitos dirigentes de primeiro nível, que foram encarcerados. As principais fábricas foram ocupadas militarmente, houve “listas negras” para manter distantes os ativistas, e controle ideológico para os aspirantes a emprego. A *Confederación General del Trabajo* (GGT) e a maioria dos grandes sindicatos sofreram intervenção, foram suprimidos o direito de greve e as negociações coletivas e os sindicatos foram separados do manejo das obras sociais.

O estado de bem-estar social, que garantiu aos trabalhadores argentinos o provimento de um sistema eficiente de saúde e educação públicas, começa a ser destruído durante a ditadura militar, que se inicia em 1976.

Os fatos históricos que resultaram nessa conjuntura - privatizações, demissões em massa de estatais e das empresas privadas (nestas, ou por falência frente à concorrência desigual inaugurada pela abertura das exportações, ou pela venda à empresas estrangeiras) e empobrecimento da população argentina estão inscritos em dois momentos - a ditadura militar (1976-1983) e os dois governos Menem (1989- 1999).

É no período da ditadura que iniciam as primeiras vendas de empresas argentinas para o capital estrangeiro. No governo ditatorial de Jorge Rafael Videla, a política ultraliberal do ministro da fazenda Martínez de Hoz provoca o desmantelamento do parque industrial. Seu programa de liberalização econômica foi radical e desindustrializa a Argentina, que teoricamente, devia manter fortalecidos os setores produtores de carne e cereais para a

¹⁷ Golpe militar que em 1955, retirou Perón do poder.

exportação e importação das manufaturas necessárias para a produção industrial que ainda existia.

Martínez de Hoz altera o modelo de industrialização substitutiva de importações pelo da valorização financeira, beneficiando os bancos com uma enorme rentabilidade, assim como os especuladores nacionais e estrangeiros. No plano econômico, as reformas de Martínez de Hoz são lançadas em 1976, abrindo por completo o circuito financeiro e comercial. Começam os anos de “plata dulce” e “dème dos”¹⁸, ao custo de um aumento de 364% na dívida externa. O ministro estimulou o endividamento das empresas públicas com bancos privados internacionais e muitas empresas tiveram suas dívidas sanadas com dinheiro público para serem vendidas à empresas estrangeiras.

A junta militar, sob a orientação do ministro, transferiu para o setor privado, entre 1976 e 1980, cerca de 120 empresas industriais e comerciais. A abertura do mercado devastou as indústrias nacionais, que não puderam competir com as mercadorias importadas do Japão e de outros países da Ásia, bem como da Europa e dos EUA, a baixo preço. Caía a participação da indústria no PIB, enquanto a dívida externa saltava de US\$ 7,8 bilhões, em 1975, para cerca de US\$ 27,1 bilhões, em 1980, deixando o povo argentino com a maior dívida externa per capita do mundo¹⁹. A indústria foi sucateada, o desemprego aumentou e os conflitos sociais e políticos se aguçaram.

A ditadura se encerra em dezembro de 1983, quando assume o radical Raul Alfonsín, com um discurso que coloca a democracia como a solução para todos os problemas do país: com a democracia se cura, se educa... Sua principal política econômica é o Plano Austral, uma tentativa de conter a inflação que chegava a 1000% ao ano. Entretanto, permanece uma grave crise ao longo da década e explode uma onda de saques e manifestações populares em 1989. A partir da grande crise de 89 muitas empresas pequenas e médias foram fechadas.

É chegada a vez do retorno do peronismo ao poder. Carlos Menem, com um discurso populista vence as eleições. Ele assume em julho de 1989, seis meses antes do término oficial do governo de Alfonsín, que renuncia frente à grave situação que vivia o país.

Seu governo começa diante de grave crise econômica e de uma inflação de cerca de 3.000% ao ano. Com um plano econômico embasado na paridade cambial peso-dólar, de autoria do ministro da Economia, Domingo Cavallo, a Argentina cresce cerca de 7,7% ao ano

¹⁸ A euforia causada pela facilidade de obter ganhos financeiros com a especulação que induziu os argentinos a comprarem a crédito casas, automóveis, viagens.

¹⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O FMI e o colapso da Argentina**. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/017/17mbandeira.htm>>. Acesso em: 27 set. 2005.

e inicia-se a já mencionada fase de privatizações das empresas públicas. Com esse sucesso, o partido Justicialista ganha as eleições parlamentares e governadores na maioria das províncias. Cavallo é o responsável por estabelecer “relações carnais” com o FMI e outras instituições internacionais, além de manter a artificial paridade um dólar - um peso ao longo de quase dez anos, o que prejudicou de forma pungente as reservas argentinas e a indústria nacional, que se tornou pouco competitiva frente às exportações em moeda norte-americana. Quando a paridade foi retirada, em janeiro de 2002, milhões de pessoas viram suas dívidas em pesos triplicadas. Mais empresas faliram, gerando ainda mais desemprego.

O governo Menem promoveu a maior transformação estrutural do país depois do primeiro governo peronista. Mas essa transformação foi de caráter bem diferente. Vendeu as empresas públicas a preço vil - sem oposição do radicalismo. A dívida de empresas como a Aerolíneas Argentinas foi assumida pelo governo e entregue aos novos donos livre de todo passivo. Como relata Lanata (2003), para a venda da YPF, colocou falsos deputados no plenário que necessitava de quorum para a votação que autorizava a venda. A dívida externa no governo Menem cresceu 123% - já incluídos os gastos do governo com *Planes Trabajar* e outras ações de assistência social dirigidas aos mesmos prejudicados pela venda das empresas em que trabalhavam.

Em dezembro de 1999, Menem deixa o poder e é impedido de concorrer às eleições pela terceira vez pela Suprema Corte, que julga inconstitucional sua candidatura. O candidato do Partido Justicialista, o então governador da província de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, perde a eleição para Fernando De la Rúa, que concorreu pela *Alianza por el Trabajo, la Justicia y la Educación*, uma união entre o Partido Radical e a Frente País Solidário (Frepasso).

O governo De La Rúa assume um país com uma situação econômica grave. Com poucos dias de governo, a repressão policial ordenada pelo governo contra um corte de estrada entre as capitais Resistência e Corrientes deixa dois mortos. Aparecem mais denúncias de corrupção; o escândalo de subornos no Senado provoca a renúncia do vice-presidente Carlos “Cacho” Alvarez. Cavallo volta triunfantemente ao Ministério da Economia. Nessa época, a Argentina produz cerca de mil novos pobres por dia.

O *corralito* (retenção das poupanças bancárias para evitar evasão de capitais) chega no primeiro dia de dezembro de 2001. O FMI havia negado um empréstimo justificando que a Argentina não cumprira com as metas estabelecidas. Uma onda de saques inicia em todo país e logo chega a Buenos Aires. De la Rúa decreta estado de sítio e a polícia reprime ferozmente

à população. Após um período de intensos protestos culminados pelos episódios de 19 e 20 de dezembro, o presidente renuncia.

Durante o período de transição, foram realizados vários acordos políticos entre os peronistas e houve mais três trocas de faixa presidencial. Assumem por brevíssimos períodos o presidente do Senado, Ramón Puerta, Adolfo Rodríguez Saa, presidente da Câmara de Deputados, eleito por Assembléia Constituinte e Eduardo Caamaño, também pelo Senado.

Através de um acordo interno entre as correntes peronistas dentro do Congresso Nacional, assumiu o peronista Eduardo Duhalde, justamente quem havia sido derrotado nas eleições de 1999. Duhalde governou por dois anos, “num governo débil e considerado ilegítimo pela população, onde a radicalização dos protestos abre lugar ao exercício de uma violência parapolicial, ainda que protagonizada por grupos dependentes ou vinculados ao Estado, que trará ameaças e atentados” (SEOANE, 2002, p. 40).

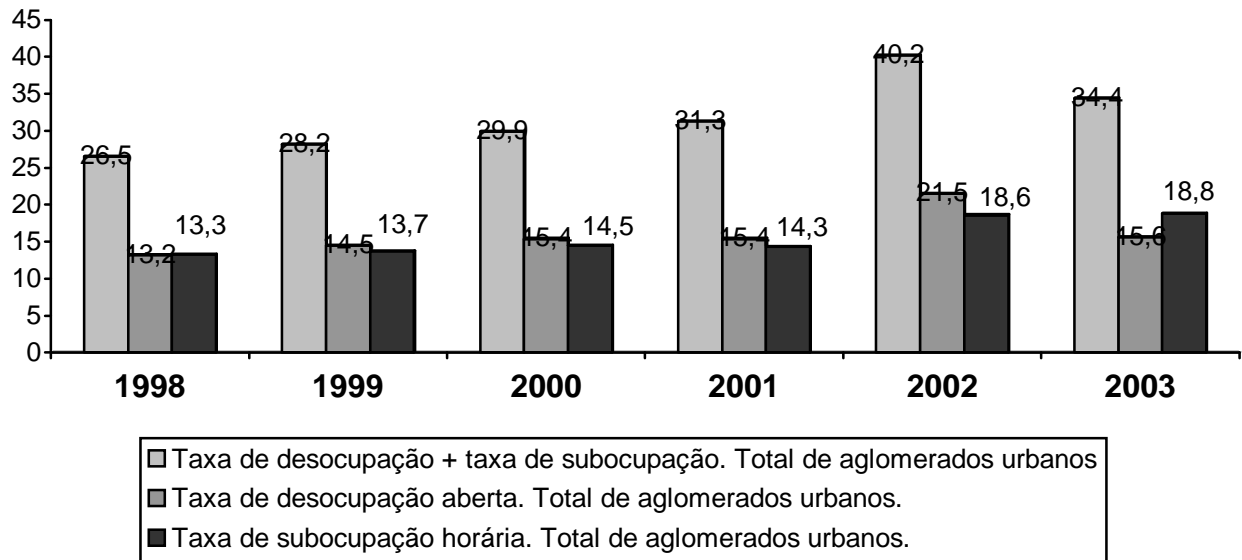
As diferenças entre esses três peronistas são marcantes. Menem adotou uma política abertamente neoliberal, vendendo as empresas públicas para empresas estrangeiras e dando assim início ao período de maior desemprego da história argentina. Duhalde representa os grupos econômicos locais, particularmente os exportadores e permite como saída para a crise a grande desvalorização do peso, promovida em janeiro de 2002, pela retirada da paridade. Desenvolveu uma política “neodesenvolvimentista” e impulsionou a estabilização do país, que retomou o crescimento no governo de Kirchner.

Depois de Menem, que saiu do governo em 1999, Kirchner, que assumiu em maio de 2003, foi primeiro presidente a começar e terminar um mandato conquistado em eleições regulares. Kirchner priorizou o investimento interno, o aumento dos salários e uma política de criação de empregos que resultou em índices de crescimento elevados e estáveis.

A consequência das políticas econômicas dos anos 1990 que mais nos interessa para a análise do movimento piquetero é o desemprego. Seu efeito direto foi a alteração do número de pessoas abaixo da linha de pobreza, definida como família cuja renda não cobre a aquisição de uma cesta básica de bens e acesso e serviços (moradia, saúde, transporte), cerca de 1600 pesos por família, na época²⁰. De acordo com a categorização feita pelo INDEC, a indigência remete à insatisfação mínima de alimentação, cerca de 800 pesos por família.

²⁰ Evolução do valor da cesta básica e dos índices para medição de pobreza e indigência de acordo com o INDEC. Línea de pobreza e indigência (Encuesta Permanente de Hogares) y valores de la canasta básica total. Disponível em <<http://www.indec.mecon.ar/>>.

DESEMPREGO E SUBEMPREGO (1998-2003)



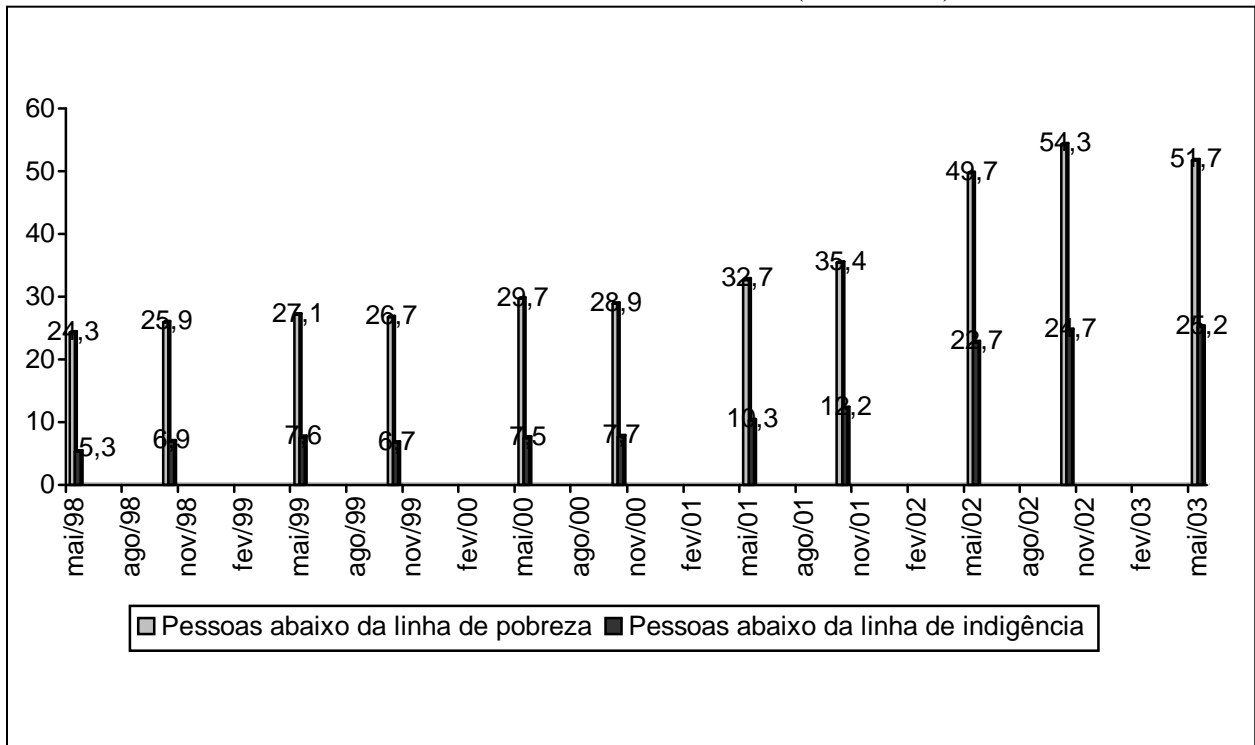
Fonte: RAPOPORT (2006), p. 884. Elaborado com dados do INDEC.

O primeiro gráfico mostra que o desemprego evoluiu de 13,2% em maio de 1998, penúltimo ano do segundo governo Menem, para chegar a 21,5% em maio de 2002, logo após a crise de fins de 2001 (retenção de poupanças, desvalorização do peso). É importante observar também os índices de subemprego e subocupação horária, que tiveram seus índices máximos em maio de 2002.

No mesmo período, o índice de pessoas abaixo da linha de pobreza passou de 24,3% em maio de 1998 para chegar a 49,7% em maio de 2002 e logo chegar ao índice máximo do período, 54,3%, em outubro de 2002. Também aumenta o índice de pessoas abaixo na linha de indigência, que passou de 5,3% em maio de 1998, para aumentar progressivamente chegando a 22,7% em maio de 2002 até o índice máximo de 25,2% em maio de 2003, representando cerca de 9 milhões de argentinos.

Em relação ao gráfico que representa o desemprego, é importante mencionar que os beneficiários do recebimento de *planes* não são contabilizados como desempregados. Como já citamos, o número de beneficiários chegou a 1.977.000 de pessoas, gerando um gasto governamental de 296,5 milhões de pesos. O governo argentino chegou a tomar empréstimos internacionais para garantir o pagamento dos *planes*, aumentando ainda mais a dívida externa do país.

POBREZA E INDIGÊNCIA (1998-2003)



Fonte: Rapoport (2006), p. 883. Elaborado com base em dados do INDEC e da Pesquisa Permanente de Lares.

Não podemos deixar de destacar a transformação do sindicalismo argentino que está também, em parte, ancorada nas transformações do peronismo. Este, depois da derrota de 1983,

havia abandonado progressivamente suas características de 'movimento', solidamente ancorado nas organizações gremiais (corporativas) para converter-se em um partido de formato mais convencional, com comitês, organizações distritais e uma condução nacional por voto direto. Os triunfos eleitorais, e o controle de governos e prefeituras, permitiram aos quadros políticos independizarem-se das caixas gremiais, de modo que diminuiu o peso sindicalista" (ROMERO, 2001 p. 281).

Os dirigentes sindicais, de intensa atividade durante o governo Alfonsín, apenas se mobilizaram para defender seus próprios privilégios. Em 1992 se produziu uma tímida greve geral, no contexto da negociação pela desregulamentação das obras sociais e leis trabalhistas. Os líderes da *Confederación General del Trabajo* foram apoiadores do governo Menem, o que acabou por gerar na CGT uma divisão entre dois setores, ambos peronistas, que durou cerca de 10 anos: o negociador, alinhado com o governo e que apoiou as reformas neoliberais, liderado pelo presidente da CGT na época, Barrionuevo, e o dissidente, liderado por Hugo Moyano, realizaram diversas atividades separadas.

Moyano, presidente do sindicato dos caminhoneiros, assumiu a secretaria-geral da CGT nas eleições realizadas em 2004. Embora unificada, a CGT possuía grupos internos que divergiam em temas como o aumento do salário mínimo e o alinhamento com o governo.

Na CGT, que sofreu divisões desde sua fundação em 1930, os setores que atualmente estão em conflito são os mesmos que na década passada levaram a central operária a se separar em duas facções antagônicas. A disputa aconteceu entre os partidários de um dos dirigentes da CGT e o líder do sindicato dos caminhoneiros, Hugo Moyano, e um grupo de dirigentes conhecidos como "os gordos", que dirigiram o setor "dialogista" da central nos anos 1990.

A CGT permanece majoritária, mas teve que dividir o espaço de afiliação dos trabalhadores a partir de 1992, quando foi fundada a *Central de los Trabajadores Argentinos* (CTA). Reconhecida oficialmente em 1997, é a mais nova central argentina de trabalhadores, e se diferencia por agrupar trabalhadores empregados e desempregados. Está baseada em três conceitos: a afiliação direta, democracia plena (eleições das conduções local, provincial e nacional) e autonomia política em relação ao governo ou partidos políticos²¹.

A CTA reúne atualmente cerca de 240 organizações, das mais diversas formas de trabalho: estatais, professores, artesãos, desempregados, trabalhadores transitórios (sazonais), cooperativas, fábricas recuperadas e inclusive associações indígenas, camponesas, eclesiais, organizações territoriais, entre muitas outras. Participa e promove manifestações contra o desemprego, a flexibilização trabalhista, o FMI, o ajuste econômico, além de propor diversos projetos de renda mínima para os desempregados e participou de diversos cortes de estradas e ruas através de suas organizações piqueteras afiliadas.

As outras transformações no sindicalismo argentino se relacionam diretamente com as transformações no mundo do trabalho e na economia. Um dos principais motivos da perda de influência do movimento sindical foi o fechamento de milhares de indústrias, que fez com que inclusive a população economicamente ativa diminuísse, assim como fez funcionários públicos serem demitidos das empresas privatizadas.

A nova ordem econômica modificou o papel do sindicalismo e dos trabalhadores na cena política. A desindustrialização reduziu o peso dos trabalhadores industriais, que por décadas constituíram o núcleo mais organizado e combativo do movimento operário argentino, além de desencadear o desemprego e a difusão do trabalho informal, que acabaram por reduzir ainda mais o número de trabalhadores sindicalizados. Os setores mais

²¹ Dados obtidos na página da CTA < <http://www.cta.org.ar/institucional/institucional.shtml>>. Acesso em: 08 mar. 2008.

prejudicados pelo corte de postos de trabalho foram os funcionários públicos, tanto federais como provinciais, e os trabalhadores de empresas privatizadas e dos setores econômicos impactados pela abertura indiscriminada ao exterior.

Em sintonia com as tendências da economia mundial, na Argentina se inicia um processo de flexibilização das leis trabalhistas, alinhada com o discurso de que leis muito rígidas e direitos muito onerosos ao empregador acabavam inibindo empresas a contratarem mais trabalhadores. Por este discurso, a flexibilização aumentaria a competitividade da economia e diminuiria o desemprego e a informalidade, pois os empresários se sentiriam mais propensos a contratar sem obrigatoriedades temporais em relação ao trabalhador.

A retirada dos direitos foi progressiva, começando com a limitação do direito de greve no setor público, em 1990. A *Ley Nacional del Empleo*, em 1991, estabeleceu a possibilidade de contratações temporárias e a redução da carga social para o empregador, fixando um valor máximo de indenização em caso de demissão e descentralizou a negociação coletiva por empresas.

Outra importante reforma foi a da previdência social, com o objetivo de passar de um sistema público de repartição intergeracional a um de capitalização a cargo de entidades privadas, denominadas *Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones* (AFJP), tomando como referência o modelo chileno. O sistema previdenciário estava em crise devido à diminuição do número de trabalhadores contribuintes, à queda dos salários e, por conseguinte, do valor da contribuição, evasão e utilização indevida dos fundos por partes do Estado (RAPOPORT, 2006, p. 806).

A lei de flexibilização (*Ley de Reforma Laboral*) foi sancionada em maio de 2000 dentro de um contexto de denúncia de propinas para senadores e para importantes líderes sindicais. A informação de que os senadores que votaram sua aprovação teriam recebido suborno acabaram levando à renúncia do vice-presidente Carlos “Cacho” Alvarez, em outubro de 2000²².

As características da reforma trabalhista de 2000 estão ligadas à preocupação do Ministério de Economia em se ajustar ao mercado e aos organismos internacionais de crédito. Suas principais características foram prolongar o contrato de experiência de três meses para seis meses e possibilitar a flexibilização da duração da jornada por meio de convênios

²² Lanata (2003), p. 414. “(...) em 29 de março de 2000 o sindicalista Hugo Moyano denunciou que o então ministro do Trabalho, Alberto Flamarique, havia se vangloriado de ‘ter uma BANELCO’ (cheque) para conseguir o voto dos senadores do PJ a favor da reforma trabalhista impulsionada pela Alianza”. A lei foi aprovada pelo Congresso em 12 de abril. “E em 25 de junho, na capa do jornal *La Nación*, o colunista Joaquín Morales Sola afirmou com todas as letras que haviam existido “favores pessoais” aos senadores peronistas para que tal lei fosse aprovada”.

coletivos de trabalho, beneficiando as empresas que podiam escolher com quem negociar - os sindicatos, as comissões internas ou os próprios trabalhadores.

Os trabalhadores, que com a flexibilização já haviam ficado sem assistência médica, férias, décimo-terceiro e licenças, ficaram também sem a mínima cobertura social para aposentadoria, a não ser que passassem a contribuir para sua previdência privada.

Outro dos reflexos da flexibilização – e do desemprego - foi a superexploração da mão-de-obra. Em 2006, de acordo com reportagem do jornal *Página 12*²³, mais de 39% da mão-de-obra empregada trabalhava em média 12 horas por dia. Esses empregos se caracterizam, além da extensão horária, pela informalidade e por salários abaixo do mínimo exigido. Os casos mais significativos se encontram na indústria têxtil, com grande quantidade de mão-de-obra boliviana sem documentos, supermercados e *telemarketings*, além de contratos terceirizados no setor público (limpeza, manutenção) e das contratações sazonais para colheitas. Uma elevada taxa de disponibilidade de trabalhadores deteriora as condições de emprego e faz com que os custos da mão-de-obra sejam bastante baixos: aproximadamente 2,50 dólares por hora em Córdoba e Rosário, comparado com 3 dólares a hora em Buenos Aires, 4,25 na Cidade do México, 5,25 na Costa Rica e 5,60 no Chile.

Pobres, novos pobres e suas identidades

Quem são esses pobres que começam a aparecer nas pesquisas dos cientistas sociais argentinos? É importante observar alguns dos significados que se atribuem a eles. É na década de 1980 que se registra o nascimento de uma nova categoria social: os novos pobres. De acordo com Caputo (2004), o termo novos pobres

faz referência à crise de emprego dos setores médios, ou seja, aqueles que, tendo conseguido chegar a certo nível de bem-estar através de sua estabilidade no trabalho, sofreram a queda dos salários reais na década de 80 e logo a crise de emprego nos 90. Em um primeiro momento não puderam manter um fluxo de ingressos necessários para sustentar certo nível de vida mas logo não apenas perderam sua cobertura de previdência social senão que deverão afrontar os conflitos sociais e familiares associados ao desemprego prolongado. Essa mudança em sua relação com o mercado de trabalho os foi convertendo em excluídos (CAPUTO, 2004, p. 3)

²³ GAGO, Veronica. A destajo. Caderno Cash. **Página 12**, Buenos Aires, 21 maio de 2006.

Uma grande parte dos mais de 20 milhões de pobres provém da classe média, que ao longo dos últimos dez anos, foi ficando sem emprego, passou a trabalhar “*en negro*” (na informalidade), a viver de “bicos” ou trabalhando por conta própria (taxistas, proprietários de micro empresas, vendedores ambulantes, etc). São pessoas que vivem objetivamente uma situação de pobreza, mas que têm sistemas de vida, expectativas e visões que não são próprias do universo da pobreza.

Junto aos novos pobres, estão os empobrecidos durante a ditadura e ao longo do governo Alfonsín. Uma mudança muito importante e peculiar foi o surgimento de pobres em uma sociedade até certo tempo com menor índice de desigualdades e a dificuldade de assimilar sua existência na sociedade. Kessler e Armoni (2004) analisam as sucessivas imagens de um país em crise social, em especial a partir da redemocratização. A discussão sobre a “questão social” é uma noção residual, especialmente enquanto prevalece o mito do país rico - situação que começa a mudar, mas ainda pouco perceptivelmente, a partir da crise de 1929.

O Estado justicialista outorga direitos para os trabalhadores sindicalizados; para os não-assalariados, cria a Fundação Eva Perón, de caráter assistencialista. A pobreza é uma categoria à parte dos trabalhadores - os pobres e desamparados são aqueles que não podem se beneficiar da máquina da sociedade salarial - e são atendidos pela “mãe” (Evita), enquanto os trabalhadores se entendem com o “pai” (o presidente, Perón).

Na ditadura foram criadas ações para as pessoas “carentes”, embora o governo militar negasse que existissem pessoas passando fome. A pesquisa social é dificultada e os poucos números sobre o período são elaborados por observadores internacionais, como a Unicef.

No primeiro momento da redemocratização, surge a “novidade” da fome, impulsionada pela denúncia social da Igreja, enquanto os organismos de direitos humanos aumentavam a pressão para que o governo admitisse as desapareições, e as primeiras manifestações contra a carestia, o aumento dos aluguéis, como apontaram Kessler e Armony (2004, p. 97).

A abertura democrática não implicou a instalação da questão social no centro dos debates, devido a uma defasagem entre o que realmente aconteceu na estrutura social e a consciência da sociedade. Os discursos de Alfonsín acusavam a fome de ser um legado da ditadura, e a democracia aparece como solução para todos os males. O governo teve dificuldade em aceitar a realidade da fome na Argentina e integrá-la como parte prioritária nas ações destinadas à questão social. Uma pesquisa apresentada em 1984 pelo INDEC, com

dados do censo de 1980, mostra que $\frac{1}{4}$ da população argentina não tem suas necessidades básicas atendidas: o governo cria o *Programa Alimentario Nacional* (PAN), que distribuiu cestas básicas para cerca de 700 mil famílias.

Nessa época, a distribuição de alimentos gerou um forte choque cultural, como colocam Kessler e Armony (2004, p. 101), pois muitos dos beneficiados eram trabalhadores, e mesmo pessoas em extrema necessidade deixavam de solicitá-la pois achavam que esse benefício era para os realmente pobres. O próprio governo lançou o programa como uma necessidade de emergência, uma exceção, que deveria ser corrigida com a democracia e uma correta distribuição de investimentos. Esse programa também expôs que a fome não está apenas nas províncias pobres, mas também no rico conurbano bonaerense.

No final do governo Alfonsín (1989), com hiperinflação, houve uma onda de saques, que voltou a chocar os argentinos que achavam que os pobres não existem no seu país. A culpa foi atribuída à alta do dólar, que insiste em subir - atribuindo uma relação de exterioridade aos problemas do país.

No governo Menem se deu um tratamento fiscal à questão social - que é colocada em separado do social (KESSLER; ARMONY, 2004, p. 106). O discurso foi de que as reformas têm um custo social, inevitável e necessário, e que com o passar do tempo, os mais prejudicados (os mais pobres que sofrem com os cortes dos programas sociais) seriam beneficiados. A classe média começou a ser suprimida, e com ela, toda uma noção de sociedade, que era baseada na divisão trinária classe alta- média- baixa, com predomínio da média durante um importante período do século XX.

Em 1995, com 18,5% de desemprego, este aparece como problema coletivo, mas como o governo não estabeleceu uma política oficial de contenção ou suporte, as soluções tiveram que ser buscadas individualmente. Não se questiona o “modelo”, pois não se pode nem cogitar ações estatais que violentassem a estabilidade econômica.

A sociedade tenta estabelecer novos critérios de demarcação no interior de uma sociedade que se modificou: os pobres são indivíduos perigosos, por serem desempregados. Esta concepção passa ao movimento piquetero, cujos membros são considerados vagabundos, desordeiros, agressivos, violentos, dentro da tentativa de criminalizar o protesto social.

Pratesi (2003) aponta três identidades atribuídas ao pobre: o pobre honesto, o pobre ladrão (“chorro”) e o pobre piquetero. O pobre honesto seria aquele que é “trabalhador”, que mesmo desempregado não deixa de procurar emprego e presta serviços em troca de algum dinheiro (“dignifica o dinheiro recebido”), é limpo e participa das atividades que lhe são propostas. O “chorro” pratica pequenos furtos, trafica drogas, é beneficiário dos programas

sociais mas é visto sempre com desconfiança pois pode praticar um delito a qualquer momento. Os números da CORREPI incluem os jovens baleados “pelas dúvidas, porque poderiam ser ladrões, colocando em evidência a existência de esquadrões da morte que fazem limpeza social com o propósito mascarado de brindar segurança aos bairros”²⁴.

Já o pobre piquetero é visto com ambigüidade: possui as características do pobre honesto, mas assume uma posição diferenciada quanto à pobreza, enfrentado pelo governo através do discurso da politização e da criminalização. Essa visão reproduz a idéia de que os piqueteros reclamam apenas enquanto “fantoques” de políticos opositores, e perturbando a “normalidade institucional” que o presidente Nestor Kirchner pediu a todos os argentinos. O movimento piquetero é considerado um problema, um perigo que ameaça a ordem social.

A estigmatização dos piqueteros se completa pela distinção que o governo faz entre protesto legítimo e ilegítimo, aquele que teria “causas políticas”. Entretanto, a perseguição do governo Kirchner aos “piqueteros malos” assumiu proporções maiores: é a eles que o discurso é dirigido. As denominações variam: “duros”, “malos”, “piquemalos”, “*los del palo*”, “*los de la capucha*”²⁵. As características desses grupos são continuarem a fazer piquetes, geralmente fazendo cortes totais (sem deixar caminho alternativo), manterem uma posição contrária ao governo e utilizarem um lenço para cobrir o rosto durante a realização do corte²⁶. Estão incluídos nessa tendência a *Corriente Clasista y Combativa* (CCC), o *Movimiento de Jubilados y Desocupados* (MIJD), o *Polo Obrero* (PO), a *Coordinadora de Unidad Barrial* (CUBA) e a *Frente de Trabajadores Combativos* (MAS), a maioria deles vinculados a partidos de esquerda.

Do outro lado estão os “blandos”, “buenos” ou “dialoguistas”²⁷, caracterizados por não fazerem cortes totais e estarem sempre abertos à negociação. São representados pela FTV liderada por e pela CCC lideradas respectivamente por Luis D’ Elia e Juan Carlos Alderete.

Os piqueteros são pobres. Mas não pertencem ao mundo tradicional da marginalidade estrutural (como ocorre no Brasil, Venezuela ou Peru), senão ao mundo de uma sociedade salarial desarticulada. Por isso os movimentos piqueteros são tão persistentes e organizados.

²⁴ CORREPI (2005). Discurso de apresentação do arquivo de casos.

²⁵ Duros, maus, piquemaus, “os do pau”, “os do capuz”.

²⁶ “O fato de que os companheiros que estão no piquete cubram o rosto se deve a uma questão básica de segurança. Por que nós depois voltamos ao bairro e o mesmo policial que está incomodado por que tem que passar dois dias na rua por que cortamos a estrada, é o mesmo que depois patrulha por nossas casas. Além disso, há que se levar em conta o nível da inteligência, que consiste em filmar as características do corte e, sobretudo aos companheiros que estão no piquete, pois depois essas imagens são utilizadas para armar causas e processar a esses companheiros”. Entrevista com Pablo, MTD de Lanús. (KOHAN, 2002, p. 39)

²⁷ Brandos ou “suaves”, que cedem; bons, dialoguistas.

Têm vínculos históricos com os sindicatos e com as organizações sociais de bairro”, como coloca Godio²⁸.

Como veremos no capítulo dois, com a mudança do eixo do movimento piquetero das províncias para a capital, Buenos Aires, a partir de 2001, tem-se uma “piqueterização” de movimentos urbanos ligados à questão da moradia, que adoram o repertório de luta piquetero e passam a formar as mais massivas organizações até o momento, retirando em parte o caráter multissetorial dos primeiros protestos e diminuindo a participação de outros setores sociais.

Um novo ciclo de protestos

Um novo ciclo de protesto iniciou na América Latina durante a década de 1990. Essas novas ações coletivas se distinguem por um incremento na radicalidade de suas formas e sua extensão temporal (TADDEI, 2002, p. 30), e se observa uma contaminação regional das formas de luta. Houve uma paulatina difusão regional para o Chile, Peru, Panamá, Uruguai, embora com menos impacto político que na Argentina, onde o arco de ações coletivas, protestos e movimentos, foi o mais amplo.

Os estudos sobre as ações coletivas dos últimos 20 anos se concentraram principalmente em dois momentos históricos que coincidem com sua emergência: o correspondente ao ocaso da ditadura militar e à transição democrática, nos 1980, e o de crise do modelo neoliberal, nos 1990.

Os movimentos surgidos logo após a redemocratização estão vinculados a um sentimento ético, humanizante e democratizador que tentava superar os horrores da ditadura militar (DI MARCO, 2004, p. 9). Durante a presidência de Alfonsín, os protestos eram relativamente “clássicos”, fortemente centralizados em organizações sindicais; temos também o protesto civil, centralmente orientado pelo tema direitos humanos e remetendo suas origens a tempos da ditadura militar.

Este tipo de protesto entra em crise no governo Menem, pela forma como esse governo levou adiante, por um lado, transformações no setor público privado, mas também - e centralmente - no estatal e as relações particulares que este presidente leva adiante com a dirigência sindical. Tudo isso debilitou consideravelmente o protesto dos setores

²⁸ GODIO, Julio. Los movimientos piqueteros ante una seria disyuntiva política. Disponível em <http://www.diarioc.com.ar/cartasaldirector/Los_movimientos_piqueteros_ante_una_seria_disyuntiva_politica/56810>. Acesso em: 26 mar. 2006.

sindicalizados clássicos, que se concentrava no setor estatal e, depois das privatizações e com o forte incremento do desemprego, se fragmentaram.

Em 1991, 1992 e 1993, o protesto está orientado a questões locais muito específicas; surgia e desaparecia sem nenhuma capacidade de articulação, nem sequer em espaços regionais próximos (SCHUSTER, 2004, p 47/48).

Na década de 1990, se observa um novo ciclo de protestos e surgimento de movimentos sociais na Argentina. Esse ciclo é diferente devido, entre outros motivos, à combinação de saques, cortes de estradas, ruas e *cacerolazos*, como aponta Auyero (2001). As mudanças que a ação coletiva sofreu não são resultado de uma explosão, mas o ponto alto de um processo de mobilização popular que levou quase uma década.

Na última década, como analisam Schuster, Pereyra e Scribano (2001), há uma emergência de novas formas de luta, com novos atores e temas. Comparando com os anos 1980, aumentaram e se diversificaram as organizações, se modificaram os temas e demandas e surgiram novas modalidades de protesto. As formas de ação coletiva contemporâneas mostram associações de protagonistas por tempos breves, localizadas e sem constituir necessariamente identidades coletivas no espaço-tempo.

Schuster (2005) debate a articulação dos conceitos de movimentos sociais com o de protesto, já que a identidade por si só não dá conta dos complexos e fragmentários episódios de ação coletiva dessa época, tampouco é suficiente pensá-los como meras associações circunstanciais de interesses, sob um cálculo de racionalidade estratégica.

O protesto é a expressão visível de um movimento. Mas o protesto não tem continuidade, enquanto o movimento deve incluir como características identidade coletiva, organização, continuidade no tempo e extensão espacial (SCHUSTER, 2005, p. 48). A articulação entre ambos conceitos se torna importante para compreendermos o movimento piquetero: o nome que os identificou, sua condição social (desempregados) ou suas demandas, além de sua própria ação, são oriundos de sua forma de protestar, não de uma organização prévia.

Para a maioria dos autores - Auyero (2002), Svampa (2004), Schuster (2001), Zibechi (2003), o novo ciclo se inicia em 1993, com o “Santiagoño”²⁹. Para outros, como Taddei (2001) inicia em 1996, ano de surgimento dos primeiros cortes de estrada.

²⁹ Ou “Santiagazo”. Protestos na capital da província de Santiago del Estero, em 1993, quando a população local atacou os prédios da Casa de Gobierno, sede do governo da província, os Tribunales, a Legislatura, além de residências privadas de funcionários públicos e políticos. Sobre o tema, ver Auyero (2002).

Estas ações coletivas não surgiram de um vazio histórico e social. Di Marco e Palomino (2004) enfatizam os legados de outros movimentos que as precederam - o mais significativo entre eles, o de direitos humanos. O movimento piquetero, em especial as agrupações de Buenos Aires, possuem também raízes nos movimentos de base territorial (bairros) dos anos 1980 e nas comunidades eclesiais de base, assim como nas ocupações urbanas dessa década.

As “velhas formas” (boicote, concentração, greve de fome, marcha, greve, apropriação, ocupação, motim) passaram a coexistir ou ser substituídas pelo corte de estrada, acampamento, cacerolazo, escrache, as barracas e tendas em frente a prédios públicos, e o *cyberprotesto*. Há uma forte tendência a atividades conjuntas, multissetoriais, que reúnem diversos movimentos: trabalhadores empregados, desempregados, estudantes, comerciantes e pequenos produtores rurais e urbanos.

O auge desse ciclo foi o ano de 2001: ao longo de todo período foram realizados um grande número de protestos e o mais importante deles, chamado por Zibechi (2003) e outros autores de “Argentinazo”, movimento que produziu a primeira derrubada de um presidente por manifestação popular. Os protestos de dezembro possuíam causas políticas (decepção com a representação política, o lema “*que se vayan todos*”) e são marcados pela índole massiva, espontânea e apartidária (não houve convocatória por partidos ou movimentos). Também é característica desse período uma fase de grande participação da classe média, em especial no final de 2001/início de 2002, que logo depois se desmobiliza. Este protesto está inscrito em um processo mais longo de incremento do protesto social, fortalecimento dos movimentos sociais e crescente radicalização social.

Este ciclo coincide com a história do movimento piquetero: surge em meados da década de 1990, aumenta o número de marchas e cortes de estrada, ano após ano, e teve seu período de auge em 2001 e 2002 (ver gráfico no capítulo 2).

Auyero (2002, p. 14) questiona a equação desemprego mais pobreza como equivalente a protesto. Os analistas atribuíram os cortes e explosões populares a um estímulo econômico - só relacionado com desemprego, aumento dos níveis de pobreza, falta de pagamento dos funcionários públicos, o *corralito*. Essas ações eram vistas como compulsões quase mecânicas, pouco conscientes, mal organizadas e caóticas.

Para ele, “a forma do protesto tem a ver com processos políticos e com formas de reclamação aprendidas em repetidos enfrentamentos com o Estado e com seu relativo êxito ou fracasso. As maneiras com que as pessoas formulam suas reclamações têm a ver com a política e a cultura da ação coletiva” (AUYERO, 2001, p. 14).

O que aconteceu nos anos 1990 para que estes movimentos tão particulares da Argentina tenham surgido nesse momento? Para Palomino (2004, p. 35/36), “efetivamente a partir de 1995 se fizeram mais notórios os problemas de funcionamento do modelo econômico instalado nessa década, cuja origem se pode situar na época de Martínez de Hoz durante a ditadura”. Estes movimentos “não surgem pela quebra do modelo neoliberal senão pelas conseqüências de seu funcionamento, e creio que marcam o momento em que a sociedade toma consciência de que este era um modelo em certo sentido, sem retorno” (PALOMINO, 2004, p. 37).

A desindustrialização e o deterioração das condições de vida das classes populares teve como conseqüência o estabelecimento do bairro como o espaço natural de ação e organização, convertendo-se em espaço de interação entre diferentes atores e organizações de base, comunidades eclesiais, ONGs. O distanciamento do mundo do trabalho formal (causado pelo desemprego e pela desindustrialização) fez com que surgisse uma nova militância territorial (luta pela terra e serviços básicos) (SVAMPA, 2005, p. 240).

Ao deslocamento do conflito (da fábrica para o bairro) acompanhou uma transformação nas formas de luta. O trabalhador, agora desempregado e tendo como espaço de convivência o bairro, luta agora por direitos básicos como moradia, luz, serviços básicos. Como demonstra Svampa (2005, p. 168):

os assentamentos expressam a emergência de uma nova configuração social que coloca em manifesto o processo de inscrição territorial das classes populares. Ligadas à luta pela moradia e serviços básicos, essas ações foram construindo um novo marco e, por sua vez, um entrelaçamento relacional próprio, cada vez mais desvinculado do mundo do trabalho formal. Uma das primeiras conseqüências desta inscrição territorial é que o bairro foi surgindo como o espaço natural de ação e organização, e se converteu no lugar de interação entre diferentes atores sociais reunidos em refeitórios, salas de saúde, organizações de base, formais e informais, comunidades eclesiais, em alguns casos, apoiados por organizações não-governamentais. Ao fim, o surgimento de novos espaços organizativos dentro do bairro conheceu um novo impulso, ainda que fugaz, durante os episódios hiperinflacionários de 1989 e 1990, visíveis na proliferação de refeições coletivas e restaurantes populares.

Não podemos deixar de fazer menção à influência ou centralidade do peronismo na política argentina ainda hoje. A partir da década de 1980 e 1990, o Partido Justicialista muda o foco de sua base de sustentação (grêmios e sindicatos) para os bairros, através da criação de um sistema territorial e assistencial baseado na figura do *puntero*. Entre 1991 e 1997, a política nos bairros foi fechando-se em sua dimensão mais reivindicativa, despojando-se de seus laços tanto com a militância política quanto com o mundo sindical, relacionado à

mudança de foco da política peronista, do sindical ao territorial e à despolitização da militância, concebida como “trabalho social”.

Os *punteros* são militantes do Partido Justicialista colocados como intermediários entre os recursos federais, provinciais e municipais dentro do bairro (cestas básicas, consultas médicas, vagas em escolas), além de serem os responsáveis pela elaboração das listas de beneficiários dos planos de assistência. Sua capacidade de mobilização da comunidade (para atividades políticas peronistas, como comícios) é o que faz com que tenham maior ou menor acesso aos recursos governamentais³⁰.

O recebimento do plano tem como exigência uma contraprestação de trabalho, a ser definida por uma necessidade da comunidade - varrição da rua, cortar a grama, reformas em escolas ou espaços públicos, entre outras atividades. Existiram diversas denúncias no sentido de que o Partido Justicialista utilizou os beneficiários dos planos como mão-de-obra barata e informal para a realização de serviços que eram obrigação do poder público, assim como de que muitos *punteros* aproveitaram os beneficiários como seus empregados - utilizando-os como faxineiras e lavadores de carro.

Em algumas agrupações do movimento piquetero, o recebimento do plano é vinculado ao comparecimento em marchas e protestos. A assiduidade aos eventos é o que garante a inclusão ou exclusão de um militante da lista de beneficiários. Esse é um dos argumentos levantados pelos críticos do piqueterismo: ao aceitar o benefício financeiro e fazer uma utilização também clientelista dos *planes*, reproduziriam a política clientelista do peronismo e não contribuem para sua ruptura, pelo contrário, contribuem para sua continuidade.

Mas não podemos deixar de mencionar que o controle dos *planes* gerou conflito (e também competição) entre piqueteros e *punteros*: estes últimos não querem perder seus vínculos com a comunidade, enquanto muitos beneficiários organizados pelos piqueteros são ameaçados pelos *punteros* por não estarem integrando a rede “oficial” de assistencialismo do governo. Como coloca Ferrara (2003, p. 53), “os punteros trabalham os companheiros. Dizem

³⁰ O sistema punteril começou a ser utilizado pelo Partido Justicialista na década de 1990, na região metropolitana de Buenos Aires. O puntero é “fruto do desequilíbrio do vínculo político, uma vez que aparece como mediação frente a um Estado distante (e ao qual os ‘pobres’ não têm acesso direto em termos de cidadania) e figuras de manutenção de um modelo clientelista de manutenção social” (MARTUCELLI; SVAMPA, 1997, p. 388). Os bens materiais são trocados por valores eleitorais: o *puntero* consegue votos para o político em troca de favores para si e seus colaboradores. Duhalde, quando governador da província de Buenos Aires, utiliza também um sistema clientelista, baseado no trabalho de mulheres, as *manzaneras*, coordenado por sua esposa, a primeira-dama Hilda Duhalde. Cada *manzanera* era responsável por um quarteirão (*manzana*). Entretanto, o punterismo também pode ser utilizado por outros partidos. Martuccelli e Svampa (1997, p. 389) fazem referência a punteros profissionais, que trabalham para o político da vez, independente do partido político que o contrate. Entretanto, o punterismo ficou mais associado ao peronismo devido a que a maioria dos municípios da região metropolitana de Buenos Aires eram governados por prefeitos do Partido Justicialista, assim como o governo da província de Buenos Aires.

a eles: saia da (Cordinadora) Verón que te dou um plano, não é necessário ir aos cortes, não terás problemas com a polícia. Me dás 40 pesos por mês e pronto”.

A política de massificação dos planes, iniciada em 2002, levou ao fortalecimento da matriz assistencial do modelo neoliberal.

(...) a curto prazo, o objetivo do PJJH era duplo: por um lado, amenizar a grave situação de urgência e necessidade social que atravessava uma parte importante da população; pelo outro, conter o agravamento do conflito social, frente às reclamações cada vez maiores do conjunto das organizações piqueteras. Da perspectiva do governo, uma das conseqüências “indesejadas” dessa política era a expansão do volume de aderentes dentro das organizações piqueteras, através da multiplicação de *planes* e ajuda alimentária. Mas, a médio prazo (..) era recompor os históricos e deteriorados laços do PJ com os setores populares. (Svampa, 2005, p. 254).

A efeito de comparação, o sistema punteril, através dos governos municipais, controla 90% dos planes, enquanto o movimento piquetero controla apenas 10% deles³¹.

Também fizeram partes das transformações nas formas de protesto popular ocorrida nos anos 1990 o deslocamento do conflito trabalhista da área industrial para o setor público, a diminuição do número de reclamações salariais, o crescimento da demanda por pagamentos atrasados e por demissões, a redução do total de greves, o incremento do número de cortes de estradas, manifestações populares e greves de fome, aumento da frequência do protesto nas províncias e o crescente protagonismo dos grêmios provinciais e municipais como atores do conflito.

Surgem com força também novas formas de organização: assembléias populares nos bairros, organizações não governamentais, que criaram ou recriaram redes sociais e colocaram o tema do desemprego e as conseqüências sociais da política socioeconômica do governo no centro do debate: “emerge uma nova forma de protestar, uma acumulação de rotinas aprendidas e compartilhadas mediante as quais grupos sociais formulam coletivamente reclamações ao Estado. A denominação que começa a aparecer com mais frequência é piquetero” (AUYERO, 2002, p. 16).

³¹ Quando a ministra do Trabalho do então “presidente Duhalde, Graciela Camaño, acusou os piqueteros de ‘extorquirem’ aos beneficiários com os planes e querer ser eles os que tenham o poder para aplicar baixas ou altas, o líder da CCC tomou as dores e, apesar de não ter sido ele o acusado, disse que ‘a ministra se equivoca ao não dar nomes, mas eu digo que pessoas que extorquem com os planes há em todos os lados, e se nós descobrimos a algum em nossa organização, os expulsamos diretamente’. Pouco depois se comprovou que das quase 4000 denúncias apresentadas no Ministério do Trabalho até o dia 23 de janeiro (de 2003), apenas 72 eram contra líderes de movimentos piqueteros, entre elas apenas 30 contra a CCC e 5 contra a FTV, cifras pequenas demais se temos em conta que a grande maioria do resto das denúncias foram apresentadas precisamente contra punteros do Partido Justicialista, ao qual pertence a ministra Camaño”. (SCHNEIDER MANSILLA; CONTI, 2003, p. 52/53)

Os eventos de Cutral-Có e Jujuy são os mais lembrados por que é ali que acontecem as primeiras manifestações logo denominadas piqueteras, mas na mesma época aconteceram muitos outros protestos. Essa forma de protesto foi aprendida e adotada em todo país: são 140 cortes em 1997, 51 em 1998, 252 em 1999, 514 em 2000 e 1383 em 2001 (BONASSO, 2002, p. 146).

Para Schuster (2001, p. 95), o ciclo de protestos que viveu a Argentina no final da década de 1990 e início dos anos 2000 foi o mais importante desde 1983, pela quantidade de protestos, a expansão territorial e a variedade de atores envolvidos. Vários fatores contribuíram para a forma desse novo ciclo de protestos: o desprestígio dos sindicatos no governo Menem, a crise que colocou também a classe média na fila dos bancos e a profunda crise política desencadeada pela derrubada do presidente De la Rúa.

Nos protestos de dezembro de 2001, haviam várias frentes de combate, entre elas os “panelaços” (cacerolazos - classe média) e os piqueteros. A classe média lutava pela devolução de suas poupanças congeladas - o que pressupunha que possuíam bens e alguma reserva de dinheiro (e empregos). Os piqueteros não tinham nada. Não tinham mais emprego, nem tinham mais como se alimentar.

Os piqueteros continuaram seus protestos de forma mais intensa ao longo de todo ano de 2002, com o bloqueio de estradas, marchas, manifestações. Esse é considerado o ano de auge do movimento piquetero, quando articulam um grande poder de pressão junto ao governo mas também quando sofre uma das mais ferozes repressões, e também de efervescência de inúmeros outros movimentos sociais como as assembléias, clubes de troca, e o próprio sindicalismo, que também protagonizou muitas manifestações, contribuindo para que no ano de 2002 fossem realizados 2336 atos de protesto.

É importante assinalar que as organizações piqueteras aos poucos deixam de ser as protagonistas centrais dessa forma de protesto, que foi adotado por outros setores sociais. Ao longo de 2007, apenas 3% dos cortes de estrada e ruas foram levados a cabo por grupos piqueteros³². O restante se deve principalmente aos cortes realizados por grupos ambientalistas e de moradores da província de Entre Ríos, na ponte internacional que leva a Fray Bentos, onde foi instalada em 2007, apesar dos intensos protestos argentinos, uma filial da indústria de celulose finlandesa Botnia.

³² BELSUÉ, Milagros López. Análisis cuantificado de los cortes de rutas y vías públicas. Centro de Estudios Nueva Mayoría, dezembro de 2007. Disponível em <http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=170&Itemid=30>. Acesso em: 5 mar. 2008.

ANO	CORTES/ANO	MÉDIA MENSAL
1997	140	11
1998	51	4
1999	252	21
2000	514	43
2001	1383	15
2002	2336	194
2003	1278	106
2004	1181	98
2005	1199	100
2006	817	68
2007	593	-

Fonte: Elaborado sobre dados de BELSUÉ, 2007.

Também dentro desse ciclo deve ser mencionado o surgimento de inúmeras outras formas de “ações coletivas” como os clubes de troca (alimentos, serviços, objetos, roupas, etc), associações de pequenos produtores agropecuários e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis (muitos deles haviam sido trabalhadores assalariados industriais, hoje desempregados). É importante salientar que essas redes de solidariedade e produção são às vezes a única forma de aquisição de produtos básicos para algumas famílias.

O movimento de empresas recuperadas (fábricas que fecharam ou faliram, retomadas pelos trabalhadores, que a coordenam de forma cooperativa) foi um dos mais representativos dessa época. Em alguns lugares do país foram impulsionadas por grupos piqueteros e, em outros, por sindicatos, estabelecendo redes de comercialização dos produtos fabricados por essas empresas, entre os movimentos sociais.

As Mães da Praça de Maio, movimento já tradicional e amplamente reconhecido, incorporou novas demandas, além dos direitos humanos, e participa de protestos conjuntos com os piqueteros e outros movimentos, e promove ações culturais através da Universidade das Mães das Praça de Maio e uma editora de livros.

Dentro desse processo de criminalização, começam a ser tecidos importantes vínculos entre o movimento de Direitos Humanos e o movimento *piquetero*, relacionados com a violência de Estado (monitoramento das situações de repressão e criminalização dos protestos sociais).

O *Centro de Estudos Legais e Sociais* (CELS), entidade surgida durante a ditadura militar e que publica anualmente informes sobre a situação dos direitos humanos na

Argentina, passou a incluir o tema da criminalização dos movimentos sociais em seu relatório em 1997³³, e o seguiu fazendo ano após ano, até apresentar casos judiciais e denúncias internacionais, junto com o comitê de ação jurídica da CTA e outros setores sociais.

Como já ressaltado, a criminalização dos movimentos sociais não atinge apenas os piqueteros. Acontecem processamentos massivos também com integrantes de outros movimentos, assim como há diversos sindicalistas perseguidos. Podemos citar, por exemplo, a prisão de manifestantes em setembro e outubro de 2004, em Caleta Olivia (província de Santa Cruz). Durante a ocupação da planta petrolífera da Terminais Marítimos Patagônica (TERMAP) em reivindicação de postos de trabalho, foram detidas um grande número de pessoas³⁴. Seis delas (três mulheres) permaneceram presas por sete meses, acusadas de privação ilegítima de liberdade, usurpação, dano, entorpecimento da atividade econômica, impedimento de funções públicas, entre outras.

No mesmo ano, em julho, durante os protestos contra a reforma do Código de Convivência Urbana de Buenos Aires (que regulamenta a atividade de camelôs, prostitutas, vendedores de rua, etc.) foram presas quinze pessoas, sob acusações como coação agravada, privação de liberdade, danos qualificados, resistência à autoridade³⁵. As testemunhas de acusação foram os policiais que participaram das detenções.

São inúmeros os exemplos e voltaremos a eles no capítulo três, enfatizando os processamentos, detenções e prisões que envolvem líderes e militantes piqueteros das mais diversas regiões do país. Embora possa se perceber uma nítida tentativa de limitar a ocorrência de protestos em Buenos Aires - capital do país e lugar onde se concentram os prédios públicos para onde convergem os manifestantes próximos e distantes - através da criação de leis como o código contravencional, aprovado em 2005, e a proposta de criação de uma nova polícia especialmente para a cidade autônoma de Buenos Aires, em 2007, os episódios de criminalização aconteceram também nas outras províncias.

No próximo capítulo, pretendemos discutir a questão dos “novos movimentos sociais” e como os piqueteros se aproximam ou se distanciam desse paradigma. A partir de uma visão geral sobre a formação do movimento, vamos traçar um quadro de sua evolução enquanto opositor/ator/apoiador dos diferentes governos, para verificar em que momentos e a quais grupos a repressão estatal foi dirigida, e de que forma.

³³ CELS. Derechos humanos en Argentina, Informe Anual 1997.

³⁴ CABALLERO, Wilmar. Desalojan por la fuerza la petrolera de Caleta Olivia: 36 piqueteros detenidos. Buenos Aires, **Clarín**, Buenos Aires, 3 out. 2004; SANTA Cruz: seguirán detenidos seis de los piqueteros que tomaron la petrolera Termap. Buenos Aires, **Clarín**, 23 set. 2004; CALETA Olivia: seguirán detenidos los piqueteros que tomaron Termap. **La Nación**, Buenos Aires, 23 set. 2004.

³⁵ Episódio analisado no capítulo 3.

2. O movimento piquetero

Podemos classificar um movimento de trabalhadores desempregados como “novo movimento social”? O que aproxima ou distancia os diversos grupos piqueteros desse paradigma? Os integrantes dos movimentos piqueteros se consideram “classe” trabalhadora?

Neste capítulo debateremos algumas das possíveis respostas a essas perguntas, lembrando que são cerca de quarenta os grupos piqueteros em atividade e que as diferenças teóricas e ideológicas entre eles são muito grandes. Alguns grupos se colocam como membros da “classe” trabalhadora e participam de uma central sindical - outros se aproximam bastante das propostas de criar uma nova sociedade através de uma transformação ética. Um terceiro bloco está claramente alinhado a partidos políticos que originaram agrupações piqueteras como um braço político, e participam das eleições.

Essa separação se reflete em parte da bibliografia que pode ser dividida de acordo com a procedência de seus autores em relação ao movimento: é o caso de Oviedo (2001), Kohan (2002), MTD de Solano e Colectivo Situaciones (2002), Ferrara (2003). Essas obras debatem, de acordo com o posicionamento de seu agrupamento, como os diferentes grupos opinam como deve ser a articulação do movimento com outros setores da sociedade, qual deve ser a utilização dada aos *planes*, qual o posicionamento de classe, se é que existe, como deve ser o posicionamento frente à repressão, entre muitos outros temas. Passaremos à análise de alguns deles.

Oviedo, ligado ao Partido Obrero e ao Pólo Obrero, vê o movimento piquetero como “a criação mais genuína da classe trabalhadora e das massas exploradas argentinas nos últimos 25 anos” e aponta que para seu surgimento jogou um papel decisivo um “experiente e combativo ativismo obreiro que, como consequência das demissões e da perseguição patronal, havia ficado fora das fábricas, das construções e das jazidas” (OVIEDO, 2001, p. 4), em conjunção com as revoltas populares como o Santiagueñazo e as lutas dos trabalhadores estatais de Jujuy.

Para Oviedo, é do interesse da burguesia que os trabalhadores empregados e desempregados estabeleçam lutas separadas. Embora no início do movimento exista uma articulação entre ambos os setores, com sua expansão se inicia o debate sobre se

o nascente movimento deveria levantar suas próprias reivindicações, ligando-as ao conjunto das reivindicações do movimento trabalhador contra a flexibilização e a diminuição dos salários, ou se, pelo contrário, devia levantar reivindicações de outras classes, e inclusive de classes hostis à classe trabalhadora, como o pedido de 'reativação' dos subsídios fiscais e creditícios para as pequenas empresas levantada por algumas agrupações que viam aí uma forma de diminuir o desemprego, e este pedido esteve presente nos programas da imensa maioria dos movimentos de desempregados, até que muitos movimentos foram passando pela experiência de ver que as pequenas empresas recebiam subsídios e não criavam um único posto de trabalho (OVIEDO, 2001, p. 25).

Para Oviedo, o movimento piquetero é, em resumo, a unidade, e até a fusão, das organizações sindicais e das organizações de desempregados em uma luta comum contra o capital e Estado e como um caminho para resolver a necessidade de uma direção própria e conseqüente da classe trabalhadora. O Pólo Obrero propõe a formação de um pólo classista.

Oviedo reforça ainda a incompatibilidade entre o movimento piquetero e as direções sindicais e tentativas multissetoriais, mostrando que o movimento só “engrenou” quando se libertou destas.

O MTD Solano lida com conceitos como “situacionismo” e “contrapoder”. Não reclama por igualdade social, mas indaga sobre a produção de novos valores, de uma sociabilidade superadora do individualismo. Ao não assumir uma atitude de vítima - atitude de espera, passiva, discurso reduzido às necessidades - os membros do MTDs produzem uma nova perspectiva - capacidades e saberes - cuja eficácia consiste em potencializar diferentes projetos - econômicos, políticos, culturais, artísticos- entre os moradores do bairro e as famílias vinculadas ao movimento destinadas em princípio, a resolver problemas tais como o desemprego, a alimentação e a capacitação.

São essas características (formas horizontais de trabalho e tomada de decisões, vínculos e intercâmbios de novo tipo com outras experiências) que resignificam o corte de estrada e a forma de vincular-se ao Estado. É o início de uma nova experiência subjetiva - “já não se trata do desejo de ‘voltar a ser empregados’, de solicitar o reingresso a um segmento da desfeita estrutura social, que apenas poderia - eventualmente - aceitá-los em condições que eles aprenderam a desprezar” (FERRARA, 2003, p. 31).

Para Ferrara, o movimento piquetero possui duas vertentes:

uns fizeram os piquetes e os cortes de estrada para recuperar o perdido, os postos de trabalho, os direitos cidadãos, a reabertura das oficinas fechadas, a reestatização das empresas privatizadas. Foram e são os que pressionam para conseguir a volta de tempos passados e conquistas perdidas. Os que todavia outorgam ao sistema alguma possibilidade de retroagir as coisas à níveis anteriores. Outros, pelo contrário fizeram do piquete e do corte momentos de reflexão profunda, um ponto de partida e não de chegada, um tempo de olhar para frente, de pensar a partir dessa situação, de avaliar se o capitalismo tem alguma possibilidade de restaurar os danos causados, de reconhecer que não há volta atrás (FERRARA, 2003, p. 41/42).

Agrupações como o MIJD, a CTA e a FTV têm como meta alcançar a reinclusão social e a vigência dos direitos cidadãos. Afirmam a possibilidade de recuperar os direitos perdidos e outorga ao sistema a capacidade de fazê-lo. Ou seja, as lutas podem reverter a situação de miséria, o capitalismo pode aceitar uma redistribuição da riqueza, o sistema tem chance de ser viável para os milhões de excluídos.

As organizações criadas por partidos de esquerda (CCC, PO MTL, MST) levantam as reivindicações estratégicas tradicionais dessas forças políticas: a tomada do poder como meta para criar uma sociedade nova, o partido de vanguarda como ferramenta para conseguir esse objetivo. Para Ferrara, (2003, p. 44/45), “partem de rígidas definições sobre o momento histórico, das tarefas que são necessárias, do tipo de militante adequado e até das etapas a cumprir para chegar a conseguir finalmente à tomada do poder”.

Outras, como o MTD de Solano, “sustentam a busca de respostas novas” e trabalham sabendo que cada passo que dêem na consolidação de sua autonomia os distancia de uma relação assistencialista ao mesmo tempo que os aproxima da construção de uma nova maneira de afirmar-se na vida. “Trabalho não é só o que está dentro da fábrica, é tudo que podemos transformar e construir com as próprias mãos” (FERRARA, 2003, p. 51).

Por parte das ciências sociais, o interesse pelo movimento piquetero não foi diferente. São obras de referência para o estudo do movimento piquetero Svampa e Pereira (2004), Massetti (2004), além de outras abordagens que, embora tenham como tema o surgimento dos diversos movimentos sociais pós-2001, abordam o movimento piquetero: Almeyra (2004), Ayuero (2002), Zibechi (2003), Di Marco et al (2003), Di Marco, Palomino (2004). Todos esses autores têm em comum o debate sobre as causas que motivaram o surgimento piquetero. Podemos encontrar nos autores militantes uma espécie de busca de um “mito fundador” e de um marco temporal que possa ser apontado como gerador do movimento piquetero.

Para Zibechi, que centra sua análise nos MTDs da Cordinadora Aníbal Verón, esta nova forma de ser trabalhadores que estão construindo os piqueteros, ao criar uma identidade coletiva ligada à luta (ZIBECHI, 2003, p. 131), tem como base um novo padrão de

organização do espaço e a construção de relações sociais diferenciadas. “Estamos presenciando a conformação de uma terceira classe trabalhadora: a primeira teve como eixo o sindicato de ofícios, a segunda o sindicato de massas e a terceira parece girar em torno da organização territorial complexa”. (ZIBECHI, 2003, p. 171).

Masseti (2004) propõe mostrar um universo de fenômenos que incluem múltiplas situações e atores em um processo geral de politização urbana no qual o “piqueterismo” seria uma forma mais de inscrição conflitual e, em definitivo, sua “tecnologia de representação”, ou seja, como uma tática de confrontação no marco de uma estratégia de acumulação política.

A composição deste conjunto heterogêneo de atores sociais que optam pelo piqueterismo como forma de emergir politicamente se nutre, principalmente, de uma base social em crescimento (camadas mais pobres) cuja representação política se encontrava em processo de deslegitimação, em especial, com a desperonização da década de 1990.

Para Massetti, a dupla transposição (do sindical ao social, do interior as zonas urbanas, principalmente Buenos Aires), demonstra uma transformação nas dinâmicas políticas piqueteras, tornando “possível e necessário pensar o movimento piquetero como um movimento urbano de pobres” (MASSETTI, 2004, p. 40).

O que ele chama de “piqueterização da pobreza urbana” é um processo através do qual um “movimento de pobres urbanos aglutinados sobre a questão da moradia, se converte em ‘outra coisa’ ao adotar o piqueterismo, transcendendo ‘identitariamente’ a questão da luta contra a exclusão sócio-espacial” (MASSETTI, 2004, p. 83). O movimento de movimentos incluiria então um movimento de pobres urbanos: os setores provenientes da pobreza dos grandes centros urbanos com forte experiência organizativa em assentamentos.

Se a fundação mítica do movimento piquetero ocorre em Cutral-Co, em 1996, a fundação organizacional que lhe imprime caráter de movimento teria ocorrido em La Matanza, em 2001. Temos então dois momentos: num primeiro, protestos multissetoriais e descentralizados, localizados nas províncias, e num segundo momento, o eixo do movimento piquetero passa a concentrar seu centro de visibilidade e os mais importantes e numerosos grupos em Buenos Aires e passa a ser formado majoritariamente por desempregados. Para Svampa,

a emergência de um movimento de desempregados se explica também pela existência de uma tradição política organizativa, em grande parte associada às vertentes mais classistas, cujos militantes se decidiram a atuar e construir por fora das estruturas sindicais vinculadas com o Partido Justicialista (SVAMPA, 2005, p. 237).

A descoletivização do movimento sindical e do trabalho levou para os bairros pessoas com experiência de organização e necessidades básicas a serem supridas, agora sem um salário.

Palomino (2005, p. 24) reitera a perda de autonomia causada pela assistência estatal para satisfazer as necessidades imediatas de alimentação ou renda dos integrantes do movimento.

Se pode observar uma tensão entre sua forma de agir e suas reivindicações. Na verdade, a forma em que se manifestam suas ações reivindicativas é maximalista - cortes de estrada e ruas, com queima de pneus e encapuzados brandindo paus - enquanto o conteúdo de suas demandas imediatas é em certo sentido minimalista, já que se circunscreve a bolsas de alimentos e subsídios aos desocupados (PALOMINO, 2005, p. 237).

O movimento também pode ser inserido dentro da perspectiva das alterações da ação coletiva e dos novos protestos e rebeliões, ou seja, dentro do momento de retomada de novas formas de desobediência civil na Argentina, caracterizada pela retomada do espaço público e pelo espetacular florescimento de protestos, assim como a forma e conteúdo desses novos protestos. São eles, além dos piqueteros: as assembléias populares, os *cacerolazos*, as greves de fome de professores, o movimento de repúdio aos políticos, entre outros (CAFASSI, 2002, AUYERO, 2002).

Há ainda uma vertente crítica, na qual o movimento piquetero é visto como uma engrenagem do “eterno peronismo”, pois persistem no assistencialismo e na obtenção de benefícios que são redistribuídos de forma clientelar pelos coordenadores do movimento, que são quem determina quem vai receber os *Planes Trabajar* obtidos, através de critérios como a assiduidade nos protestos (ESCUDE, 2005, FRANCESCHELLI; RONCONI, 2005).

Os piqueteros seriam o reflexo de um Estado parasitário e o corte de ruas e estradas seria uma chantagem para obter um número maior de seguros-desemprego, que é distribuído pelos grupos de acordo com seus critérios, sendo que os integrantes têm que obrigatoriamente participar dos piquetes para constarem da lista de recebimento do benefício.

Essas práticas gerariam uma espécie de clientelismo, um “toma-lá-dá-cá” que não é bem visto por analistas como Escudé (2005), que apresenta os piqueteros como beneficiários de uma prática assistencialista, interessados apenas em uma solução a curto prazo - com a pressão das ocupações das ruas eles obtêm do governo um número maior de benefícios para distribuir, e isso só aumenta o número de cortes de rua. Ele chama essa prática de

“parasitismo proletário” e coloca que, grande parte do contingente de integrantes fazia parte de uma elite de funcionários públicos que perdeu seus privilégios.

Os diversos grupos possuem diferentes origens, tanto espacial como ideológica, e estão em diferentes fases de desenvolvimento político. Num primeiro momento, a formação dos grupos originários (alguns ainda existentes), podemos perceber como características semelhantes o nascimento de agrupações a partir de um protesto (ligados à demissões ou protestos regionais) e um número maior de grupos que surgem em variadas regiões do país.

Num segundo momento, quando se dá a institucionalização dessa forma de luta, surgem movimentos a partir de grupos que já vêm desenvolvendo ações coletivas nos bairros, especialmente (mas não exclusivamente) em Buenos Aires e que apenas adotam o repertório de luta como seu. Da mesma forma, o repertório de luta (corte de estrada e acampamento) passa a ser incorporado por trabalhadores empregados e alguns sindicatos.

São dois os afluentes fundamentais: os levantamentos populares no interior vinculados às privatizações e ao colapso das economias regionais, e a ação territorial e organizativa do conurbano bonaerense. A ação piquetera nasceu onde se desarticularam os marcos sociais e trabalhistas de maneira brusca e vertiginosa. Foi a dimensão comunitária que possibilitou a convergência entre os cortes e os protestos populares nas províncias, “que se produzirão como resposta às repressões dos piquetes para logo constituir-se de maneira progressiva em horizontes potenciais de cada corte” (SVAMPA; PEREYRA, 2003, p. 30).

As matrizes ideológicas de fundação dos grupos são três, de acordo com Svampa e Pereyra (2004):

- 1) **Partidos de esquerda** – estes aportaram suas estruturas ao movimento criando grupos diretamente vinculados aos partidos. A política em seu sentido institucional e eleitoral aparece como um objetivo claro a ser alcançado. São exemplos o Pólo Obrero, Barrios de Pie, MTL, Movimiento Teresa Vive.
- 2) **Sindical** - linhas sindicais, opositoras ao presidente Carlos Menem, como a CTA e a CCC, decidiram voltar-se progressivamente à organização dos desempregados e levantar suas bandeiras, o que marca o salto à massividade das organizações piqueteras.
- 3) **Bairros** - sem vinculação com partidos ou sindicatos, este tipo de organização surgiu a partir de uma organização prévia no bairro ou na comunidade, mais comumente os assentamentos urbanos que começaram a surgir nos anos 80, a partir de ocupações de terrenos no conurbano bonaerense. São exemplos os MTDs do sul de Buenos Aires e a UTD de Mosconi (província de Salta).

O debate que permeou a tentativa de aproximação das diversas agrupações quando da realização de debates entre os grupos através de uma assembléia nacional, de acordo com Oviedo, era se o movimento

devia organizar-se independentemente, como uma organização trabalhadora, ou seja, como um 'sindicato de desempregados', e tender à unidade com o movimento trabalhador organizado, ou devia ser parte de um movimento mais amplo, 'multissetorial', com os setores patronais prejudicados pela política econômica menemista (OVIEDO, 2001, p. 24).

Essa união entre os grupos nunca se concretizou. Embora agrupações de blocos diferentes realizem manifestações conjuntas, existem outras que podem ser consideradas opositoras umas às outras. A dinâmica de cooptação através da distribuição de subsídios para agrupações que dialogassem com o governo do presidente Nestor Kirchner (2003-2007) acabou por gerar rivalidade e competição dentro do movimento piquetero.

Em relação ao posicionamento frente ao governo Kirchner, Godio (2003) separa os grupos piqueteros entre dialoguistas, moderados e duros. Compõe o grupo dos dialoguistas a FTV, integrante da CTA. Promove poucos protestos e, quando o faz, com cortes parciais. Liderada por Luis D'Elia, assumiu uma posição de aberto apoio ao presidente Kirchner e oposição aos grupos duros. É uma das maiores organizações e a que mais recebe planes.

Entre os moderados estão a CCC e o MTD Aníbal Verón. Ambos promovem mobilizações parciais e cortes de estrada limitados. Ambos estão ligados a ideologias de esquerda, embora a CCC reúna peronistas, e são grupos de tamanho médio. Integram os "duros" o Pólo Obrero e o MIJD, caracterizados pelas concentrações massivas e realização de cortes totais.

Svampa (2005, p. 258/259) aponta uma divisão do mapa piquetero entre três lógicas de construção do sujeito político: a) os populistas, "que concebem ao sujeito populista como líder condutor, a massa mobilizada e o pacto social" (surgiram após o segundo ano do governo Kirchner grupos afinados com essa proposta, assumidamente apoiadores do presidente e resgatando a política "evitista"); b) os grupos coligados à esquerda tradicional que remetem à classe revolucionária, com uma proposta vanguardista que acredita que o sujeito político se constrói apenas com a mobilização de rua; e finalmente, c) as novas esquerdas, também chamados de autonomistas, que negam a possibilidade de representação através dos partidos e estão preocupados com a transformação das relações econômicas e sociais. Destacam-se a criação espaços de economia alternativa, a autogestão e prática assembleária.

Embora se trate de um movimento social recente, sua dinâmica já produziu inúmeras transformações em sua estrutura. Diversos grupos que surgiram no início se desfizeram, enquanto novos grupos adotam a palavra de ordem “piquetera” na atualidade, formando novas agrupações. Outros se realinharam em relação ao “Polo”, ingressando ou saindo de um para outro ou para permanecer autônomo.

Da mesma forma, das duas regiões onde o movimento surgiu, em apenas uma delas continua existindo um núcleo piquetero. Em Neuquén, Cutral-Có e Plaza Huincul, a agrupação foi extinta. Entretanto permanece bastante atuante em General Mosconi.

Também podemos fazer referência à aproximação política desses grupos. No início, a maioria deles se encontrava em uma posição contrária ao governo Menem. No governo da Alianza, alguns se aproximaram. No governo Kirchner, muitos grupos, inclusive os mais numerosos, foram cooptados e adotaram um discurso oficialista.

Algumas categorias que integraram os primeiros protestos, como integrantes da classe média ou novos pobres, alguns hoje recuperados, atualmente participam em menor proporção do movimento. Se num primeiro momento a crise atinge a todos, e há inclusive piquetes convocados por professores, em Neuquén, protestar torna-se novamente atividade para os mais necessitados. Embora a classe média tenha protagonizado inúmeros protestos em 2001, quando a crise se ameniza, protestar volta a ser um delito, uma coisa mal vista, de desordeiros (como debatido no capítulo três).

Foi realizada em julho de 2001 uma Assembléia Nacional Piquetera, com o objetivo de aproximar esses grupos e tentar criar um movimento mais unificado. Mas as diferenças ideológicas foram mais fortes e a Segunda Assembléia, em setembro do mesmo ano, contou com a participação de poucos grupos³⁶.

No ano de 2003, as agrupações piqueteras de todas as tendências foram convidadas pelo presidente para participarem de conversações sobre o tema dos *planes*. De acordo com Pablo Solanas, referente do MTD Darío Santillán, “o que o governo oferecia em relação a respostas sociais era condicionado em troca de um apoio ao governo, e assim muitas organizações baixaram suas bandeiras de luta”³⁷.

Este aparato de cooptação, sedução e oferecimentos acabou por gerar uma importante divisão: diversos setores se separaram da Coordinadora Aníbal Verón, em 2003 com a

³⁶ Sobre as assembléias ver Oviedo (2004, p. 116); Svampa e Pereira (2003, p. 243)

³⁷ Entrevista, 15 de junho de 2005. Disponível em <<http://lavaca.org/seccion/actualidad/0/235.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2007.

justificativa de que a coordenadora estava reproduzindo a lógica do sistema, condicionando os membros a sair para as marchas, buscar a acumulação de planes e membros e aceitar acordos.

Preferimos isso antes que somar pessoas. Preferimos não ser tantos, mas fazê-lo assim. Muitos movimentos acreditam que a massificação mede o êxito de uma experiência organizativa. Nós tomamos isso com muita relatividade: ser muitos não significa que haja um crescimento. Por exemplo, um crescimento como pessoas que querem que se reduza a dominação. Desgraçadamente experimentamos que muitos movimentos que estão no campo popular estão em uma relação de dominação com os próprios membros, ou de condicionamentos em relação a suas necessidades. Então não acreditamos que se possa gerar uma mudança social com essas ferramentas. Nos custa muito entender que se queremos uma sociedade nova, isso possa surgir da lógica da dominação, ou tendo as pessoas como objetos. E isso não passa por ser muitos ou poucos, pela massividade. Há uma sociedade que valoriza o quantitativo, o 'sucesso a qualquer preço': está tudo bem se somos 2.000 pessoas. Nós, ao contrário, acreditamos que podemos ser uma pequena organização, mas com saltos na transformação das relações, da comunicação e a participação, para começar a ser sujeitos. Isso é o que vamos deixar na história.³⁸

A Frente Popular Darío Santillán foi criada em 2004 a partir da confluência de distintas organizações, principalmente de trabalhadores desempregados. Se denomina popular, pois o sujeito das transformações sociais “abarca a um conjunto de setores sociais que são vítimas diretas ou indiretas do capitalismo e que apenas podem realizar-se como tais na medida em que protagonizem mudanças revolucionárias, pelo que dizemos que o sujeito é plural ou multissetorial, e o denominamos como povo trabalhador, ou como povo”³⁹. Seus princípios organizativos são a democracia de base, a formação, a luta e a autogestão. Declaram-se autônomos do Estado, dos partidos, das Igrejas e das Centrais Sindicais.

Não é exagero dizer que o governo tentou criar uma força piquetera própria, o que pode ser relacionado com o surgimento de novos grupos no governo Kirchner e que assumidamente o apóiam. Assim dentro do próprio movimento partem acusações e o discurso foi internalizado por como líderes como Luis D'Elía, que em suas manifestações públicas utilizou a distinção entre "piqueteros bons e piqueteros maus", depois dos assassinatos de Maximiliano Kosteki y Darío Santillán.

Kirchner declarou que não reprimiria o movimento piquetero, e com uma política voltada aos direitos humanos, apontada no sentido de desprocessar os militantes que traziam causas judiciais relacionadas à participação em protestos de outros governos. Essa breve trégua durou até 2003, quando o governo decide processar por seqüestro dirigentes de três organizações (Futrade, 29 de Mayo y MUP 20 de Diciembre) por terem bloqueado as portas

³⁸ Alberto Spagnolo, MTD Solano. “Los que se fuerón de la Verón”. Disponível em http://www.lafogata.org/003arg/arg10/ar_veron.htm. Acesso em: 25 mar. 2008.

³⁹ ¿Que es el Frente Popular Darío Santillán?. Documento disponível em <http://www.frentedariosantillan.org/>. Acesso em: 3 mar. 2008.

do Ministério do Trabalho, em Buenos Aires. O “seqüestrado” era o ministro, que permaneceu dentro do prédio durante o protesto (episódio descrito no capítulo três).

Em novembro desse ano, foi convocada pelo movimento piquetero (com exceção da FTV, Barrios de Pie e CCC, que não aderiram), um protesto contra a criminalização do protesto social, em frente à Casa Rosada, reunindo cerca de 50 mil pessoas. Foi o maior protesto até então contra Kirchner. Pouco antes, o governo havia anunciado o fim das inscrições nos *planes Jefes y Jefas de Hogar*, que não permitiria mais mobilizações por questões que consideravam “não reivindicativas” e a criação de uma “brigada antipiquetera”.

Os novos movimentos sociais

Embora se pense que os chamados “novos movimentos sociais” sejam um fenômeno recente, eles aumentaram quantitativamente em especial a partir da década de 1980, período que corresponde no Brasil e em outros países da América Latina a um período de redemocratização e abertura política. Assim, ganharam uma grande visibilidade, tanto nos meios de comunicação, como nas ciências sociais, provocando uma verdadeira revolução na análise dos movimentos sociais.

Movimentos sociais sempre existiram, mas o caráter de sua luta era outro. Os debates sobre o conflito social estavam centrados no conceito marxiano de luta de classes. Para Marx, as forças em oposição na sociedade eram a burguesia e o proletariado, este último com a missão histórica de tomar o poder e destruir o modo de produção capitalista. O proletariado do mundo todo deveria ser reunido através da consciência de classe e coordenado por duas instâncias - o sindicato e o partido. No sindicato estavam os trabalhadores, de várias categorias, mas unidos pela semelhança de sua situação na cadeia produtiva. É dever do partido despertar essa consciência e dar o rumo da revolução proletária. Os trabalhadores eram os únicos que podiam mudar a realidade - possuíam exclusividade nessa tarefa.

A luta dos movimentos sociais tradicionais pressupunha uma ruptura que transformaria o modo de produção e assim toda a sociedade. Essa ênfase foi colocada nos trabalhadores fabris. Não se chegou a um consenso sobre o papel dos camponeses na revolução, e, para grande parte dos teóricos, os movimentos urbanos foram considerados mais politizados, partindo-se do pressuposto de que eram as massas urbanas que iriam promover a “revolução”. Por causa disso, a história dos movimentos do campo não recebeu a mesma ênfase da dos trabalhadores urbanos, assim como outros movimentos marginais que não se enquadravam na contradição capital x trabalho. Esses movimentos são resgatados por

Hobsbawm (1970): o banditismo social de Robin Hood, a máfia siciliana do século XIX, entre outros, formas arcaicas de agitação social.

Os “novos” movimentos sociais surgem após a 2ª Guerra Mundial, embora ainda não recebessem esse nome, num contexto de crise do capitalismo liberal e de aumento do número de excluídos. Eles começam a ser organizar reclamando por direitos como a moradia, a saúde, a educação, além de realizar protestos contra a discriminação racial, o machismo, a opressão, etc.

A análise de Touraine (1989) é centrada na subordinação dos movimentos sociais ao Estado. Essa subordinação seria a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma, referindo às lutas camponesas e operárias. Para Touraine (1989, p. 233), “um movimento social se define através da luta de um ator social contra um adversário pelo controle dos principais recursos de uma sociedade ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento”.

Na definição de Gohn, movimentos sociais são

ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas (GOHN, 2003, p. 13)

Os novos movimentos sociais não querem revolucionar: apenas garantir o acesso a direitos básicos como alimentação, trabalho, moradia. Os “novos movimentos sociais” caracterizam-se por serem

unidades menores, mais ágeis, dotadas de maior capacidade de iniciativa, articuladas em rede, substituindo as grandes organizações que acumulam poder concentrado, partindo do pressuposto que ‘transformar’ não é só modificar a sociedade a partir do aparelho do Estado, é modificá-la também no nível das ações concretas da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1996, p. 53).

Representam a passagem da ênfase nas teorias de classe para as teorias dos movimentos sociais. A categoria de sujeito popular ou ator social passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder, se poderia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos. Fragmentados em pequenos grupos, os novos movimentos sociais articulam-se em redes, se integrando na diversidade em busca de objetivos comuns.

Mardones (1996) divide em duas as teorias explicativas dos novos movimentos sociais (NMS):

a) Teorias objetivas ou estruturais: centram sua força explicativa na mudança sócio-estrutural acontecida no sistema capitalista tardio ou pós-industrial. Dadas estas mudanças, acontecem outras correspondentes na consciência e nas relações entre os atores sociais (MARDONES, 1996, p. 21/22).

b) Teorias subjetivas ou do ator social: ênfase não nas determinações sócio-estruturais, mas nos atores sociais, suas motivações e dimensões subjetivas da consciência. As mudanças culturais se explicariam melhor através desses fatores (MARDONES, 1996, p. 25).

São características específicas dos NMS:

- **Intervenção no presente.** Os NMS elaboram diagnósticos sobre a realidade social (demandas da comunidade) e constroem propostas de atuação em parceria do Estado nos mais diversos setores: educação popular, cultura, saúde comunitária, restaurantes populares, etc. As transformações são para o cotidiano, não mais pensadas a longo prazo.

- Os NMS surgem **articulados territorialmente** a partir de um espaço local - um bairro ou uma região. São exemplo da emergência dos MS populares urbanos, que reivindicam bens e equipamentos coletivos de consumo - casas populares, encanamento, postes e fiação elétrica, saneamento, etc. A realidade comunitária passa a ser o foco da atenção.

- **Caráter inter-classista:** num mesmo grupo, podem reunir-se pessoas de diferentes classes sociais, mas com causas comuns: a paz, o anti-militarismo, a ecologia, a luta contra o preconceito racial e a homofobia, pelos direitos humanos, etc. O modelo de conflito da sociedade não é mais dicotômico (burguesia x proletariado) - as classes médias se integram à luta. Esses movimentos estão baseados na sociedade civil e são autônomos em relação aos partidos políticos e ao estado. Os trabalhadores se dividiam em “categorias”. Hoje, essa divisão é suplantada pela união de pessoas das mais diferentes profissões, inclusive os desempregados. Uma pessoa pode participar de mais de um ou vários MS ao mesmo tempo.

- Os NMS atuam através de **redes** - locais, regionais, nacionais e internacionais, entre comunidades, entre movimentos, etc. Ou seja, se articulam coletivamente, planejando ou executando ações conjuntas - as redes facilitam a mobilização. O crescimento dos NMS se dá pelo número de grupos (multiplicação), não pelo número de integrantes.

- As redes de NMS encontram um local de divulgação e força nos **meios de comunicação**, utilizados para a organização de ações coletivas assim como para a divulgação de seus objetivos. Alguns movimentos constituem seus próprios meios de comunicação,

alternativos aos meios oficiais; outros estabelecem parcerias com rádios e jornais comunitários já existentes. Mas é a Internet que detém um papel primordial no sucesso dos NMS: através dela grandes redes se constituíram nos anos 90, unindo movimentos com interesses semelhantes que se encontram em extremos opostos do mundo, criando importantes redes, como a ecológica.

- **Revalorização da ação política**, através do resgate do conceito de cidadania- o cidadão tem direitos e deveres; estrutura participativa, não-autoritária e horizontal: as decisões são tomadas em conjunto e é incentivada a troca de experiências e de papéis. Ações de conscientização da comunidade com palestras, oficinas, debates e mobilização em prol de causas comuns. O lugar do político não é mais apenas o Congresso, a Câmara de Vereadores ou a Prefeitura: pode ser vivenciada na rua, no bairro, por todas as pessoas.

O movimento passa por diversas fases de organização: a identificação da carência, a formulação de demandas, assembléias, reuniões, negociações, até a consolidação do movimento.

As possibilidades de análise de um movimento social são inúmeras: podem passar pelas suas demandas, sua composição, seu princípio articulatório, sua ideologia, a cultura política que constrói, entre outras abordagens, através de categorias como participação, experiência, direitos, cidadania, exclusão social, identidade coletiva.

Para Mardones (1996), os NMS se apresentariam como uma corrente sócio-cultural onde se chegou à consciência de que as contradições da modernização ameaçam a sobrevivência e é necessária uma mudança sócio-política e civilizacional (é a cultura ocidental que está “doente”). Para Evers (1984), o fazer diferente dos NMS se dá “criando espaços de relações mais solidárias, de consciência menos dirigida pelo mercado, de manifestações culturais menos alienadas ou de valores ou crenças básicas diferentes”.

O conflito social não se localiza na área econômica, ele é deslocado do âmbito produtivo para o cultural. Para Alvarez (2000, p. 25) as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura. “Quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural”.

Também são três as características mais marcantes dos NMS: fragmentação, variedade e atuação em rede, e seus princípios norteadores a solidariedade e a justiça social. O paradigma tradicional se referia à movimentos que lutavam pela tomada do poder; já os NMS

podem existir em relação ao Estado ou sem relação de embate direta com ele, atuando dentro da transformação da sociedade, culturalmente.

Gohn (2002) defende a necessidade de debater um paradigma latino-americano para os movimentos sociais, ressaltando que a diferença entre a luta dos movimentos europeus e norte-americanos (baseados nos quais foi elaborado o conceito de NMS) é mais concreta do que teórica. Essa transposição teórica não dá conta da diversidade de movimentos sociais existentes, da hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais, da diferenciada relação que se estabelece entre os partidos políticos junto aos NMS, entre outros fatores.

A aplicação desses modelos explicativos importados não considera as diferenças históricas da realidade latino-americana, como o passado escravocrata e colonial, a relação clientelista com o Estado, dificultando a criação de espaços livres e democráticos, as ditaduras em associação com o capital internacional e o permanente local na divisão internacional do trabalho. Embora os processos produtivos tenham se transformado, a América Latina continuou na periferia do sistema.

Ou seja: as lutas dos movimentos sociais latino-americanos são majoritariamente de caráter econômico, buscam atender as necessidades sociais básicas, de sobrevivência diária. Há uma hegemonia de movimentos populares diante de outros movimentos sociais, que buscam articular a ação política com a geração de renda e alternativas imediatas para seus membros.

Também é especificidade dos movimentos sociais latino-americanos o papel exercido pelos partidos junto aos movimentos sociais, além da grande influência da Igreja católica na formação de diversos grupos nos anos 1970 através da Teologia da Libertação, e a importância do movimento indígena - destacando a eleição do presidente da Bolívia, Evo Morales, com base eleitoral mais forte no movimento do que no partido.

Laclau (1986) detecta um aumento da politização como campo onde surgem os NMS, mas é necessário discutir o que propõe essa nova politização - não mais lutar para transformar a sociedade, mas reformá-la a partir de dentro. Não podemos generalizar, mas essa é a proposta da maioria dos movimentos. Alguns poucos lutam pela transformação, partindo das teorias “autonomistas” de revolução, como a de John Holloway, outros através das teorias marxistas mais tradicionais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que tem o socialismo como objetivo (pátria livre operária e camponesa).

A proposição de enxergar os movimentos sociais dentro da perspectiva de classe, que havia sido abandonada a partir do surgimento dos novos movimentos sociais, vem sendo

retomada por autores como Wood (2005), assim como a atualização do conceito de classe englobando as novas categorias profissionais surgidas com a globalização e a desestruturação do mundo do trabalho baseado na divisão entre proprietários dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho (Antunes, 2005).

A luta pelas necessidades básicas (planos assistenciais, alimentação, isenções em taxas de serviços básicos), entre outras,

impulsionaram a busca pela (re)criação de novas formas de articulação econômico-sociais frente à percepção de que o desemprego que enfrentam atualmente é estrutural e à erosão das instituições e mecanismos de interação social consolidados ao longo do século XX. E é essa dinâmica observada no movimento que nos permite falar em novas identidades dentro da classe trabalhadora assim como de novas formas de embate social entre trabalho e capital, tanto de caráter defensivo quanto de caráter ofensivo (DAS NEVES, 2005, p. 8).

Antunes (2005, p. 8) propõe uma nova definição de classe trabalhadora retomando a variedade de conflitos contemporâneos desencadeados tanto a partir do mundo do trabalho como pelos desempregados:

Uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora hoje, a classe-que-vive-do-trabalho, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de salário em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabril e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em extensão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército de reserva (ANTUNES, 2005, p. 11).

A questão da classe e da revolução dentro do movimento piquetero é debatida pelos grupos da matriz sindical e também pelos autonomistas. Alguns grupos buscam apenas se inserir no recebimento de subsídios governamentais, acomodando-se à situação do país, enquanto outros propõem a transformação do sistema, das mais diversas formas: a partir das relações cotidianas ou de seu próprio bairro, assim como pela formação de partidos políticos.

A luta de alguns grupos se direciona à criação de postos de trabalho genuíno e permanentes e enquanto não os obtêm, promovem atividades financiadas por microcrédito e pelos planos assistenciais recebidos pelos integrantes.

Outros grupos lutam apenas pelos *planes* - os vêem como um direito, uma espécie de reparação histórica pela perda de seus empregos - e pelos alimentos fornecidos pelo governo, motivo de crítica dos grupos ligados ao autonomismo, que os acusam de colocar-se em uma

posição passiva, “adequando-se à imagem de que o desempregado é alguém que busca e deseja, antes que tudo, trabalho. Quer trabalhar, não questionar a sociedade salarial” (MTD DE SOLANO; COLECTIVO SITUACIONES, 2002, p. 127).

Não existe “um” movimento piquetero, mas podemos falar de movimentos piqueteros ou um “movimento de movimentos”. A convergência desses grupos diferentes na opção pelo mesmo método de protesto é o que dá unidade ao movimento. Os grupos que se consideram pertencentes à classe trabalhadora possuem uma forma de apropriação dos recursos governamentais diferente em relação aos outros grupos que não tem esse discurso.

Como colocam Laclau (1986) e Laranjeira (1990), o conceito de luta de classes não é correto nem incorreto - é apenas insuficiente para explicar a totalidade da realidade. Mas podemos afirmar que existem movimentos com causas “mais sociais” que outros, que lutam pela superação de necessidades elementares que devem ser resolvidas antes de se colocarem questões de gênero, ecologia, etc.

Svampa e Pereyra retomam o conceito de movimento de movimentos utilizado pelo Colectivo Situaciones (2002, p. 119) para definir o movimento piquetero: a heterogeneidade está na origem do movimento e é seu constitutivo. O piqueterismo agrupa uma variedade múltipla e heterogênea de experiências.

As organizações piqueteras são estruturas sociais variáveis, que se encontram em constante crescimento e expansão, ao tempo que estão atravessadas por processos de divisão que ameaçam sem cessar a consolidação organizativa e política das construções. Na medida em que o movimento piquetero cresce e expande sua plataforma de demandas, nenhum modelo tende a existir em estado puro, seja especificamente territorial ou de matriz mais político-partidária” (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 203).

Movimento piquetero e peronismo

Falamos no capítulo anterior da centralidade do peronismo na política argentina atual, apesar de suas transformações em relação à ideologia original. Embora muitas organizações piqueteras tenham surgido com o objetivo de atuar contra as estruturas de clientelismo mantidas pelo governo peronista na década de 1990, é inegável que algumas organizações piqueteras reproduzem essa prática e mais recentemente, possuem uma aproximação ideológica abertamente peronista.

Svampa e Pereyra (2004) também destacam a importância do enfraquecimento do peronismo nos setores populares como fator importante para o surgimento do movimento

piquetero, assim como sua experiência na repetição de práticas políticas por muitas organizações piqueteras.⁴⁰

Se verifica uma competição entre os líderes do movimento piquetero e *punteros* do Partido Justicialista no espaço do bairro pelos militantes mais representativos e, no caso do PJ, pelos votos. A compra de votos e de pessoas seja com dinheiro, com cargos ou com favores, é uma prática longe de estar em desuso na Argentina.

Neste momento, éramos entre 500 e 600 pessoas em plena atividade todas as semanas. No princípio, nas primeiras assembléias, éramos 300 vizinhos. Logo começamos a crescer e breve éramos 400, depois 500 e mais tarde, 1000, ou pouco mais. Em geral, durante as campanhas eleitorais, havia queda na participação do movimento. Isto é porque os aparatos políticos colocam muito dinheiro para comprar as pessoas e, devido a isso, os movimentos sofrem uma diminuição. Lembro que nos bairros, na última campanha, trataram de comprar as pessoas que estavam mais envolvidas e comprometidas com o movimento, e lhes ofereceram muito dinheiro. Por exemplo, a irmã, que participa ativamente no movimento, estava nos contando sobre uma pessoa que trabalhou para o governo [...] Eles (as pessoas do governo) lhe ofereceram muito dinheiro se podia comprar um piquetero, um piquetero era mais caro, por assim dizer, porque estavam lutando. Ofereceram muito dinheiro e também mercadorias e outras coisas. É muito difícil lutar [contra isso por que], por exemplo, lhe ofereceram um salário de 1500 pesos (Entrevista de Solano, membro do MTD; AUEYRO, 2007, p. 100).

O enfraquecimento do movimento piquetero - seja pela cooptação dos grupos mais numerosos ou pelo cansaço causado pela repetição da forma de luta na sociedade, tema cotidianamente mencionado pelos jornais, coincide com o fortalecimento do peronismo no governo Kirchner.

Vimos de um decréscimo no número de pessoas envolvidas no movimento, uma queda. Acredito que tem a ver com as eleições. O processo eleitoral absorve a muitos companheiros. Vão à prefeitura e trabalham na campanha. O que parece é que os políticos vêm aos bairros e jogam uma grande quantidade de pesos aos companheiros para comprá-los, incluindo gente realmente muito valiosa, como por exemplo, no caso de Verônica, uma companheira que havia se desenvolvido muito no movimento... [gente que podia] falar em nome do movimento diante de uma mobilização de talvez 14 ou 15 mil pessoas. Pode-se imaginar o grau de desenvolvimento político para fazer isso [falar diante de semelhante multidão]? Quando ela falava, todo mundo ficava em silêncio [“não soprava uma mosca”]. É muito o tempo e a energia que [que se dedica] ao desenvolvimento político... E logo vêm as eleições e alguns companheiros são comprados pela prefeitura para trabalhar no partido. Assim foi com tantos companheiros que se distanciaram, muitos companheiros. Desta maneira, perdemos não apenas os companheiros mas também os subsídios de desemprego que pertencem a eles. (Entrevista com Allen, membro do MTD. In: AUYERO, 2007, p. 100).

⁴⁰ “Ainda que pareça paradoxal, a grande crise outorgou ao peronismo uma nova oportunidade histórica, pois lhe permitiu, através da massificação dos planes assistenciais, recompor as relações com os setores populares e recuperar parte do espaço organizativo, que nos últimos anos, haviam ocupado as mobilizadas agrupações piqueteras”. (SVAMPA, 2005, p. 254). Também sobre o tema, ver MARTUCELLI, Danilo, e SVAMPA, Maristella. La Plaza Vacía. Las transformaciones del Peronismo. Buenos Aires: Losada, 1997.

Auyero estabelece uma ligação entre os saques de 2001 e a atuação indireta do Partido Justicialista nestes episódios de violência, relacionando os processos que geraram a destruição massiva, a compreensão das bases políticas da violência por parte dos autores dos danos e as maneiras como os participantes explicam e justificam suas ações violentas, “concentrando-se nos *punteros* políticos partidários e nos agentes de polícia (e suas relações freqüentemente obscuras e clandestinas) como conectores-chave entre a política-partidária e a ação coletiva extraordinária”.

Como já comentamos anteriormente, o Partido Justicialista, nos anos 1990, mudou sua organização urbana de redes gremiais (reunião de trabalhadores por especialidade) para redes clientelares, localizadas nos bairros. Observando relatos jornalísticos e fazendo entrevistas com os participantes nesses eventos (saqueadores, saqueados, policiais, governantes), Auyero elabora ainda um modelo da dinâmica do saque que demonstra que a participação dos *punteros* foi fundamental para a difusão de rumores como quais os lugares que seriam saqueados, sobre a ausência da polícia e até no lançamento de panfletos que convidavam a participar, com local e hora.

Da mesma forma, são diversos os relatos de que os policiais não interviam mesmo presenciando os saques, e em alguns lugares, participaram da ação junto com os saqueadores. A coleta de dados demonstra ainda que as forças policiais protegeram os grandes mercados (cadeias estrangeiras) e deixaram desprotegidos os pequenos.

Os *punteros* peronistas têm grande influência em alguns dos locais onde os saques foram massivos, produziram maiores danos e tiveram maiores conseqüências políticas (a região metropolitana de Buenos Aires); b) as forças policiais, funcionários públicos na província de Buenos Aires, que eram também membros do Partido Justicialista, impediram que a polícia atuasse enquanto os saqueios explodiram, e não é apressado assegurar que alguns setores do partido promoveram a violência. O fizeram não necessariamente para derrocar o governo, senão para exibir seu poder de produzir distúrbios. O objetivo final dos peronistas pode não ter sido um golpe de Estado, mas não há dúvida de que queriam demonstrar seu poder coletivo. Estavam fazendo política por outros meios (violentos)” (AUYERO, 2007, p. 161).

É o que ele chama de “política beligerante”, uma continuidade da política partidária. É nesse espaço que se oculta o que ele chama de “zona cinza”, na qual as “atividades daqueles que perpetram a violência e aqueles que presumidamente tratam de controlá-la se unem”. (AUYERO, 2007, p. 54). Embora os peronistas não tenham o domínio da zona cinza, os

acontecimentos de dezembro de 2001 tiveram papel imprescindível através de seus *punteros* e comandantes de polícia, que impediram a repressão e assim “estimulando” a continuidade e ampliação dos saques (num total de 289 episódios).

Ao longo do próximo capítulo, vamos analisar como se deu a relação do movimento piquetero com os diferentes presidentes, dentro do recorte temporal analisado. Já a partir da presidência de Menem, começa o processo a que Martuccelli e Svampa chamam de “a metamorfose do líder” e a separação entre três figuras da militância peronista: o militante sindical histórico, o militante revolucionário e o militante pragmático (MARTUCELLI; SVAMPA, 1997, p. 136). A primeira identidade, dentro da categoria do militante pragmático, é a menemista (e seu contrário, o anti-menemista).

A aproximação de determinados grupos piqueteros com o Peronismo adquire diferentes matizes ao longo do tempo. No governo Menem, há piqueteros peronistas, mas críticos ao presidente e às reformas neoliberais. Duhalde, ao assumir, também não possui defensores: a oposição a seu governo é compartilhada pelo amplo espectro piquetero.

Entretanto, na presidência de Kirchner, há um setor piquetero fortemente identificado com o governo nacional e a aproximação da FTV com este. Luis D’Elía, líder da FTV, chegou a ocupar o cargo de secretário de Moradia e Habitação Popular, entre fevereiro e novembro de 2006⁴¹. Em diversas ocasiões, cristalizou a oposição duhaldistas x kirchneristas que divide o justicialismo⁴² (entre outras divisões). Seria interessante analisar a trajetória (e as idéias a respeito) desse líder de uma das maiores agrupações piqueteras, a FTV. No governo Kirchner, é o apoiador ferrenho que se necessário, defenderia o presidente a tiros e critica os “duros” por sua forma de atuar.⁴³

⁴¹ COLONNA, Lucas. El piquetero Luis D’Elia ahora es funcionario. **La Nación**, Buenos Aires, 22 fev. 2006.

⁴² D’ELÍA fue a Tribunales a denunciar a Duhalde pero pidió hacerlo por escrito. **Clarín**, Buenos Aires, 20 ago. 2005. D’Elia anuncia que vai denunciar vínculos do ex-presidente Eduardo Duhalde com o narcotráfico.

⁴³ DURO entredicho de los diferentes grupos de piqueteros. **La Nación**, Buenos Aires, 17 fev. 2004. D’Elía chama de “vendidos” e “gorilas” os grupos “duros” que teriam agredido um motociclista durante a realização de um protesto na semana anterior. “O limite é o delito”, disse D’Elía. Pitrola, do Pólo Obrero, disse que os incidentes foram provocados pelo Governo: “são piqueteros peronistas, são os famosos grupos kirchneristas, de piqueteros oficiais”, que armam incidentes e infiltrar piqueteros falsos para desprestigiar e demonizar o protesto.

3. A criminalização dos movimentos sociais

Desde 1997, os piqueteros se tornaram um ator político importante na Argentina. O fortalecimento do movimento esteve ligado tanto ao agravamento da situação econômica e política como ao relativo “sucesso” que vinham obtendo na sua relação com o governo. O crescimento do movimento, tanto em relação ao número de agrupações que adotaram o repertório piquetero, como na duração, intensidade e frequência no número de cortes e marchas, acabou por gerar diversos debates. Enquanto a sociedade e os meios de comunicação cobravam seu direito de circulação, o governo cria uma série de normas de conduta para a atuação das forças policiais, adotadas de diferentes formas e em diferentes profundidades pelos governos provinciais.

O processo a que denominamos criminalização dos movimentos sociais, enfatizando para nosso estudo o movimento piquetero, pôde ser percebido a partir dos primeiros cortes de estrada e manifestações populares no norte e sul argentino, em 1996 e 1997. Nesse primeiro momento, a criminalização se orienta mais no sentido de reprimir os protestos provinciais. Há uma mudança de orientação em relação ao tema, quando começa uma judicialização massiva de envolvidos em protestos.

Já desde o início dos anos 1990, é possível notar um aumento no apertechamento das diferentes forças repressivas, assim como uma adaptação das funções de diferentes destacamentos policiais, representada, por exemplo, pelo deslocamento da Gendarmería Nacional, criada na década de 1940 com o objetivo de guarnecer as fronteiras nacionais, para a atuação no controle de protestos, a partir de 1993 (depois do já referido “Santiagueñazo”, importante manifestação popular acontecida na capital Santiago del Estero).

Cano (2003) faz uma avaliação dos impactos que os acontecimentos de 11 de setembro geram sobre as políticas de segurança e direitos humanos, apontando como o tema da segurança é colocado em primeiro plano em todos os países, em detrimento de outras prioridades.

Mesmo nos países em que não há conflitos armados, a luta contra o terrorismo não deixa de ter uma importante influência nas políticas de segurança específicas, ao reforçar a necessidade de vigilância geral do território e dos cidadãos e o aumento das medidas de controle, afetando diretamente os aparatos de segurança pública, além da importância que passa a ser dada à inteligência, entendida no sentido militar ou policial. “Os grupos terroristas

não podem ser derrotados com um aparato militar convencional, senão que é preciso localizá-los, monitorá-los e infiltrá-los para melhor desmantelá-los” (CANO, 2002, p. 5).

Uma maior capacidade de inteligência por parte dos corpos policiais não é um fato negativo, aponta Cano, na medida em que a polícia consiga melhorar sua capacidade de investigação e resolução de crimes sem recorrer à tortura ou outras brutalidades. No entanto, há um problema quando essas capacidades são utilizadas contra inimigos políticos e as estratégias contra o terrorismo passam a ser usadas para “aumentar o controle sobre movimentos sociais com o objetivo de prevenir ‘ações terroristas’ no futuro” (CANO, 2002, p.6).

Em 2002, foi debatida no âmbito do Congresso argentino a lei a 2239/02, elaborada pelos deputados Pichetto, Gauna y Rodríguez, Hernández, além do ex-presidente Carlos Menem, a qual abriria uma brecha para que qualquer protesto seja considerado como ameaça terrorista e possa ser desmobilizado inclusive antes que aconteça, através de diversas práticas “preventivas”. Essa primeira lei⁴⁴ não chegou a ser aprovada e em dezembro de 2006 um novo projeto foi entregue ao Congresso (o código Penal foi alterado, incluindo a criação da figura de associação ilícita terrorista em junho de 2007)⁴⁵. Dentre seus objetivos, está o de obter uma ferramenta jurídica que facilite ao governo e à polícia práticas como espionagem, escutas telefônicas sem ordem judicial, e a facultação de atribuições às forças policiais, de inteligência, a juízes e fiscais, permitindo o confisco preventivo de fundos de organizações populares, detenções por mandado, ampliação do tempo de incomunicação, agravamento das condições de detenção, institucionalização dos infiltrados e provocadores nas organizações populares, etc.

A criminalização do protesto se processa através de três maneiras: pela judicialização, pela repressão policial e através dos meios de comunicação. A repressão se configura como sua resposta estatal imediata a um ato de protesto, seja através da violência policial, do uso de armas, de torturas e prisões arbitrárias, como pelas medidas de controle, perseguição e investigação sobre militantes sociais.

A criminalização a partir do Direito acontece de duas formas: com a utilização de leis já existentes, que são interpretadas de forma parcial por parte dos juízes que dão as sentenças,

⁴⁴ O debate sobre a lei foi impulsionado em parte pela comunidade judaica de Buenos Aires, preocupada com a possibilidade de acontecer um terceiro atentado terrorista (foram realizados dois, um em 1992 na Embaixada de Israel em Buenos Aires e outro em 1994 à Associação de Mútua Assistência Israelita, AMIA, deixando um grande número de mortos) e pelas pressões dos Estados Unidos, com o qual a Argentina assinou tratados antiterroristas em 2005.

⁴⁵ RECHAZO a la ley antiterrorista. Disponível em <<http://www.cta.org.ar/base/article7073.html>>. Acesso em: 23 mar. 2008. Ver também TAGLIAFERRO, Eduardo. El Senado votó la ley antiterrorista. **Página 12**, Buenos Aires, 7 jun. 2007.

assim como pela criação de novas leis que enquadrem as ações levadas a cabo dentro de um episódio de protesto como delitivas. São colocados em jogo direitos como à vida e à integridade física, a liberdade de expressão, o direito de reunião e de uso do espaço público, de se manifestar, de criticar as autoridades, entre muitos outros. Existem cerca de 4000 pessoas processadas por participar de protestos na Argentina⁴⁶.

De acordo com a definição do *Centro de Estudios Sociales y Legales* (2003, p. 24),

a seleção estatal de um ato de protesto como ilícito penal, quando esta seleção se realiza em infração àqueles princípios do poder penal de Estado - por exemplo, porque o ato de protesto está amparado no exercício legítimo de um direito - constitui uma hipótese de criminalização ilegítima, ou de criminalização do protesto.

Além da repressão formal, explicitada nas formas jurídicas e repressivas, o processo de criminalização dos protestos acabou gerando também uma tentativa de controle estatal do espaço público, representado pela determinação de que a Praça de Maio só poderia ser utilizada para protestos com data e hora pré-agendadas com o poder executivo. Logo ficou claro que a proibição ou limitação de utilização do espaço pairava especialmente em relação aos protestos organizados por agrupações piqueteras não alinhadas com o governo Kirchner.

A criminalização trouxe conseqüências para o movimento piquetero, no sentido de que passou a adotar uma postura defensiva para minimizar os efeitos dessa política, através da delimitação de atos que os membros podem ou não praticar durante uma manifestação, a utilização do acompanhamento sistemático de todo desenrolar de um corte ou marcha pelos advogados da agrupação e até a adoção de uma cartilha de comportamento durante o protesto.

Com o objetivo de buscar elementos que expliquem de que forma o movimento piquetero foi criminalizado, vamos perpassar dois caminhos: o primeiro é apontar em cada governo do período estudado os mais importantes episódios de judicialização e repressão frente ao movimento, e quais foram as respostas e posturas estatais nesse período, que separamos por presidentes.

O segundo é enfatizar três episódios representativos. Os acontecimentos de Neuquén, em abril de 1997 (governo Menem); a repressão na ponte Puerreydón, que liga Avellaneda a Buenos Aires, em 26 de junho de 2002 (governo Eduardo Duhalde); e o protesto no Ministério do Trabalho, em outubro de 2003 (governo Kirchner).

⁴⁶ De acordo com Oviedo (2001), no começo de 1996, havia 300 companheiros processados penalmente (...) esse número alcançou 2800 processados quando se reuniu a 1ª Assembléa Piquetera Nacional.

Todo esse processo contou com um importante apoio dos meios de comunicação argentinos. Para nossa análise, faremos algumas observações sobre o conteúdo dos três principais jornais do país: *Clarín*, *La Nación* e *Página 12* demonstrando que seu posicionamento em relação ao movimento se altera ao longo do tempo e de que forma contribuíram para a criminalização dos piqueteros no período estudado. Utilizaremos editoriais e matérias publicadas por esses jornais para ilustrar os três eventos analisados.

A repressão policial aos movimentos sociais

Como repressão policial, designamos as ações levadas a cabo pelas forças policiais: detenções, operativos de repressão e serviços de inteligência. O exemplo mais significativo pode ser apontado nas diversas mortes acontecidas durante protestos - não apenas de militantes, mas de pessoas que não estavam participando que também foram atingidas. Ao longo de muitos eventos, as forças policiais⁴⁷ agiram sem ordens judiciais e mesmo sem estrita coordenação superior e infringindo normas que estabelecem quais tipos de armas devem ser usadas frente a uma manifestação pública, assim como procederam a inúmeras detenções ilegais. Da mesma forma, até que fosse (re)estabelecida uma normativa de comportamento policial, um grande número de pessoas foi ferida por armas de fogo utilizadas pela polícia indiscriminadamente.

A utilização da força pública na repressão de uma reunião de pessoas só pode conformar uma restrição legítima aos direitos à liberdade de circulação e à integridade física - e eventualmente até à vida - em tanto se trate de uma medida prevista por lei, responda a uma finalidade legítima e seja proporcional e estritamente necessária para a consecução desse fim. (CELS, 2003, p. 58)

A atuação das forças de segurança em reuniões públicas deve respeitar os princípios de excepcionalidade, proporcionalidade e estrita necessidade, ou seja, deve-se evitar o uso da força e quando isso for necessário, seu uso deve ser limitado ao estritamente necessário.

De acordo com o relatório da CORREPI (2007, p. 2), desde 1995 até 2007, 51 pessoas morreram devido a disparos causados pelas forças policiais durante manifestações, marchas e

⁴⁷ A Argentina possui quatro tipos de forças policiais: a Gendarmería Nacional é a força designada para o patrulhamento de fronteiras; a Polícia Federal é uma polícia civil armada que exerce as funções de Polícia de Seguridade e Judicial, atua em todo país; a Prefectura Naval, relacionada à navegação e ao comércio; e as polícias provinciais (cada província possui sua própria polícia). Já Buenos Aires, capital do país e território federal, sob a qual possui jurisdição a Polícia Federal, tentou criar uma polícia própria em 2007, e foi realizado um plebiscito consultando a população. As polícias Federal e Gendarmería são ligadas ao Ministério do Interior.

cortes de estrada. Vitor Choque, em 1995, foi o primeiro, durante um protesto em Ushuaia. Dez pessoas morreram devido à repressão policial durante protestos piqueteros.

Em relação às detenções realizadas por policiais durante atos de protesto, e que acabam por se tornar prisão no momento em que o detido permanece nessa condição sem julgamento, os organismos de direitos humanos apontam inúmeras irregularidades, originadas no fato de existirem regulamentações que possibilitem à polícia realizar detenções por variados motivos como a suspeita ou a averiguação de identidade.

No caso de alguns protestos, os manifestantes detidos recebem acusações agravadas que não permitem sua saída do cárcere, gerando a situação que é chamada de “presos políticos”. Como assinala Gargarella (2006, p. 36), “o Estado tem outros caminhos a percorrer antes de chegar à sanção penal carcerária, que é, em princípio, a mais brutal e grave das respostas que tem à mão. É por isso que o Estado deve utilizar essa resposta apenas como último recurso, e depois de ter explorado as demais, múltiplas opções que tem a seu alcance”.

Também faz parte das atribuições das forças policiais a inteligência, cujo órgão mais importante é a Secretaria de Inteligencia del Estado (SIDE), vinculada à presidência da República. As demais forças policiais também podem exercer tarefas de inteligência. Por inteligência se entende “a atividade desenvolvida por parte de alguma instituição estatal tendente à obtenção de informação relevante para os assuntos de segurança interna e externa do Estado e seu posterior processamento analítico e interpretativo. Esse processo implica tarefas de seleção, ordenamento, análise, qualificação e interpretação da informação obtida”. (CELS, 2008, p. 244).

Estabelece a Lei de Inteligência Nacional que

nenhum organismo de inteligência poderá obter informação, produzir inteligência ou armazenar dados sobre pessoas pelo único fato de sua raça, fé religiosa, ações privadas ou opinião política, ou da adesão ou permanência a organismos partidários, sociais, sindicais, comunitários, cooperativos, assistenciais, culturais ou trabalhistas, assim como a atividade lícita que desenvolvam em qualquer esfera de ação⁴⁸.

Vamos exemplificar e relacionar a aplicação destas três formas de atuação policial - inteligência, uso de armas de fogo desrespeitando os princípios de excepcionalidade, proporcionalidade e estrita necessidade e detenções, ao longo da descrição dos episódios de protesto protagonizados pelo movimento piquetero.

⁴⁸ Lei de Inteligencia Nacional, n° 25520, regulamentada em novembro de 2001.

A judicialização dos protestos

Em março de 1997, os professores da província de Río Negro realizam um protesto contra a redução de salários e cortes de verba na educação. A professora Marina Schiffrin recebeu condenação de três meses de prisão acusada de ser co-autora do delito de impedir e dificultar o normal funcionamento dos meios de transporte por terra e ar. A detenção ficou em suspenso. No entanto, lhe foi imposto que devia “abster-se de comparecer a concentrações de pessoas em vias públicas de comunicação em momentos em que se reúnam mais de dez pessoas, durante o prazo de dez anos⁴⁹”.

A **judicialização** se configura através do processamento dos integrantes de movimentos sociais, a partir de sua participação em atos de protesto. Para o CELS, esta é faceta mais utilizada para a criminalização a qual acabou gerando um inadmissível controle penal sobre a ação política. “O tremendo poder coercitivo que se desprende contra quem é imputado em um processo penal, além da latente possibilidade de uma pena, tem sido utilizada pela administração de justiça como uma autêntica ferramenta de submissão sobre os manifestantes” (CELS, 2003, p. 48)”.

A atividade do Poder Judicial, e não a de outros poderes constitucionais foi crucial na determinação do fenômeno de criminalização de protestos. Não existiram importantes deficiências na atuação dos poderes legislativos nacional e provinciais e se bem se bem se tem verificado grosseiras violações de direitos na face executiva do Estado - em particular, na atuação das forças de segurança - isto tem sido possível, precisamente, graças à substantiva ausência de uma intervenção ativa do Poder Judicial durante sua atuação e, logo após desta, a investigação do ocorrido. Assim, em todos os casos de criminalização do protesto, a responsabilidade central com garantia constitucional de legalidade da atuação penal corresponde aos tribunais, seja pela condenação a um manifestante ou apenas por seu submetimento a processo, assim como pela omissão no controle das forças de segurança. Lamentavelmente, a magistratura não se limitou a se omitir de controlar os outros poderes do Estado, senão que ela própria realizou o aporte decisivo para criminalizar o protesto”. (CELS, 2003, p. 25).

A análise das sentenças judiciais feita pelo relatório do CELS (2003) mostram que nelas há diversas atentados por parte dos juízes no sentido de negar direitos constitucionais como a liberdade de expressão, o direito de reunião, associação e de uso do espaço público, de petição às autoridades, além de diversas infrações a princípios básicos do direito.

Também há uma mudança no sentido de agravar as imputações sobre os manifestantes. Se, no início dos protestos massivos, as imputações eram por delitos menores, correccionais

⁴⁹ PEKER, Luciana. Cortar rutas, abrir caminos. **Página 12**, Buenos Aires, 11 jun. 2004.

(atentado e resistência à autoridade, obstrução do trânsito e similares), com o passar dos anos foram alcançando maior gravidade. Na atualidade, na maioria dos casos se imputa aos detidos delitos criminais não afiançáveis, como coação agravada, privação ilegítima da liberdade, sedição e similares, apontando no sentido de transformar a detenção em prisão preventiva. Em algumas ocasiões, não se incriminam fatos, mas condutas ou comportamentos, cuja importância se encontra justamente no seu conteúdo simbólico.

Gargarella (2006, p. 13) se propõe a examinar criticamente as principais razões que deram os juízes argentinos para julgar os protestos e “até que ponto tais afirmações resultam teoricamente inteligíveis e aceitáveis”. Analisando o modo como os juízes tem reagido frente ao dissenso, encontra uma grande debilidade nas argumentações judiciais dominantes:

Os juízes, em geral, têm mostrado uma indevida hostilidade a respeito. Digo indevida, não apenas por que não devem mesclar suas preferências pessoais nas sentenças, senão por que a Constituição Nacional os obriga a levar em consideração o quadro completo de direitos em jogo. Estes juízes olham o conflito sem ver suas razões.⁵⁰

Um dos argumentos que aparece com mais frequência nas sentenças analisadas por este autor é de que há um choque de direitos ou de que todos os direitos têm um limite (“meu direito termina onde começa o do outro”), sem definir qual é o direito que se perde e qual o que se mantém. O direito de expressão é colocado em segundo plano, em detrimento do direito de circulação. “O fato de que os juízes devem proteger a expressão dos críticos ao governo merece reforçar-se ainda mais em países como a Argentina, onde a palavra, sobretudo a palavra pública, está distribuída de acordo com o dinheiro que cada pessoa tem”, aponta Gargarella (2006, p. 29).

Como apontam Svampa e Pandolfi (2004, p. 286), “o número de processamentos mostra que, longe de ser casual, “formam parte de uma política de Estado, expressada através de uma das divisões administrativas do poder estatal- a justiça- que atua em diferentes jurisdições (provincial e federal)”.

Como não é possível fazer menção à todos os processos judiciais de criminalização que envolveram os movimentos sociais argentinos nesses dez anos, partimos da escolha de três eventos envolvendo o movimento piquetero – a repressão em Neuquén, em 1997, em Avellaneda, em junho de 2002 e a judicialização do protesto junto ao Ministério do Trabalho, em outubro de 2003, além de apresentar e debater brevemente outros casos paradigmáticos.

⁵⁰ Entrevista de Roberto Gargarella a El Aromo nº29. Buenos Aires, junho/julho 2006, p.8. Disponível em <<http://www.razonyrevolucion.org.ar/textos/elaromo/secciones/coyunpol/aromo29justicia3.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

Como um terceiro eixo do debate pretendemos abordar a criminalização discursiva dos movimentos sociais e protestos representado pela imprensa escrita argentina através de matérias e editoriais dos três principais jornais impressos (*Clarín, Página 12, La Nación*), buscando as matérias referentes aos episódios selecionados.

Durante o período estudado, dois desses jornais mantiveram uma posição dúbia em relação ao movimento piquetero. Em mais de uma ocasião foram publicados cadernos especiais sobre os piqueteros, suas propostas, seus líderes; assim como muitas matérias tentando explicar o movimento e seus reposicionamentos. A partir de 2002 podemos perceber um reforço na idéia de caos, baderna, de cansaço em relação à frequência dos protestos e suas reivindicações, quando então esses jornais se colocam como porta-vozes de um setor da sociedade que, fatigado, cobrava um posicionamento do governo em relação a forma de atuar nos protestos.

Os meios de comunicação

A campanha de deslegitimação contra as organizações de trabalhadores desempregados, impulsionada pelo próprio governo nacional, teve sempre uma forte presença midiática⁵¹, o que ajudou a criar um contexto de repúdio ao protesto, favorecendo e impulsionando a política de repressão policial tanto nas províncias como na capital.

Diversas estratégias foram utilizadas pelos meios de comunicação. De forma resumida, pretendemos apontar algumas das principais questões colocadas em pauta pela imprensa impressa argentina, relacionadas o movimento piquetero e como devia ser a estratégia do poder público frente aos protestos.

Essas estratégias vão desde a banalização dos protestos, reiterando sua frequência; deslegitimação de suas reivindicações e do recebimento de assistência estatal; o papel de ser porta-voz da versão oficial, como no caso do massacre de Avellaneda e no reforço à política de cooptação e isolamento de determinados grupos; e a própria criminalização através da criação de uma imagem de violência, embate e periculosidade.

Mais do que opinar sobre o tema, os jornais estão constantemente tentando direcionar a forma de agir do governo, enfatizando os temas com os quais não estão de acordo e sugerindo posicionamentos. O debate sobre a questão de qual deve ser o papel do Estado

⁵¹ Certamente a campanha por “mão firme” frente às mobilizações piqueteras não se restringe apenas aos jornais impressos citados. Também se mostram posicionados jornais como *Ambito Financier e Infobae*, e a *Radio 10*, além de organizações empresariais como a Unión Industrial Argentina e setores dentro de partidos políticos.

frente às manifestações públicas aparece com força em 2003, relacionada com a política de não-enfrentamento disposta pelo presidente Kirchner, com ênfase no prejuízo ao direito de transitar: “de forma reiterada, os protestos de piqueteros e de outras organizações entorpecem o trânsito da cidade, em plena jornada de trabalho, o que pode ser considerado uma prática abusiva⁵²”. Faltaria vontade e convicção do poder público em estabelecer limites às manifestações dos piqueteros, que seriam considerados pelo governo cidadãos com mais direitos do que os outros.⁵³

A função ideológica dos meios de comunicação de massa é exercida em geral por meio da determinação da agenda de discussão; as classes dominantes e frações dessas classes sabem que a mídia tem grande capacidade de definir o que é discutido num determinado momento pela comunidade e em que termos se deve dar a discussão. Geralmente faz isso reforçando ou confirmando percepções da população herdadas de uma experiência vivida, criando assim uma opinião coletiva. Pode-se mesmo entender a mídia militante dos movimentos populares como alternativas de quebrar a agenda dominante e substituí-la por uma agenda alternativa popular. (KUCINSKI, 2005, p. 40/41)

Uma série variada de adjetivos é utilizada para classificar os piqueteros de acordo com seu posicionamento frente ao diálogo com o presidente e à metodologia utilizada nos cortes, e não por acaso esses adjetivos são opostos, reforçando a idéia de que há antagonismo dentro do movimento. A classificação “dialoguistas x duros” é utilizada pelo *La Nación*

Há também uma insistência na crítica ao aspecto físico dos manifestantes: a utilização de capuzes, passamontanhas (capuz de lã que cobre todo o rosto, deixando espaço apenas para os olhos), lenços no rosto, e da forma de se organizar em uma marcha ou piquete, com uma linha de segurança.

A violência é sempre associada nas notícias aos protestos, dando a entender que de cada manifestação piquetera prevista ou anunciada, deve-se esperar um ato de violência por

⁵² LAS PROTESTAS y el tránsito urbano. Editorial. **Clarín**, Buenos Aires, 23 out. 2003.

⁵³ PIQUETEROS: que impere la ley. Editorial. **La Nación**, Buenos Aires, 8 nov. 2003. “A obstrução do trânsito se traduz, em muitos casos, em uma agressão física e moral intolerável. Não é exagerado dizer que constitui uma forma mais de violência. O fato de que milhares de automotores –ônibus, táxis, carros particulares e, eventualmente, até patrulheiros policiais e ambulâncias- se vejam reduzidos repentinamente a um estado de absoluta imobilidade configura uma irregularidade inadmissível. A reiteração dessas modalidades de protesto introduz na vida cotidiana de uma cidade, como fica dito, um componente de violência inocultável. (...) Dias atrás se ouviu um líder piquetero dizer que seu movimento não vacilaria em tomar a Casa de Governo. Pouco depois se ouviu outro dirigente dizer que estaria disposto, por vez, a ocupar a sede do Governo para sustentar às legítimas autoridades. Disparates desta magnitude atentam contra as próprias bases da ordem e do Estado de Direito. Se os organismos de Estado não conseguem colocar um freio às exaltações destes grupos dissolventes, se chegará a um rompimento da ordem pública que tornará o normal desenvolvimento da vida social, do trabalho e da atividade produtiva. Seria lamentável que fosse a sociedade que tivesse que sair a dizer “basta!” às provocações dos piqueteros, como se viu obrigada a dizer-lo, há pouco, aos seqüestradores e às organizações do crime.

parte dos piqueteros e sua consequente repressão por parte das forças policiais. No mesmo sentido, em matérias referentes à segurança pública, os piquetes e os protestos são colocados como fatores que geram insegurança na sociedade. O *Clarín* aborda o tema no sentido de que o governo, ao pensar em endurecer os mecanismos de repressão e controle, está se prevenindo de um “eventual descontrole social”.⁵⁴

La Nación enfatiza em diversas ocasiões que a atitude dos piqueteros frente ao presidente é de desafio⁵⁵. Os jornais fazem ainda um reforço do que consideram uma imagem bélica, de conflito das ações piqueteras, que são mostradas como um exército organizado para o qual o governo deve estar preparado para se defender.

Paus, capuzes, gestos temerários e intimidatórios. Todos elementos que compõem a habitual cenografia piquetera, à qual lamentavelmente se acostumaram os portenhos e o resto dos argentinos. Claro que os piqueteros têm uma visão diferente sobre as ‘armaduras’ que portam no momento de tomar a rua⁵⁶.

Para Svampa e Pereyra (2003, p.171), a definição negativa sobre o piquetero se apóia em três argumentos que estão presentes inclusive entre os próprios: o primeiro é o aspecto negativo do ativismo ou da militância. O segundo é a experiência de enfrentamento nas estradas contra as forças de segurança. O terceiro, está vinculado à aceitação dos subsídios estatais. Há o que chamam uma “retórica sarmientina contra o plebéio”, baseado num grande desprezo aos setores populares, a cargo dos meios de comunicação⁵⁷.

⁵⁴ DE EULATE, Mariano Pérez. Fuerte debate en el Gobierno por la política de seguridad. **Clarín**, Buenos Aires, 7 jun. 2002. Em uma matéria de 16 de junho de 2002, titulada “HABRÁ un 60 por ciento más de policías en la calle”, o secretário de Segurança Interior Juan José Alvarez declara estar convencido de que “a desigualdade social e o crescimento vertiginoso da pobreza, a indignação e a marginalidade, geram condições muito propícias para o delito”. No entanto, distinguiu a insegurança e os delitos, alvos de sua iniciativa, do conflito social que atravessa o país: “não se pode criminalizar os protestos, afirmou.

⁵⁵ LOS PIQUETEROS desafían al Gobierno. **La Nación**, Buenos Aires, 18 jun. 2004. “Durante semanas, o presidente Néstor Kirchner mordeu a língua para evitar um enfrentamento político com os grupos piqueteros que não deixam em paz seu governo quase desde o primeiro dia. Apenas na intimidade descarregava o fastio que lhe provoca a atitude intransigente de muitas dessas organizações, as quais considerou sempre instrumentos dos partidos de esquerda para reposicionar-se no cenário político. Mas a paciência do Presidente chegou ao limite, no ritmo crescente do mal humor que causam na sociedade os constantes cortes de ruas e estradas.”

⁵⁶ PIQUETEROS dicen que el palo y la capucha son su folclore. **Infobae**, Buenos Aires, 20 ago. 2005.

⁵⁷ Svampa, ao estudar a segregação espacial representada “pelos que ganharam” com o modelo de modernização excludente e foram viver em bairros privados, aponta que 2002 foi um ano de pânico para esse setor, com simulações de evacuação em caso de invasão de hordas de pobres. “A imagem dos saques corria o país e nos *countries* esperavam aos saqueadores e piqueteros. Esse era o fantasma: não sei, pensariam que lhes iam roubar os tacos de golf. Houve cenas cinematográficas, gente que ia para o Uruguai, planos de evacuação em bairros que não eram nem os mais luxuosos nem os mais exclusivos. E então começou a aparecer uma necessidade de responder à problemática da descomposição social através de formas de assistência” (por exemplo a criação de restaurantes comunitários). Entrevista ao site Lavaca, publicado em 22 de junho de 2004. Disponível em <www.lavaca.org>. Acesso em: 20 mar. 2008. Ver também a entrevista: SABEN lo que representan. **Página 12**, Buenos Aires, 2 maio 2002.

Os jornais publicam pesquisas de opinião destacando: “as organizações piqueteras vão aprofundando o choque com a sociedade: nove em cada dez cidadãos sustentam hoje que estão pouco ou nada de acordo com essas organizações, o que significa que o rechaço cresceu fortemente nos últimos anos” e que o governo é por demais condescendente com os piqueteros: a distribuição de *planes* fez com que eles fossem vistos como direito adquirido. Há um excesso de diálogo entre o governo e os piqueteros, o que dá margem para suas ações.

Ao mesmo tempo em que há uma homogeneização das reivindicações das diferentes agrupações e uma ênfase no pedido de *planes*, há um assinalação das diferenças de organização entre as agrupações, das formas de aproveitamento dos recursos do governo, da utilização de capuzes e bastões nos protestos. Ao assinalar a fragmentação, a mensagem é de que o movimento é desorganizado e não consegue obter um consenso entre os próprios integrantes.

Clarín e *La Nación* também destacam que os diferentes governos foram permissivos na distribuição dos *planes*, e o que eles consideram um assistencialismo estatal vai contra o incentivo da cultura do trabalho - motivo pelo qual os piqueteros preferem receber o subsídio de 150 pesos ao invés de trabalhar.

O fazer jornalístico implica algumas normas, como a de que teoricamente as matérias jornalísticas são feitas com imparcialidade, narrando os acontecimentos, enquanto os textos de teor opinativo se encontram nos editoriais.

Correntemente o leitor assume a condição de neutralidade e transparência em toda matéria de imprensa. Esse caráter desliga o leitor da dúvida a respeito dos modos de influência que exerce a maneira de representar a notícia. No entanto, essa influência existe e é ainda mais categórica, justamente, por essa confiança com que o leitor assume aos ditos da imprensa como verdades irrefutáveis, pela forma de seu discurso. Contrariamente, na notícia a opinião o leitor sabe explicitamente que a informação está dirigida com uma intencionalidade determinada. Também nas crônicas existe tal manipulação, e dizemos que é mais categórica já que com a neutralidade se oculta uma forma de seleção, caracterização e contextualização da informação (LENGUITA, 2003, p. 8)

As conseqüências simbólicas na forma de expressão de uma notícia jornalística são chaves enquanto fonte de informação de uma audiência desprovida de outros recursos para conhecer os acontecimentos, como aponta Lenguita (2003, p. 17).

Alguns autores vêm debatendo a influência dos meios de comunicação de massa argentinos como contribuintes do processo de criminalização e analisando como os diversos grupos piqueteros e o protesto são retratados na mídia - impressa e televisiva, focados na emissão e não na recepção.

Lenguita (2003) analisa a transformação das representações do movimento piquetero no *Clarín*, destacando que as formas de interpretação sobre ele variam segundo os interesses ideológicos colocados em jogo nas estratégias de representação. Segundo ela, o problema do desemprego é visto através de um enfoque individual, assinalando as incapacidades de certos grupos de conseguir trabalho ou mantê-lo (como os primeiros demitidos da YPF que usaram suas indenizações na criação de negócios que não deram certo). Não se faz referência às razões políticas que provocaram o desemprego, especialmente no momento de surgimento do movimento. Os entrevistados são apresentados como vítimas de algo sem explicitar a causa do problema. Também os primeiros protestos piqueteros em 1997 são representados de forma fragmentária, reduzindo-se os conflitos e negociações a um plano local, não como uma experiência coletiva (nacional) de desemprego.

São usadas duas formas de adjetivação: uma imagem vitimizada dos que não tem trabalho, que consagra a função disciplinadora das representações sociais (a ameaça de desemprego que pode acometer a qualquer um) além de despolitizar a resistência e a luta, ao mostrar-lhes apenas como vítimas movidas pela fome e pela necessidade de sobrevivência.

As matérias sempre destacam que há uma radicalização do conflito, que sempre termina em conflito com a polícia - os protestos piqueteros estão inevitavelmente associados com a violência (LENGUITA, 2003, p. 14) “A medida que foram crescendo os focos de conflito, os títulos foram abandonando a cartola⁵⁸ de ‘protesto social’ para o de ‘crise social’”. Os títulos sempre fazem referência à violência e nunca sobre as demandas e outros elementos centrais do conflito e nivelam o poder de enfrentamento que tem os órgãos repressivos do Estado com o dos manifestantes (LENGUITA, 2003, p. 16) e chamando de “dispersão”, “despejo” ou “incidente” à repressão pura e simples. As matérias sempre se baseiam nas fontes policiais e se fala nas detenções posteriores ao protesto sem fazer alusão direta às arbitrariedades que podem estar sendo cometidas por parte da polícia. Numa segunda etapa essa manipulação fica limitada pela razão de que os dirigentes comecem a ter mais acesso à palavra pública.

Steinberg (2005) busca, através da comparação e análise de matérias sobre os piqueteros nos jornais *La Nación* e *Infobae* do ano de 2005, estabelecer as formas de representação do corpo do piquetero e as correlações que surgem entre espaços “apropriados” e “de apropriação” e aponta que *Infobae* constrói o perfil do piquetero como um sujeito vaidoso, com uma violência latente, que utiliza qualquer detonante para manifestar-se e sair à

⁵⁸ Também conhecido como “retranca” ou “chapéu”. Uma ou mais palavras usadas para definir o assunto da matéria, localizadas acima do título.

superfície, também como um estrategista que age de acordo com medidas e metodologias piqueteras, as quais obstaculizam a cotidianidade dos cidadãos (STEINBERG, 2005, p. 5). *La Nación*, embora faça alusão a um recrudescimento do conflito entre o governo e piqueteros, os apresenta com o mesmo nível de violência.

Da bibliografia que obtivemos, Aguiló (2004) é o único que analisa as notícias sobre os piqueteros sob o ponto de vista da recepção, entretanto, utilizando textos televisivos. Separa as enunciações em quatro temas: a) os piqueteros são perigosos; b) os piqueteros são vítimas; c) os piqueteros causam perturbações; d) os piqueteros sofrem de problemas, as quais geram três tipos de discurso: demonizante, vitimizante e paternalista.

Conclui que existem diferentes enfoques sobre os piqueteros, mas mesmo quando há uma cobertura favorável como quanto desfavorável, “a atenção se centra em questões dramáticas ou de tensão, mas raramente no trabalho positivo e de contenção social que as agrupações realizam cotidianamente” (AGUILÓ, 2004, p. 8).

Os entrevistados, em geral, rejeitam os programas cujas representações dos piqueteros são contraditórias com sua própria concepção sobre os grupos. É o discurso paternalista que, por ser mais ambíguo e impessoal, é o que se torna mais aceitável por parte de diferentes audiências. Em geral, os meios não são abertamente nem integralmente contrários aos piqueteros, em parte por que o próprio público tampouco tem posturas monolíticas a respeito dos piqueteros. Portanto, a única maneira de incluir essas opiniões - muitas delas contraditórias entre si - é mediante a ambigüidade.

Amado Suárez (2004), ao debater a imprensa argentina após a crise, apresenta uma série de títulos retirados dos jornais *La Nación*, *Ámbito Financiero*, *Clarín*, entre outros, em que se percebe uma semantização das manifestações, onde protesto e violência são apresentados como indissociáveis. Entretanto, em uma pesquisa realizada em 2002 com 15 mil entrevistados, questionando que se nominasse que pessoas ou grupo deveriam “ir-se” (em referência à palavra de ordem dos protestos de dezembro de 2001, “*que se vayan todos*”), os piqueteros foram citados em apenas três fichas. “É sugestivo que a lista não incluísse nenhum dos grupos que eram apresentados sistematicamente como perturbadores da ordem pública” (AMADO SUÁREZ, 2004, p. 11).

“Con el código penal en la mano”: presidentes e suas políticas frente ao protesto

Carlos Menem (julho de 1989- dezembro de 1999)

O movimento piquetero surge em 1996, durante o segundo mandato de Carlos Menem (1995-1999). É através de um contexto de importantes privatizações, redução de postos de trabalho em empresas privadas e de transferência de responsabilidades federais para as províncias (como a saúde e a educação), que acontecem os primeiros cortes de estrada, multissetoriais e vinculados à grande participação da população das cidades afetadas.

É o caso dos cortes em Cutral-Có (Neuquén) em junho de 1996 e em Tartagal - Mosconi (Salta) em julho; novamente Cutral-Có em abril de 1997 e Jujuy (Salta), em maio deste mesmo ano. Em Neuquén, ao grande protesto popular, iniciado por professores que reclamavam ao governador descontos em seus salários, se uniram os desempregados da cidade. Após três semanas, o juiz federal Oscar Temi ordenou para que a estrada fosse desalojada, o que aconteceu com a atuação da Gendarmería e da polícia provincial.

Após os acontecimentos de Santiago del Estero, o governo federal havia tomado medidas para evitar que as forças de segurança se vissem superadas pelos manifestantes, anunciando que investiria cerca de 40 milhões de dólares para reequipar as polícias provinciais e a Gendarmería com armas e apetrechos específicos para a dissuasão de protestos e manifestações. Na primeira etapa, seria criada uma força de dispersão rápida que pudesse se deslocar até as províncias onde se produzissem explosões sociais. Como aponta Romero (2003, p. 39), “o governo ainda decide impulsionar uma série de modificações no código penal para agravar as penas de delitos contra a autoridade, os meios de transporte, os bens do Estado e os serviços públicos”.

Predominava uma idéia de conspiração, de tentativas de desestabilização tanto do governo federal como do provincial. Para o governador de Neuquén, Felipe Sapag, o grêmio docente, que iniciou os protestos, foi infiltrado "por grupos ideológicos armados" de ativistas de outras províncias. Mas reconheceu que em Cutral-Có se vive uma situação especial pela demissão de 5000 trabalhadores de YPF "que deixou 50.000 habitantes no meio do deserto sem outra possibilidade de trabalho"⁵⁹.

Como as principais manifestações se deram em províncias bastante afastadas de Buenos Aires, foram os governadores que tiveram sua imagem mais diretamente ligadas às ordens de repressão, enquanto Menem usufruía de uma certa estabilidade em Buenos Aires.

⁵⁹ GRAVES disturbios en Neuquén: un muerto. *La Nación*, Buenos Aires, 13 abr. 1997.

Para Menem, que ainda pretendia concorrer a um terceiro mandato, os protestos eram "situações que se vivem a partir da agitação política, tendo em conta que teremos eleições dentro de uns meses⁶⁰", assim como de um "rebrote subversivo", versão também difundida pelo Ministro do Interior, Carlos Corach, que argumentava que a atuação das forças federais (Gendarmería) só aconteceu por solicitação do governador.

Nas estradas nacional nº 22 e provincial nº 17, os professores de Neuquén vinham reclamando desde o fim de março a redução nos salários. No dia 12 de abril, o juiz federal Oscar Temi deu a ordem para que 350 gendarmes avançassem com um caminhão hidrante contra os piquetes para desbloquear a estrada. Atacaram com gás lacrimogênio, balas de borracha e cachorros. Os gendarmes, após terem desalojado a estrada, entraram na zona urbanizada disparando, quando foi atingida a moradora Teresa Rodríguez, e violaram domicílios em busca dos manifestantes que se refugiavam. Alguns adultos e crianças capturados foram levados em ônibus e levados a um lugar de detenção desconhecido. "No começo se disse que a morta, Teresa Rodríguez, 23 anos, foi alcançada por uma bala calibre 32, no momento em que se dirigia a seu trabalho. À noite se mantinha a interrogação sobre quem disparou, já que as forças de segurança não usam esse calibre"⁶¹. Na noite anterior, o ministro de Governo de Neuquén, Carlos Silva, havia advertido sobre a presença de grupos "não vinculados ao conflito docente", aos quais atribuiu estar "fortemente armados con bombas molotov e armas de grosso calibre"⁶². Na verdade, os grupos "não-vinculados" a que faz referência ao ministro são jovens desempregados que se integraram ao protesto e se auto-denominaram "fogoneros", em oposição aos piqueteros, que negociaram com o governo e determinaram o fim do piquete.

A pedido dos deputados, Corach teve de ir à Câmara explicar as razões da atitude assumida pelas forças de segurança tanto em Neuquén, Salta e La Plata, onde também haviam acontecidos protestos durante esses dias. "Acossado pelas perguntas e discursos dos legisladores da oposição, Corach tratou de sustentar o discurso do Governo que denunciou um 'ressurgimento de subversivos' nas manifestações aludidas"⁶³. Menem havia feito referência na semana anterior, e o governador Sapag atribuiu os distúrbios a ativistas de "ultra-esquerda".

⁶⁰ MENEM habló de activistas y acusó la oposición. **La Nación**, Buenos Aires, 23 maio 1997.

⁶¹ GRAVES disturbios en el Neuquén: un muerto. **La Nación**, Buenos Aires, 13 abr. de 1997.

⁶² GRAVES disturbios en el Neuquén: un muerto. **La Nación**, Buenos Aires, 13 abr. de 1997.

⁶³ FRACASÓ la sesión en la Cámara Baja. **La Nación**, Buenos Aires, 17 abr. 1997.

Os protestos em Salta, em maio de 1997, tiveram interpretação semelhante: reclamações superdimensionadas por se tratar de ano eleitoral.⁶⁴ A Gendarmería interviu para liberar o trânsito na estrada federal nº 34, cortada por manifestantes e se introduziram nas ruas dos bairros próximos à estrada disparando indiscriminadamente, causando mais de 50 feridos.

As manifestações conjuntas entre professores e desempregados locais se estenderam até o mês de junho. Se no sul do país a polícia havia intervido protegendo as instalações das empresas petroleiras, em Salta, interveio protegendo as instalações de um importante engenho de açúcar local, Ledesma⁶⁵. “Eu os vi comendo churrasco no Engenho; a empresa lhes empresta veículos para transportarem-se na estrada”, diz uma testemunha a respeito dos policiais.

Fernando De la Rúa (dezembro de 1999- dezembro de 2001)

Uma prolongada manifestação em Corrientes teve seu desfecho aos sete dias do início do governo de Fernando de la Rúa. Desde maio de 1999, os professores dessa província vinham realizando cortes de estradas e pontes e manifestações em frente à Casa de Governo, conseguindo a substituição do governador. Em 10 de dezembro, um novo corte é convocado, e após várias tentativas por parte da Gendarmería durante a semana de liberar o trânsito na ponte que liga Corrientes à capital da província vizinha, Resistência, no dia 17 logo pela manhã a polícia ataca e deixa dois mortos - Francisco Escobar e Mauro Ojeda. O comandante a cargo da repressão, Ricardo Chiappe, havia atuado durante a ditadura militar nos centros de tortura Campo de Mayo e La Perla (KOHAN, 2002, p. 65).

Em junho de 2001, o Congresso sancionou a lei nº 25.434, que, ao alterar o Código Processual Penal argentino outorgou maiores atribuições às forças policiais e reduziu o controle judicial sobre elas. Essa modificação permitiu que a polícia interrogasse um suspeito no lugar de sua detenção, possibilitando "confissões espontâneas" que encobriam práticas de torturas e coerções sobre as pessoas detidas, entre outras medidas⁶⁶.

Em 2001, aconteciam cortes de estrada em quase todas as províncias e o movimento estava bem organizado, frente à supressão do número de de *planes* que procedeu De la Rúa. Muitas causas judiciais contra piqueteros e sindicalistas foram iniciadas pelo Ministro do

⁶⁴ DESALOJARON una ruta por la fuerza en Jujuy. **La Nación**, Buenos Aires, 21 maio 1997. “Olhando os episódios, tudo parece muito armado. São grupos que se repetem em diferentes pontos do país, que dão a sensação de responder a uma linha de ação”, opinou um homem que tem trato diário com o chefe de Estado”.

⁶⁵ MONTI, Jorge. Más incidentes en Jujuy; hoy, paro. **La Nación**, Buenos Aires, 22 jun. 1997.

⁶⁶ CELS; Federación Internacional de Ligas de Derechos Humanos (FIDH). Presentación ante el comité contra la tortura (2004, p. 8).

Interior, Storani, focando líderes, como Raúl Castells, do MIJD, preso por “extorsão” ao pedir comida em um supermercado.

Em junho de 2001, com o apoio da Unión de Trabajadores Desocupados, é organizado mais um grande corte em Salta. O governador Romero declara à imprensa que não realizaria nenhum tipo de negociação com “delinqüentes” e “sediciosos”. No dia 17, o juiz Cornejo ordena à Gendarmería Nacional a recuperação a qualquer preço da estrada nacional nº 34, argumentando que nas instalações da empresa petroleira da cidade teria acontecido o ingresso de um grupo de encapuzados. A Gendarmería ocupou o hospital e as rádios, efetuou prisões, aplicou torturas, ingressou em domicílios particulares buscando os dirigentes piqueteros, bateu em jornalistas e destruiu suas câmeras (KOHAN, 2002, p.73). Em Buenos Aires, as agrupações piqueteras realizaram protestos denunciando a repressão em Salta.

No transcorrer da repressão, os meios de comunicação divulgavam a versão oficial⁶⁷. O juiz Abel Cornejo e o secretário de Segurança provincial, Daniel Nallar, diziam que as forças de policiais haviam sido emboscadas pelos piqueteros, os quais, além disso, estariam apoiados por grupos de franco-atiradores civis escondidos nos montes. “O fato constituía - segundo os relatórios dos organismos de inteligência - um passo a mais no desenvolvimento de novos grupos dispostos a tomar o poder pelas armas” (SVAMPA, 2004. p. 133). Desde o princípio, negavam a evidente presença de franco-atiradores do grupo de elite de gendarmería.

Carlos Santillán, morador da cidade, foi baleado e faleceu. Seu irmão, que estava junto a ele no momento, assegurou que Carlos foi fuzilado por franco-atiradores da Gendarmería que estavam posicionados sobre os tanques de combustível das empresas petroleiras da região. O juiz Cornejo negou ter dado a ordem para usar balas de chumbo e processou 26 piqueteros pelo impedimento do transporte terrestre, sedição, abuso de armas, resistência à autoridade e instigação a cometer delitos.

Três dirigentes do Partido Obrero foram detidos, acusados de sedição e corte de estrada. Os dirigentes da UTD de General Mosconi (Salta) foram acusados de associação ilícita. A advogada dos piqueteros processados acrescenta que muitos manifestantes foram espancados pelos policiais, e foram feridas quase uma centena de pessoas.

O ano de 2001 foi de fortalecimento e tentativa de articulação entre o movimento piquetero. Foi realizada a primeira assembléia nacional, em julho, a qual aprovou um plano de

⁶⁷ GRAVES choques en Santa: ds muertos y 36 heridos. **La Nación**, Buenos Aires, 18 jun. 2001 e MESTRE debió dar explicaciones por la represión en Salta, **La Nación**, Buenos Aires, 11 jul. 2001. “Em um encontro a portas fechadas, que durou mais de três horas, o ministro do Interior disse aos deputados que a ordem de dissuadir o corte da estrada nacional nº 34 que realizava um grupo de piqueteros foi decidida "exclusivamente" pelo juiz federal de Salta, Abel Cornejo”, e também que “o governo nacional não tem conhecimento de infiltrados estrangeiros nem de grupos armados especializados entre os manifestantes de General Mosconi”.

luta tendo como principais reivindicações o fim das leis de ajuste econômico, a liberdade dos lutadores sociais presos e seu desprocessamento, além de um pedido de que se retirasse a Gendarmería de Salta. Em setembro, foi realizada a segunda assembléia nacional.

Em outubro, foram realizadas eleições legislativas, com uma grande abstenção e votos nulos. No dia 1º de dezembro, foi anunciado o *corralito*, a partir do qual iniciaram diversos protestos no país, e em especial em Buenos Aires, de diversos setores: comerciantes, professores, estatais, articulados com paralisações organizadas pela CTA e pelas CGTs, além dos “*caceroleros*”, os que reclamavam pela retenção de seus depósitos bancários. No dia 14, acontecem saques pontuais em Rosário e em Mendoza; no dia 17, em Buenos Aires.

Durante um corte em 10 de novembro de 2001 em Tartagal (Salta), foi morto Aníbal Verón, motorista desempregado. A polícia desalojou os manifestantes da estrada nacional nº 34, após a ordem judicial do juiz Abel Cornejo. Verón protestava por salários atrasados junto à empresa que o havia demitido. Horas depois, centenas de pessoas se manifestaram contra a repressão, queimaram a delegacia, a empresa de luz, a sede do correspondente do jornal *El Tribuno* e a prefeitura. O piquete havia sido organizado por desempregados de distintas empresas da região, professores e agrupaciones indígenas.

Apesar das declarações de testemunhas presenciais que ratificam a autoria do disparo mortal por parte de um policial, não houve processados. Para a causa judicial foram interrogados 200 policiais. As testemunhas terminaram imputadas por falso testemunho. O mesmo juiz que ordenou a desocupação da estrada é quem investigava a morte e sustentava a hipótese de que Aníbal Verón foi assassinado por outro piquetero. “Depois da repressão, o secretário de segurança, Daniel Nallar, declarou que tudo foi ‘uma rixa entre piqueteros’, enquanto que Romero (governador) assegurou que a polícia não estava armada e só usa balas de borracha”⁶⁸.

No fim da tarde do dia 19, De la Rúa declarou o estado de sítio, dando início a massivos protestos em Buenos Aires e em todo país. Na capital, milhares de pessoas marcharam à Praça de Maio e foram dispersadas a pauladas e gases pela polícia. De la Rúa renunciou no dia 20. A repressão esteve a cargo da Polícia Federal, que atuava tanto com policiais de uniforme como sem identificação. Em Buenos Aires, foram feridas a bala 80 pessoas e houve cinco mortes, quatro delas pelas armas da Polícia Federal Argentina e uma por seguranças de um banco privado.

Como relata Bonasso (2002, p. 175) o comissário Rubén Santos declarou que recebeu informações pontuais do ministro de Interior Enrique Mathov e do secretário de Segurança de

⁶⁸ MEYER, Adriana. Los asesinos de Aníbal Verón siguen libres. **Página 12**, Buenos Aires, 14 nov. 2002.

que havia conhecimento de um “plano para tomar de assalto a Casa de Governo e edifícios emblemáticos “que incluiu o Cabildo, o Congresso e o edifício anexo ao Congresso”. O presidente De la Rúa deu ordens de manter a Praça de Maio vazia. Foram usadas a cavalaria, a infantaria, os hidrantes, tanques de pequeno porte, patrulheiros de dispersão rápida com motos e quatriciclos, cães, gases lacrimogênicos e vomitivos, balas de borracha e de chumbo por cerca de dez horas (BONASSO, 2002, p. 191). No resto do país aconteceram outras 30 mortes, 439 feridos e 3273 detenções (KOHAN, p. 87).

As entidades de direitos humanos solicitaram o processamento do Secretário de Segurança Interior Enrique Mathov e do chefe da Polícia Federal Argentina Rubén Santos pelas mortes dos cinco manifestantes nas proximidades da Praça de Maio, e do presidente Fernando De La Rúa pela privação de liberdade de 29 pessoas que foram detidas pelo poder executivo em razão do decreto de estado de sítio, por entender que era dever do presidente ter proibido estas condutas e não ter permitido uma atuação repressiva ordenada de maneira imprecisa, e se omitiu ao não especificar um âmbito temporal ou espacial para sua intervenção, além de não controlar os meios a utilizar⁶⁹.

Eduardo Duhalde (janeiro de 2002 - maio 2003)

Após a renúncia de De la Rúa, exerceram a presidência o presidente do Senado, Ramón Puerta, o presidente da Câmara de Deputados, Adolfo Rodríguez Saa, Eduardo Camano e finalmente Duhalde, que assume a presidência sob o peso das diversas mortes do mês anterior. Em relação ao movimento piquetero, sua política é o aumento substancial do número de *planes*, com o objetivo tentar acalmar o movimento piquetero, logo substituída por uma postura de endurecimento frente às solicitações e uma resposta estatal firme frente aos protestos.

Durante o governo Duhalde, eram realizados protestos mensalmente, cobrando a elucidação das mortes de dezembro de 2001 e questionando a legitimidade do governo, que não havia sido eleito e que devia convocar eleições o mais rápido possível.

Em 20 de junho de 2002, a FTV e a CCC realizaram um protesto multissetorial por alimentos e contra o Fundo Monetário Internacional, reclamando *planes*, moradia e ajuda social e contra o governo Duhalde. Para o dia 26, estavam previstos diversos cortes nos

⁶⁹ CELS. Documento de difusión. **¿Qué se discute en la causa del 20 de diciembre?** Disponível em <http://www.cels.org.ar/common/documentos/causa_20_diciembre.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2008.

acessos à Buenos Aires por parte do CTDAV, BP, MIJD e BdP, as agrupações piqueteras consideradas “duras”.

O governo havia avisado durante a semana que não ia permitir que as pontes de acesso à Capital fossem interrompidas. Diversas declarações aos jornais, tanto como do presidente como do Ministro do Interior, Jorge Matzkin, como do subsecretário de Segurança Interior, Carlos Vilas, advertindo de que o governo aplicaria um "importante operativo de controle", faziam referência a um clima de guerra⁷⁰.

Em junho de 2002, sob a cartola “o governo e a crise”, são publicadas matérias que reproduzem a idéia, proposta pelo ministro de Defesa, de unificar a defesa e a segurança, debatidas durante um seminário universitário em que falaram o ministro Horacio Jaunarena e o secretário de Defesa, Juan José Alvarez. Embora inicialmente se posicionando contra a erosão do “edifício legal construído durante a democracia”, menciona que “o debate surge também em um momento de grave crise econômica e social, em que alguns setores falam de um eventual papel militar ante uma explosão social que ultrapasse às forças policiais”, ressalta o *Clarín*. "A distinção entre segurança e defesa é uma categoria superada. A esta altura dividir em compartimentos estanques é um anacronismo", disse Jaunarena. "Por razões ideológicas e de nossa história, possivelmente justificadas no passado, temos artificialmente diferenciado entre ameaças externas e internas. Isto não é assim", disse Brinzoni⁷¹.

A primeira consequência desse debate seria o pedido de renúncia do secretário da pasta, Juan José Alvarez, o que estaria evidenciando o fato de que "Duhalde pensa seriamente em endurecer o perfil de seu governo", pois se sabe que o secretário se opõe à idéia de unificação⁷².

Uma matéria do *Página 12*, de 24 de junho, descreve que na semana anterior, o então chanceler Carlos Ruckauf, num discurso a oficiais da Força Aérea, declarou que embora reconhecesse que se havia cometido erros, se sentia “orgulhoso” de ter assinado um decreto

⁷⁰ “Consultado sobre a possibilidade de impor limites aos piquetes ao redor da Capital, Alvarez disse que "se decidiu claramente que não podemos permitir que se bloqueiem todos los accesos ao mesmo tempo, por que não pode ser que Buenos Aires fique sitiada". DICEN que no habrá fusión entre Defensa y Seguridad. **Clarín**, Buenos Aires, 8 jun. 2002. BRASLAVSKI, Guido. Buscan frenar cortes de puentes. **Clarín**, Buenos Aires, 19 jun. 2002. “Alvarez advertiu que se forem cortados todos accesos ao mesmo tempo, será tomado pelo governo como uma ‘ação bélica’. O governo já recebeu críticas de alguns setores que acreditam que manteve uma atitude ‘passiva demais’ frente aos cortes, e reclamam ‘mão firme’ com os piqueteros.

⁷¹ BRASLAVSKI, Guido. Replotan la idea de unificar las áreas de Defensa y Seguridad. **Clarín**, Buenos Aires, 1 jun. 2002.

⁷² DE EULATE, Mariano Pérez. FUERTE debate en el Gobierno por la política de seguridad. **Clarín**, Buenos Aires, 7 jun. 2002.

que em 1975 autorizou as Forças Armadas a intervir e que voltaria a fazê-lo “sem vacilar” se as circunstâncias assim o exigissem⁷³.

O principal corte das organizações piqueteras começou a se concentrar, perto do meio-dia do dia 26 nas imediações da Ponte Pueyrredón, que é o principal acesso entre Buenos Aires e o sul da região metropolitana. Ali seria o ponto de encontro de duas marchas, a da Coordenadora Aníbal Verón e a do Bloque Piquetero, que vinham por caminhos diferentes. A ponte fica próxima da estação Avellaneda (do trem que liga às cidades da região sul).

A polícia havia se posicionado no ponto de chegada da marcha e com a aproximação da coluna do MTD Aníbal Verón, começaram a disparar. Com a dispersão dos manifestantes, passou a persegui-los pelas ruas próximas com tiros e pauladas. Os policiais vinham disparando desde a ponte até a estação de trens, onde foi baleado Maximiliano Kostecki. Darío Santillán se detém para ajudar os feridos, quando entrou o inspetor Alfredo Luis Fanchiotti e outros policiais. Santillán gritou “não disparem”, e correu em direção à saída da estação, quando então foi baleado. Os policiais arrastaram Santillán, que não morreu imediatamente, junto ao corpo de Kostecki, e posaram para fotografias. Dezenas de feridos por munição de chumbo foram levados aos hospitais além de detidos 150 manifestantes, e houve denúncias de tortura por parte dos detidos na delegacia de Avellaneda⁷⁴.

Pouco tempo depois, Fanchiotti dá uma entrevista coletiva à imprensa, dizendo que a polícia não utilizava balas de chumbo, portanto, as mortes não poderiam ter sido produzidas pela polícia. Os tiros teriam vindo de uma disputa interna entre grupos piqueteros.

Os jornais do dia 27 de junho publicam as seguintes versões: no *Clarín*, de que “a crise havia causado duas novas mortes⁷⁵”: “grupos de manifestantes tentaram cortar a Ponte Pueyrredón, em Avellaneda. A Polícia os reprimiu. Dois jovens morreram baleados e ainda não se sabe quem os matou”. Para o *La Nación*, “dois mortos ao se enfrentarem os piqueteros com a polícia⁷⁶”: “grupos radicalizados de esquerda destroçaram comércios e queimaram autos e ônibus”. O governo divulgou através de comunicado oficial uma versão de que havia infiltrados, e entrevistados teriam assegurado que os piqueteros levavam armas, escopetas,

⁷³ VIAU, Susana. Orgullosos de los decretos firmados. **Página 12**, Buenos Aires, 24 jun. 2002.

⁷⁴ “Gabriel Ferrari foi levado a um descampado, onde o golpearam e até quiseram lhe fazer o ‘submarino seco’ com uma bolsa de plástico (que já haviam levado preparada). Um grupo de mulheres foi levado à 2ª delegacia de Avellaneda onde as desnudaram e as torturam, e depois as levaram com outro grupo de homens para a 1ª, onde fizeram a ‘papelada’ correspondente. (Prensa Obrera, 26 set. 2002, apud KOHAN, 2002, p. 121). Os MTDs Solano, Lanús e Almirante Brown, pertencentes à Coordenadora Aníbal Verón denunciaram que ainda no dia 26 de junho, havia um virtual estado de sítio na região sul do conurbano bonaerense: muitos desempregados não podiam voltar a seus bairros pois a polícia esperava os que haviam participado do protesto. Houve disparos com balas de chumbo e prosseguiram as detenções.

⁷⁵ CURIA, Walter. La crisis causó dos nuevas muertes. **Clarín**, Buenos Aires, 27 jun. 2002.

⁷⁶ DOS muertos al enfrentarse piqueteros con la policía. **La Nación**, Buenos Aires, 27 jun. 2002.

coquetéis molotov. Possuíam pedras, paus e estilingues, segundo o que se veio a comprovar depois.

O *Página 12* afirma que foram os policiais que dispararam. No outro dia começam a aparecer além das fotos já publicadas por *Página 12*, diversas imagens de cinegrafistas e fotógrafos independentes que demonstram nitidamente que os disparos que atingiram Santillán provém das armas dos policiais. Percebe-se claramente que os piqueteros realmente foram mortos pela polícia e o governo foi obrigado então a mudar o discurso, tamanho é o repúdio que provocam as fotos e imagens dos policiais comemorando as mortes.

“Avisamos aos rapazes, porque tínhamos um boato desde dentro de que ia ter repressão e que ia ser muito dura. (Mas) há rapazes aí dentro (do Bloque Piquetero) que tem outra visão da coisa. Sabiam que ia ter problemas”. Poucos dias antes havia sido realizada uma assembléia piquetera, na qual, se soube posteriormente, durante o processo de acusação dos policiais imputados pelas mortes, estavam infiltrados agentes da inteligência.

O julgamento público de Fanchiotti, e seu motorista, o ex-suboficial Alejandro Acosta, autor dos disparos que mataram Santillán foi realizado em 2005. Ambos foram imputados pelos assassinatos dos dois piqueteros e pela tentativa de homicídio de outros sete manifestantes e condenados à prisão perpétua. Outros quatro policiais, assim como o comissário superior de Fanchiotti, Felix Vega⁷⁷, foram julgados e acusados pelo encobrimento os fatos. Outro policial que já havia se aposentado mas participou da repressão foi julgado por ter exercido de maneira ilegítima funções públicas.

As organizações de direitos humanos vêm propondo como parte importante do debate da atuação policial nos protestos a necessidade de se avaliar a responsabilidade dos funcionários políticos, antes, durante e depois dos eventos de repressão. Seu objetivo é debater a violência institucional, não apenas a de determinados membros, mas de toda polícia argentina, pois as ações ilegais das forças de segurança “tiveram características idênticas durante distintos momentos do dia e foram cometidas simultaneamente em diversos pontos, cobertos por distintos grupos da Polícia Bonaerense, coordenado e supervisionado por funcionários de nível superior, conforme as diretivas dos responsáveis políticos da área”. (CELS, 2008b, p. 147).

Durante o julgamento, Kirchner autorizou a abertura de arquivos secretos da SIDE, onde constava um informativo dirigido ao então presidente Duhalde onde se recomenda atuar

⁷⁷ O subchefe do departamento de Lomas de Zamora, também um dos superiores de Fanchiotti, Mario Mijin, foi chefe de guarda do centro clandestino de detenção “destacamento Arana” em La Plata, durante a ditadura. Em consequência, uma das primeiras medidas do novo Ministro de Justiça e Segurança da Província de Buenos Aires foi separar Mijin da Polícia Bonaerense. (CELS, 2003, p. 4)

com firmeza nos protestos previstos para 26 de junho, já que estas constituiriam um caso exemplar pelo qual se fazia imprescindível defender a autoridade do Estado. Em seu testemunho, Carlos Soria, que em 2002 era o coordenador do SIDE, defendeu o modo de agir do governo nacional e dos serviços de inteligência com o argumento de que as “organizações piqueteras queriam gerar um clima similar ao que havia sido desencadeado no final do governo de De la Rúa, tomar o poder e precipitar a queda do presidente interino mediante uma revolução” (CELS, 2008b, p. 148).

O governo de Duhalde também foi marcado por denúncias de violência paraestatal: detenções ilegais, ameaças, tiros em sedes de movimentos sociais. Aconteceram manifestações mensais cobrando a responsabilização pelas mortes de dezembro, num clima de iminente explosão social, segundo os jornais. Numa destas manifestações, dois jovens teriam sido brutalmente espancados e detidos, levados em um táxi a um local desconhecido por policiais à paisana. O governo federal nega sua responsabilidade sobre os atos e diz desconhecer e possuir qualquer ingerência sobre os responsáveis por tais agressões⁷⁸.

Em uma reportagem de junho⁷⁹, o jornalista Miguel Bonasso ressaltou que “os desconhecidos de sempre” vêm aplicando ameaças, perseguições, golpes e seqüestros, fazendo referência às “patotas” - grupos paramilitares que nos anos 1970 atuavam na repressão informal dos opositores políticos, primeiramente no governo de Isabel Perón, e posteriormente na ditadura militar. Esses grupos organizados à margem da polícia continuariam atuando e praticando crimes e extorsões, além de amedrontar militantes políticos. Esses grupos teriam atuado nos saques anteriores aos episódios de 19 e 20 de dezembro de 2001, colaborando para gerar o clima de tensão que permitiu a repressão - levando ao debate de uma conspiração para derrubar o governo de De la Rúa.

Em 26 de novembro, cinco meses após as mortes na Puente Puerreydon, uma marcha partiu da estação de trens de Avellaneda às 11 horas da manhã, reunindo cerca de dez mil

⁷⁸ BONASSO, Miguel. A palos, por izquierda. **Página 12**, Buenos Aires, 10 fev. 2002.

⁷⁹ BONASSO, Miguel. Informe especial: la represión aumenta. En sordina. **Página 12**, Buenos Aires, 16 jun. 2002. Em novembro de 2002, o vigilante da casa de Miguel Bonasso foi atacado por dois homens uniformados. Um vizinho, policial aposentado, tentou intervir e foi atingido por dois tiros. O jornalista acreditou que se tratasse de um atentado pois nos próximos dias lançaria o livro “El palácio e la calle”, que fala dos bastidores da renúncia de De la Rúa, das articulações do Partido Justicialista antes e depois da renúncia e da atuação das forças de segurança, que teriam incentivado o agravamento clima de instabilidade política que levou ao estado de sítio e a renúncia, através da utilização de policiais à paisana que deram início aos saques, assim como dando ordens de que a polícia não reprimisse os saques a pequenos mercados, mas protegesse as redes internacionais (Walmart, Carrefour, etc). Sobre o mesmo tema, ver Auyero (2007). Sobre o episódio com Bonasso, ver AGRESIÓN contra un periodista. **Clarín**, Buenos Aires, 27 nov. 2002. “Bonasso tem uma custódia rotativa em seu domicílio desde janeiro de 2001, depois de publicar uma série de notícias sobre o funcionamento da SIDE pós Fernando de Santibañes”. GINZBERG, Victoria. Una señal de alarma encendida cerca de la prensa. **Página 12**, Buenos Aires, 27 nov. 2002.

pessoas, com o objetivo de fazer um protesto na Praça de Maio e ficarem acampados em frente ao Congresso. A juíza María Servini de Cubria havia determinado que na ponte, os piqueteros deveriam ser revistados um por um, como condição de ingresso na capital. Um grande aparato de segurança foi montado, com cães, motoclistas, caminhão-hidrante, cinco caminhonetes para transportar detidos, um patrulheiro e efetivos da Prefeitura Naval⁸⁰.

O corte foi longo (cerca de sete horas) e tenso. Uma delegação de piqueteros foi até a Casa Rosada negociar, enquanto a ponte permanecia interrompida. “Os companheiros defenderam nossa posição de passar sem ser revistados, foi um êxito”, disse Néstor Pitrola. ‘Nossa decisão é clara: não vamos deixar que nos revistem, não somos delinquentes’, agregou Jorge Ceballos, do Barrios de Pie”⁸¹. Em troca da retirada da substituição da revista individual por uma revista visual⁸², os representantes piqueteros se comprometeram a apenas chegar à Praça de Maio com a marcha, e desistir do acampamento.

O *Clarín* considerou uma conquista o fato de que a negociação tenha prevalecido⁸³. Para o *Página 12* a interpretação foi outra: frente à proximidade das prévias do PJ, foi efetivamente uma vitória de Duhalde e uma derrota de Menem, que desejaria a criação de incidentes para prejudicar o adversário e vinha divulgando a idéia de utilizar as Forças Armadas como força de polícia. A juíza Servini de Cubria, assumidamente menemista (e que havia atuado em outros episódios de judicialização dos protestos durante o governo Menem), ao determinar a ordem de revista, acabou por criar propositalmente um foco de tensão entre os piqueteros mobilizados e o governo federal.

O governo de Duhalde é o que mantém a relação mais tensa com os piqueteros. Há um constante temor de que voltem a acontecer explosões sociais ou saques. Em dezembro de 2002, o subsecretário de Segurança Interior Carlos Vilas denunciou manobras de *punteros* para gerar saques, alarmando o governo e as pessoas: “Os comerciantes se armaram e o mostraram como nunca. As prefeituras distribuíram comida de urgência”⁸⁴. Estava planejado um grande protesto de diversas agrupações piqueteras na Praça de Maio, e havia uma

⁸⁰ CALVO, Pablo. Siete horas de tensión, cara a cara, en el Puente Pueyrredón. **Clarín**, Buenos Aires, 27 nov. 2002.

⁸¹ GARCÍA, Mariana. Piqueteros: acuerdo con el Gobierno y marcha en paz. **Clarín**, Buenos Aires, 27 nov. 2002.

⁸² “Este juizado, ante as consultas efetuadas pelas forças de segurança dispostas na Ponte Pueyrredón se limitou a encomendar ao chefe da polícia que arbitre os meios para permitir o ingresso dos manifestantes nesta Capital Federal, sempre que o façam sem portar elementos contundentes, paus e/ou outros objetos que possam ameaçar a segurança das pessoas como de bens, devendo impedir-se o ingresso daqueles que portem bolsas, mochilas e/ou volumes e impeçam a verificação de seu conteúdo.” SCHURMAN, Diego. Los dardos del gobierno, contra Servini y Menem. **Página 12**, 27 nov. 2002.

⁸³ SARTORI, Luis. LoS costos y beneficios de preservar la calma. **Clarín**, Buenos Aires, 27 nov. 2002.

⁸⁴ GALLO, Daniel. Veinte días de tensión insoportable. **La Nación**, Buenos Aires, 21 dez. 2002.

determinação de que não devia haver enfrentamento em frente à Casa Rosada, o que acabou por não ser necessário, frente à mobilização de um grande número de policiais e a preocupação dos principais dirigentes em dissipar para outro setor - o Partido Justicialista.

Néstor Kirchner (maio de 2003 - dezembro de 2007)

O governo de Kirchner consolidou importantes modificações na resposta estatal frente às manifestações públicas, aplicando uma política de dissuasão e evitando atos de repressão, com a estratégia de frente cada mobilização massiva dispor fortes operativos de controle, com centenas de policiais nas ruas sem armas letais, medida que foi acompanhada em ocasiões de outras ações destinadas a proteger a liberdade de expressão e de reunião dos manifestantes ou, ao menos, a não lesionar a integridade física dos que participavam delas.

O presidente determinou que os policiais deveriam estar desarmados e os protestos começaram a ser controlados com a saturação de efetivos policiais a cada mobilização ou concentração, que, em muitos casos, duplicavam, triplicavam ou inclusive multiplicavam o número de manifestantes.

Mas talvez a estratégia que mais obteve resultados tenha sido a cooptação de algumas agrupaciones através de Kirchner. Alguns grupos saíram em defesa do presidente e passaram a ser chamados de “piqueteros K”, representados principalmente por Luis D’Elia. Nesse período os grupos passam a realizar mais marchas e menos cortes, com resultado do enfraquecimento das agrupaciones mais combativas frente às apoiadoras do presidente. Há uma diminuição geral dos protestos piqueteros e um aumento no número de protestos de outros setores.

É no governo Kirchner que se inicia uma aproximação entre algumas correntes piqueteras: Barrios de Pie, MTD Eva Perón, e um setor da CTA, com destaque para a FTV, liderada por Luis D’Elia. Eles passam a ser chamados pelos meios de comunicação de piqueteros blandos, dialoguistas, oficialistas ou piqueteros K. “Somos o braço social do kirchnerismo”, definiu D’Elía logo após a leitura de um documento onde junto com as outras agrupaciones se declaravam publicamente apoiadores do governo Kirchner⁸⁵. Anteriormente, D’Elia havia declarado que se necessário, defenderia o presidente com tiros⁸⁶.

⁸⁵ SE LANZÓ una frente de piqueteros oficialistas. **La Nación**, Buenos Aires, 9 jun. 2004 e VALES, Laura. Un frente de piqueteros kirchneristas contra el PJ. **Página 12**, Buenos Aires, 9 jun. 2004.

⁸⁶ D’ELÍA denunció al duhaldismo de financiar piqueteros. **La Nación**, Buenos Aires, 7 nov. 2003.

No dia 23 de outubro de 2003, um protesto das agrupações *29 de Mayo, Frente Unico de Trabajadores y Desocupados* (Futrade), *FITOD* e *MUP 20* em frente ao Ministério do Trabalho manteve bloqueado os acessos prédio desde a noite até a madrugada. Dentro dele estavam o Ministro do Trabalho Carlos Tomada e funcionários, que só puderam sair às 4h da madrugada, com o despejo dos manifestantes pela polícia. O ministro havia se negado a receber os manifestantes, que pediam 3000 *Planes Trabajar* e chapas de zinco, declarando que suas reclamações não possuíam justificativa, pois já havia sido comunicado que não existia verba orçamentária que permitisse liberar mais *planes*.

Esta foi considerada pelo *Clarín* “primeira confrontação séria com os piqueteros” no governo Kirchner, que nos primeiros cinco meses vinha mantendo uma política de diálogo com os piqueteros e assinalam que esse foi o momento de mudar o posicionamento. O próprio presidente teria instruído o ministro para que apresentasse uma denúncia penal de "privação ilegítima da liberdade", delito castigado com penas de até 15 anos de detenção. De acordo com os que relataram o fato aos jornais, os manifestantes utilizaram arames, correntes e cadeados para bloquear todas as saídas do Ministério.

Frente ao anúncio de que os grupos indiciados iriam protestar contra a judicialização, o governo tentou temporizar, afirmando que prosseguia com seu intento público de não criminalizar os protestos e assinalando que a denúncia levada a cabo pelo ministro Tomada se deu pelo delito de privação de liberdade, não pelo protesto em si.

Com o primeiro setor, o Governo está disposto a seguir o diálogo, mais além dos diversos graus de dureza e método de seus atores. No entanto, aos outros busca isolá-los e, conforme o caso, aplicar-lhes o peso da lei. (...) A gente de Kirchner supõe que apenas a apresentação da denúncia deve servir como sinal de que o Governo marcou um limite a sua tolerância. A questão é ver se os destinatários tomam nota desse aviso, ou se escolhem, por necessidade política, voltar a tensionar a corda⁸⁷.

Para o *Clarín*, os eventos do dia 23 foram parte de uma competição entre as agrupações piqueteras que se encontravam isoladas, os "supercombativos", e as apoiadoras do governo.

No dia 26 de outubro, surge a notícia de que se pretende criar uma brigada antipiquetera⁸⁸. O próprio presidente teria ordenado a criação de um grupo especialmente preparado para tratar com os líderes, negociar, persuadir e desativar protestos. “Seria algo

⁸⁷ BLANCK, Julio. Gobierno y piqueteros, un pacto difícil de sostener. *Clarín*, Buenos Aires, 31 out. 2003.

⁸⁸ OBARRIO, Mariano. Se creará una brigada para controlar a los piqueteros. *La Nación*, Buenos Aires, 26 out. 2003.

como os corpos policiais especializados em dissuadir e convencer ao suicida de que não se suicide", exemplica a matéria. Dois dias mais tarde, após reações de diversas agrupações, que anunciam a organização de uma manifestação reunindo 40 agrupações, o governo negou o projeto⁸⁹.

Entretanto uma matéria do *Clarín* de 28 de novembro de 2004 relata a criação de um comando policial chamado "*Los Pacificadores*", criado no ano anterior, para atuar frente a protestos. A brigada se constitui de 600 homens sem armas, e um grupo especial que estava sendo treinado para atuar nas partidas de futebol foram transformados em uma força especial para atuar em protestos.

Não houve anúncios oficiais para celebrar seu nascimento. Claro, "*Los Pacificadores*" surgiram justo no momento em que o oficialismo terminava de desmentir a questionada criação de uma brigada antipiquetera. A batizaram de *División Operaciones Urbanas de Contención y Actividades Deportivas* e, com mais de 600 efetivos, hoje é a maior divisão de toda Polícia Federal⁹⁰.

A força policial, já em atuação, não poderia usar armas de fogo. "Levam capacetes, escudos, bastões e uma proteção à base de policarbonato nas pernas e braços. Também dissuasivos químicos pressurizados que produzem os efeitos do gás lacrimogêneo e, em alguns casos, se somam grupos de reforço com armas antitumulto". O curso de instrução dura seis meses e inclui simulações de manifestações, aulas de Direito e informações sobre os distintos grupos piqueteros, além de lições de artes marciais como o *aikido* e de esgrima com o bastão.⁹¹

Como aponta o CELS (2008, p. 231), "desde o início de seu governo, em maio de 2003, o governo de Kirchner outorgou o tema do controle das manifestações sociais um lugar central, preocupando-se em explicitar uma posição clara que o diferenciasses de seus antecessores". A nova política, definida pelo próprio governo como de "tolerância e persuasão" encontrou, no entanto, debilidades tanto para sustentar-se no tempo como para estender-se no território, ou seja, não conseguindo fazer com que essa política fosse adotada por alguns governadores provinciais. Em abril de 2007, um professor de Neuquén foi morto

⁸⁹ GALLO, Daniel. Una idea que no pudo superar la primera valla, Marcha atrás con la brigada antipiquetes. *La Nación*, Buenos Aires, 29 out. 2003.

⁹⁰ THIEBERGER, Mariano. "Los Pacificadores", el comando policial para frenar a los piqueteros. Buenos Aires, *Clarín*, 28 nov. 2004.

⁹¹ "Aníbal Fernández insistiu em que "não se necessita de armas para impor autoridade. Depois, para os fatos delitivos, temos comportamentos acordes. Em que protestos pelo mundo há mortos de bala?"
- Bom, na Argentina houve vários, como Maximiliano Kosteki y Darío Santillán, por exemplo - lembrou Clarín.
- Sim, mas ocorreu em meio a uma crise muito profunda e porque não existia este tipo de corpos especiais para conter o protesto". THIEBERGER, Mariano. Los Pacificadores. *Clarín*, Buenos Aires, 28 nov. 2004.

durante o protesto do sindicato, ao receber o impacto direto do disparo de um lançador de gases lacrimogênio⁹².

O relatório do grupo Alerta Argentina (2004) aponta cinco características em relação à política de direitos humanos do governo Kirchner:

a) O poder judicial começou a iniciar causas por conta própria, como no caso do dirigente do *Movimiento de Desocupados y Jubilados* (MIJD), Raúl Castells, acusado de extorsão por ter solicitado alimentos, na ocasião em que foi tomado um cassino provincial, mesmo não tendo a parte afetada denunciado o fato.

b) Início de uma série de causas que derivaram em medidas de investigação, perseguição e controle sobre diversas organizações piqueteras, pretendendo identificar seus domicílios, formas de organização, financiamento, entre outros.

Neste sentido, podemos citar as causas levadas adiante pelos fiscais federais Ebers, Comparatore ou Stornelli onde se solicitam medidas de inteligência sobre as organizações piqueteras a fim de acreditar qual é sua forma de organização, eleição de dirigentes e/ou utilização de recursos econômicos que manejam tais organizações. Um exemplo de tal prática judicial é a causa seguida contra o *Movimiento Teresa Rodríguez*, pelo *escrache* que tal organização fez à empresa petroleira Repsol/YPF, em maio de 2004. Assim se ordenou na causa 7319/2004 do Juizado Federal nº 9 a cargo do Dr. Galeano (...) “...que se disponha o necessário para determinar a identidade, domicílios e telefones... com indicação de líderes, organizadores e responsáveis tenham estes participado ou não da mobilização”; “...se determine os lugares de reunião dos integrantes da agrupação MTR...”; (...) “qualquer constância relativa à lista nominal e dados pessoais dos integrantes, líderes, como assim também dos lugares das reuniões ou assembléias levadas a cabo por tal grupo. Interessa a informação que surja de toda apresentação, anotação, folheto, registro de reunião, registro de negociação, ata, ou assembléia em que tenham participado esse Ministério (do Trabalho) e/ou integrantes do grupo...” (Alerta Argentina 2004, p. 18)

c) Agravamento das imputações judiciais em relação aos manifestantes. “No início dos protestos massivos, as imputações eram por delitos menores, os chamados correccionais (atentado e resistência à autoridade, obstrução do trânsito ou similares)” (ALERTA ARGENTINA, 2004, p. 18). Com o passar dos anos foram alcançando maior gravidade. Atualmente, na maioria dos casos, os detidos são imputados por delitos criminais, não excarceláveis, transformando a detenção em prisão preventiva⁹³.

d) Judicialização das segundas linhas das organizações sociais mediante denúncias anônimas ou provenientes de funcionários da administração pública por denúncias de

⁹² LA PEOR lección. **Página 12**, Buenos Aires, 5 abr. 2007.

⁹³ Em agosto de 2001, 57 detidos pertencentes ao *Movimiento Teresa Rodríguez* foram interrogados não sobre o delito supostamente imputado (coação agravada), senão sobre sua forma de organização, designação de representantes, maneira de mobilizar-se ou sobre a existência de bandeiras vermelhas na mobilização realizada antes das detenções.

extorsão, intimidação ou imputações similares, tomando, na maioria dos casos, conhecimento delas de forma casual, logo de meses de investigação levada adiante secretamente. É em geral através dos municípios (prefeituras) e seus funcionários por onde se instrumentalizam esse tipo de denúncias vinculadas a “supostas” gestões fraudulentas dos planos sociais. “Na maioria dos casos tais denúncias acabam por ser descartadas por falta de provas ou porque os próprios denunciadores nunca se apresentam ante a justiça para ratificar suas declarações” (ALERTA ARGENTINA, 2004, p. 19).

e) Reativação de causas arquivadas, como ilustra o caso de dos integrantes do MIJD, que em de 2003 realizaram uma mobilização solicitando a entrega de alimentos ao município de Quilmes. Nessa ocasião, o frigorífico *Penta*, próximo ao lugar, colaborou com alimentos para a refeição coletiva que estava sendo preparada pelos manifestantes: cinco quilos de mondongo e três quilos de carne com osso. Um ano depois, a causa, que se encontrava arquivada, foi reaberta, pois o contador da empresa denunciou que naquela ocasião se sentiu “amedrontado”. Foram detidas duas pessoas (ALERTA ARGENTINA, 2004, p. 20).

No governo Kirchner volta a estar presente com força o debate sobre a segurança pública, impulsionado por Juan Carlos Blumberg. Em março de 2004, o filho do empresário, de 23 anos, foi morto por seqüestradores em Buenos Aires. A partir daí Blumberg organizou manifestações massivas pedindo mais segurança. Os jornais não perderam a oportunidade de destacar através de pesquisas a insegurança que sentiram os argentinos frente ao aumento do número de sequestros e homicídios, fazendo o governo prometer um novo plano de segurança pública e aprovação de leis para aumentar as penas de diversos crimes.

Blumberg prega leis e cadeia mais duras para os criminosos⁹⁴. Ele exige uma polícia mais atuante, a redução da idade penal para punir como adulto o menor infrator e júri popular para o julgamento de crimes graves. Acusa as entidades de direitos humanos de não dar nenhuma importância às vítimas da criminalidade urbana. E também exige repressão policial contra os piqueteros. A questão da insegurança também se reflete no aumento da segurança privada, que possui 60 000 efetivos só na província de Buenos Aires.

O controle do espaço público: a proibição de acesso à Praça de Maio

A Praça de Maio, em Buenos Aires, pode ser considerada como o mais representativo lugar de “fazer política” argentino. Nela, aconteceram algumas das mais importantes

⁹⁴ MEYER, Adriana. Para pasar más leyes de mano dura el ingeniero tiene menos espacios. **Página 12**, Buenos Aires, 3 set. 2006.

manifestações políticas da história argentina. Em um lado da praça se encontra a Casa Rosada, palácio presidencial e sede do governo presidencial; do outro, a legislatura da cidade de Buenos Aires, além dos ministérios da Economia e da Fazenda. É o ponto de referência para os mais diversos protestantes e é comum que diariamente ali se encontre algum setor se manifestando. Da mesma forma, é o lugar de afluência de protestos que vem de diversas partes do país e do conurbano e tem seu ponto de culminância na Praça de Maio.

Como já apontado no segundo capítulo, o final da década de 1990 e os primeiros anos dos anos 2000 foram de aumento do número de protestos dos mais variados setores, e portanto, de grande incremento de trânsito na Praça de Maio, chegando a acontecer no mesmo dia dois ou três protestos diferentes e por vezes, conflitantes⁹⁵. O eixo Praça de Maio - Congresso da Nação é chamado popularmente de “protestódromo” (XIMENES, 2007, p. 28).

Na tentativa de coibir os atos de protesto, um dos artigos do polêmico Código Contravencional da cidade de Buenos Aires, aprovado em setembro de 2004 propõe agendamento para utilização da Praça. Determina o Código:

Artigo 78. Obstrução da via pública- Quem impede ou obstaculiza a circulação de veículos pela via pública ou espaços públicos, é sancionado/a com um (1) a cinco (5) dias de trabalho de utilidade pública ou multa de duzentos (\$200) a um mil (\$1.000) pesos. O exercício regular dos direitos constitucionais não constitui contravenção. A tal fim deverá, com razoável antecipação, avisar à autoridade competente, devendo respeitar-se as indicações desta, se existirem, a respeito da solicitação.

O código regulamenta também o trabalho em relação a prostitutas, vendedores de rua, camelôs, etc. Em 16 de julho de 2004, após os protestos contra a aprovação do frente à Legislatura de Buenos Aires, quinze manifestantes foram detidos e permaneceram presos por cerca de 14 meses, acusados de produzir danos contra o prédio, coação agravada, privação ilegítima de liberdade e resistência à prisão.

Durante várias horas os canais de televisão transmitiram ao vivo os golpes produzidos no edifício ante a absoluta passividade da polícia, que apenas impediu o acesso ao prédio mas não fez nada para frear os incidentes. Uma vez finalizados os distúrbios, policiais à paisana detiveram nas imediações do lugar a 20 manifestantes. (CELS, 2007, p. 290)

Passados os 14 meses, os manifestantes foram finalmente julgados e absolvidos por falta de provas. Constam entre as ilegalidades desse processo, como aponta o CELS (2007, p.

⁹⁵ BRUSCHTEIN, Luis. Coincidencia em el reclamo de la judicialización de la protesta. **Página 12**, Buenos Aires, 25 mar. 2005.

290): a utilização abusiva e desproporcional de figuras penais, o uso da prisão preventiva como pena antecipada, a falta de provas e declarações falsas dos efetivos policiais.

Em fevereiro de 2005, houve uma nova tentativa de regular as formas de protesto no espaço da capital federal: o piqueteros que portassem paus ou outros objetos contundentes em determinado setor da cidade e não aceitassem desfazer-se deles, quando abordados pela Polícia Federal, poderiam ser imediatamente detidos e levados ante a Justiça. Os manifestantes deveriam ainda avisar previamente as autoridades se iriam bloquear uma rua.

A determinação partiu de dois fiscais portenhos em relação a sua jurisdição, baseados nos artigos do Código Contravencional de Buenos Aires (“que os piqueteros violaram sistematicamente desde que o texto entrou em vigor, em 22 do mês último”, ressalta a matéria do *La Nación*⁹⁶) e foi logo estendido pelo Ministério Público para todas as delegacias da Capital.

A medida possuía antecedentes na província de Buenos Aires, quando em fevereiro de 2004, o juiz federal de La Plata, Adolfo Gabino Ziulu, ordenou aos governos nacional e provincial a adoção de “medidas preventivas” para garantir a circulação na autopista La Plata - Buenos Aires durante uma manifestação do Bloque Piquetero Nacional, que iria interromper o trânsito em cerca de 100 ruas⁹⁷. Também em La Plata, em março de 2004, o fiscal penal Marcelo Romero protocolou uma denúncia contra um grupo de piqueteros que cortou os acessos à La Plata com os rostos cobertos e com paus, com os quais ameaçaram aos motoristas, declarando irritante a inércia de 1500 policiais que não atuaram para evitar a interrupção. O fiscal ainda instruiu a polícia bonaerense a filmar e fotografar aos piqueteros que portassem “armas” consideradas impróprias como paus, canos e escopetas de fabricação caseira, em cortes em La Plata. Os piqueteros que os portassem seriam julgados pelo delito de intimidação pública, que prevê penas de dois a seis anos de prisão⁹⁸.

Como aponta o *La Nación*, as ordens judiciais emitidas por fiscais e juízes da província de Buenos Aires acabam por entrar em conflito com a política presidencial de não impedir a realização de protestos dos piqueteros. Os policiais foram instruídos a informar por escrito se recebessem uma ordem contrária de seus superiores (Secretaria de Segurança Interior o Ministério do Interior). O fiscal sublinhou que “a polícia geralmente não cumpre as ordens judiciais em temas relacionados com manifestações piqueteras” e qualificou de

⁹⁶ TOSI, Maria Cecilia. Se extiende la limitación a los piqueteros. **La Nación**, Buenos Aires, 20 fev. 2005.

⁹⁷ EN LA provincia de Buenos Aires hubo varias órdenes judiciales. **La Nación**, Buenos Aires, 20 fev. 2005

⁹⁸ SUED, Gabriel. Prohíben a los piqueteros de portar palos. **La Nación**, Buenos Aires, 19 fev. 2005. Em maio do mesmo ano, a Procuradoria Geral da Suprema Corte de Justiça de Buenos Aires declarou inconstitucional filmar os piqueteros, em resposta a um questionamento do CELS. Ver “DECLARAN que no es constitucional filmar a piqueteros”. **La Nación**, Buenos Aires, 10 maio 2005.

gravíssimo o fato de que “o governo nacional recomende às forças de segurança que não se cumpra uma lei”.

No dia 20 de fevereiro de 2005, integrantes da CTD Aníbal Verón, do Movimiento Territorial de Liberación (MTL) e do Movimiento Teresa Rodríguez (MTR), junto a estudantes e organizações de defesa dos direitos humanos realizam uma marcha cumprindo a ordem de não portar paus e capuzes⁹⁹. O líder da CTD havia declarado ao *La Nación* dias antes, que “os paus e os capuzes não se entregam; são um símbolo da CTD. É como se pedissem a um jogador de futebol que entregue sua camiseta”. Para Néstor Pitrola, do Polo Obrero, “os paus se usam como um esquema preventivo para defender-se de possíveis ‘provocações’ e considerou ‘inaceitável’ a obrigatoriedade de notificar previamente às autoridades sobre o percurso da marcha”. Antonio Bitto, do MTR declarou que “os paus são para defender-nos dos carros que vêm uma mobilização e se jogam por cima”¹⁰⁰.

Na disputa pelo espaço público, um acampamento na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, não pode ser desalojado de imediato pois a proibição de acampar não estava prevista no Código Contravencional. Como aponta o *La Nación*, isso seria possível se o chefe de governo, através de decreto, o determine. Enquanto o código anterior proibia “impedir ou obstaculizar a circulação de pessoas ou veículos através da via pública ou espaços públicos, com exceção de que seja em exercício de um direito constitucional e que se tenha avisado previamente a autoridade competente”¹⁰¹, proibindo impedir o trânsito de pedestres e veículos, o novo texto apenas proíbe interromper o trânsito de veículos. Como o Código da Cidade não pôde ser utilizado nesse caso, quem deveria solicitar a retirada do acampamento era o governador da província na época, Aníbal Ibarra.

No começo de 2008, o novo prefeito de Buenos Aires, Mauricio Macri, determinou que os movimentos sociais que quisessem caminhar pelo centro de Buenos Aires, deveriam pedir autorização prévia. Os primeiros grupos que desafiaram essa medida foram o MIJD e a Coordinadora de Unidad Barrial-MTR¹⁰², em repúdio específico à decisão do prefeito. O

⁹⁹ PRIMERA marcha tras las limitaciones a las protestas. **La Nación**, Buenos Aires, 21 fev. 2005.

¹⁰⁰ RECHAZO de desocupados a la decisión judicial. **La Nación**, Buenos Aires, 19 fev. 2005. Ainda sobre o tema, há uma interessante crítica de Luis Mattini, sucessor de Mario Santucho na condução do PRT-ERP nos anos 70, depois exilado, sobre o que ele chama de “fetichismo da mercadoria”, sobre uma manifestação acontecida em abril de 2002: “Cheguei à zona por Montevideo e Rivadavia e ao ver a Praça dos Dois Congressos, por um momento acreditei que me havia equivocado em relação à convocatória: as organizações de esquerda (MTS, PCR, PCA, PO, POR, PL, e não sei quantos Ps, Ms, Ts mais haveria) estavam se alinhando como que para a batalha de Stalingrado. Formações, estandartes, uniformes, grupos de ordem, robustos indivíduos com ameaçantes garrotes, etc. (...) “Juro que me impressionaram os paus. Porque estas forças “organizadas” pareciam competir quem tinha os bastões mais compridos”.

¹⁰¹ SUED, Gabriel. El código de faltas no prohíbe acampar. **La Nación**, Buenos Aires, 18 ago. 2005.

¹⁰² EL PRIMER desafío piquetero al corralito macrista en la ciudad. **Página 12**, Buenos Aires, 18 jan. 2008.

ministro de Justiça e Segurança, Guillermo Montenegro, antecipou que os fiscais distritais iriam cumprir a lei, fazendo um requerimento à Polícia Federal, que depende das ordens do governo nacional.

Como o movimento piquetero reagiu frente à criminalização

Encontramos poucas referências sobre a forma de organização do setor de segurança a partir de fontes das agrupações piqueteras. O que se encontra com mais frequência sobre o tema são matérias jornalísticas, algumas já citadas no decorrer do texto, criticando a utilização dos bastões e máscaras pelos piqueteros¹⁰³. Faz falta um estudo analisando as razões da insistência crítica e depreciativa em relação ao aspecto visual tanto do militante piquetero como de seus protestos.

Permanentemente, tanto pelos meios de comunicação como declarações de membros do governo, sejam presidentes, ministros e governadores, se tenta estabelecer uma relação entre os piqueteros com o que é considerado uma forma de violência política. O discurso que foi representado no período de redemocratização pela “teoria dos demônios”, segundo o qual “a democracia poderia se consolidar em virtude de um repúdio a toda forma de violência política. Nesse sentido, tanto a repressão militar quanto a atividade de guerrilha resultam igualmente condenáveis a partir dos ideais e valores sustentados pelo projeto democrático” (PEREYRA, 2005, p. 165).

Essa associação perpassa a maioria dos episódios de repressão mencionados nesse trabalho, de Menem a Kirchner: “Kirchner ratificou que não reprimirá os protestos para não repetir histórias tristes do passado, e sustentou: ‘nunca os paus trouxeram nenhum tipo de

¹⁰³ Suplemento especial: Piqueteros. Segunda notícia: “PIQUETEROS: los cortes de ruta y el clima de violencia”. **Clarín**, 26 set. 2002. “Los reivindican diciendo que no tienen otra opción. Los deciden en asambleas. Hay encargados de seguridad, temor a los infiltrados y odio a la Policía. Tienen que participar todos: el que falta puede perder su plan de empleo” (...) A matéria reproduz a fala de Neka Jará, militante da Verón de Solano, em Quilmes “É lindo o piquete, sentimos que existimos, sentimos a liberdade. É que nos bairros há muita bronca com “la cana” (polícia). Então isso nos piquetes se reforça. Tens o poder”, diz. Prossegue a matéria: “A mística se alimenta com o ódio. E a Polícia é um dos principais inimigos do piquetero”. O outro, segue o Clarín, são “os punteros políticos, sobretudo os do peronismo, muito fortes no conurbano e duros competidores em captar desempregados. (...) “Para os serviços de Inteligência das forças de Segurança e a SIDE, consultados para esta investigação, os piqueteros poderiam gerar ações muito mais violentas que cortar una estrada. Mas não possuem dados confiáveis: apenas estimam como perigosos seus contatos com os movimentos Sem-Terra do Brasil e supostas relações com as FARC colombianas. Apenas um de todos os dirigentes piqueteros consultados para esta reportagem admitiu ter falado com um dos porta-vozes da guerrilha colombiana que tenta ladrilhar a América Latina, Rafael Calderón. “Mas não nos deram armas. Apenas compartilhamos discussões”, assegura”.

soluções ao país, senão dores.’ E afirmou: ‘a saída não passa por enfrentar-nos uns com os outros, senão por conseguir um marco conjunto e solidário para sair da profunda crise’¹⁰⁴.

Também é recorrente a tentativa de associar os piqueteros com os grupos guerrilheiros ainda existentes na América Latina, como as FARC, assim como por grupos argentinos que se dizem parte da esquerda armada, como *Quebracho* e *Pátria Libre*¹⁰⁵.

Num episódio acontecido em setembro de 2004, as agrupações “duras” protestavam pela libertação de Raúl Castells, líder do MIJD, no mesmo momento em que o grupo *Quebracho* protestava contra a visita do diretor do FMI, Rodrigo de Rato, à Argentina¹⁰⁶. Foram detidas 108 pessoas, a maioria militantes do grupo *Quebracho*, que atacaram com coquetéis molotov e pedras o Ministério da Economia. “No meio do caos, alguns piqueteros se enredaram a tapas com os militantes de *Quebracho*, a quem acusavam de terem arruinado a marcha em favor de Castells a possível entrevista com (Aníbal) Fernández. “Os grupos que participaram dos protestos convocaram a imprensa, separadamente, para denunciar o Governo. “Fomos vítimas da selvagem repressão policial. O Governo montou uma provocação para deter-nos”, disse Néstor Pitrola, do Pólo Obrero.

Aníbal Fernández declarou que a estratégia do Governo continuará sendo a de “garantir os direitos constitucionais de peticionar ante as autoridades” e que “o direito de reunião não seja proibido”, ainda que sem prejudicar o resto da sociedade¹⁰⁷. No entanto, “se não estão dadas as condições para poder dete-los no exercício da ação, não seria muito difícil fazê-lo no segundo ou terceiro dia, sabendo aonde estão”. Além disso, insistiu que os setores que protagonizaram essa semana de protestos na Capital Federal e conurbano não são “grupos piqueteros” senão “grupos de esquerda”, que aparecem perto das eleições.

Infelizmente não podemos reproduzir aqui a infinita quantidade de discussões sobre o movimento piquetero que é estabelecida em grupos de discussão e *blogs* na internet, assim como, por dificuldade de acesso às fontes e os poucos estudos já realizados a respeito, uma análise sobre os meios de comunicação televisivos e rádios. É recorrente a menção ao programa de Daniel Hadad, da Radio 10, ligada ao jornal Infobae, e da Radio Mitre¹⁰⁸, ligada ao *Clarín*, como representantes de um jornalismo declaradamente “anti-piquetero”.

¹⁰⁴ KIRCHNER volvió a presionar piqueteros. **La Nación**, Buenos Aires, 12 dez. 2003.

¹⁰⁵ Não é possível afirmar que não existam integrantes do movimento piquetero, em especial os do Bloque Piquetero e autônomos, que também não sejam militantes do *Quebracho* e *Pátria Libre*; esses dois grupos, inclusive, realizam protestos conjuntos com algumas agrupações, o que não está isento de acusações ou disputas.

¹⁰⁶ ARRESTOS masivos por graves incidentes. **La Nación**, Buenos Aires, 1 set. 2004.

¹⁰⁷ EL GOBIERNO endurece su postura y no descarta la detención de piqueteros. **Clarín**, Buenos Aires, 20 ago. 2005.

¹⁰⁸ “Rádio Mitre e Rádio 10 (80% da audiência AM no país) se encarregavam de que a “mística social” contra os “vagabundos que cortam as estradas” estivesse presente em cada rádio ligado em lares, carros particulares e

É certo que a diversas agrupações foram incorporando ajustes em sua forma de organização após se deparar com uma repressão ostensiva e frequente. Muitas criaram um setor de imprensa, relacionado com as denúncias de excessos policiais, reclamações por militantes detidos e emissão de comunicados/declarações.

O setor que organiza a segurança passa a adquirir maior importância, e passa a ser chamada de “comissão de autodefesa”. Está orientado a resistir, não a agredir, e evitar exaltações nas mobilizações. “Começamos também a usar a violência como auto-defesa: não jogar paus e pedras para atacar, senão para nos defender” (MTD SOLANO; COLECTIVO SITUACIONES, p. 45/46). A autodefesa também atua na sede da agrupação, permitindo o desenvolvimento das atividades cotidianas frente a ameaças de despejo, etc.

Em algumas agrupações, os jovens são responsáveis por esse setor, em relação aos quais o MTD realiza um intenso trabalho para os encarregados tomem consciência da responsabilidade que significa ter que resguardar a integridade de seus companheiros, já que muitas vezes participam das marchas e cortes famílias inteiras, inclusive muitas crianças. Embora menos visíveis, as mulheres são maioria no movimento e participam dos cortes da mesma forma que os homens. Como há uma divisão horizontal de tarefas, em algumas agrupações elas são as responsáveis pela segurança durante a realização do protesto.

Os testemunhos fazem referência à necessidade de adaptar a forma de proteger os integrantes, tanto individualmente como coletivamente, e uma mudança qualitativa na repressão que obrigou o movimento a adotar estratégias defensivas:

veículos de transporte que circulavam por ruas e estradas. A semana de protesto piquetero finalizou na sexta à tarde, e o mais saboroso que ficou como “notícia” nos meios massivos é que os piqueteros, ao invés de usar os banheiros químicos, ‘faziam suas necessidades’ na Praça de Maio. As ‘senhoras de casa’ (velhas aborrecidas da classe média acomodada) ligavam às rádios respirando xenofobia “antipiquetera” e horrorizadas pela sujeira e pelos costumes ‘dessa gente’, as quais associam aos ‘índios’. Ou seja, como bons ‘brutos’ e ‘selvagens’ que são, os piqueteros defecaram e urinaram no mesmo lugar onde dormiram e acamparam durante quatro dias, de acordo com os seletos comentários dos condutores, animadores e jornalistas que todos os dias de Deus “descerebram” um pouquinho mais a suas audiências e teleaudiências”. Argentina: Los piqueteros ahora “hacen sus necesidades” en Plaza de Mayo. Disponível em <<http://www.aporrea.org/actualidad/a16149.html>>. Acesso em: 11 nov. 2007. O comentário se refere ao acampamento realizado pelos piqueteros “duros” na Praça de Maio, entre 16 e 19 de agosto de 2005. Sobre o mesmo tema, diz o Clarín: LOS PIQUETEROS hicieron su acto y levantaron las carpas de la Plaza, **Clarín**, Buenos Aires, 20 ago. 2005: “Em resposta às críticas pela sujeira que havia no lugar, puseram a trabalhar suas “brigadas de limpeza” para recolher os resíduos. ‘Vamos mostrar ao Governo em que condições deixamos tudo’, propôs o locutor pelos alto-falantes”.

Nos primeiros cortes houve momentos difíceis. Mas há uma mudança a partir de Mosconi. A partir daí, houve mudanças na consciência dos companheiros. Antes se insistia que não ia acontecer nada, tínhamos que nos esforçar para que os companheiros não se assustassem, e mais de uma vez levávamos escondidos os paus e os estilingues. A discussão sobre se tapávamos ou não os rostos era muito forte. Em todo esse processo se pode entender que é necessário ter um nível de auto-defesa: não podemos sair à estrada sorridentes e os companheiros da segurança não podiam mostrar a cara aos milicos. Nos cortes que realizamos em combinação com o congresso de La Matanza, os da CTA nos exigiam que tirássemos os capuzes. Levamos o tema a assembléia e ali se decidiu que se tirássemos, nos iríamos. Os cortes de estrada para esse sistema são um delito, são ilegais, mas para nós são legítimos. Essa é a mudança fundamental que tivemos como organização.

A utilização de um aparato de segurança, seja tanto organizativo como estético, produz uma profunda separação entre os brandos e os duros. “Não estou de acordo com paus nas mãos nem com capuzes. Não gosto dos grupos piqueteros que ameaçam responder a violência de cima com a de baixo, enquanto no meio fica o povo” (declaração de D’Elia citado por SCHNEIDER MANSILLA; CONTI, 2003, p. 57). D’Elia faz referência à teoria, surgida a partir de declarações da então senadora Cristina Kirchner e outros membros ligados ao governo, de que alguns grupos piqueteros forçassem situações de conflito que levassem à repressão para se aproveitarem da situação de vítimas.

A transformação mais importante na forma de protestar foi a substituição de cortes de estrada totais (sem via alternativa) e prolongados por cortes parciais e breves, e principalmente, por marchas. Essa mudança pôde ser percebida principalmente a partir da repressão de junho de 2002. Mesmo a realização de cortes simultâneos se tornou menos freqüente. Num primeiro momento, as marchas também foram criticadas por sua massividade (ainda em 2002 e 2003)¹⁰⁹.

Nas marchas, as agrupações piqueteras se organizavam de forma diferente: nas marchas dos “duros”, à frente se coloca um cordão de autodefesa com integrantes portando paus, capuzes e eventualmente estilingues. As “brandas” não utilizam paus ou capuzes. A

¹⁰⁹ CALVO, Mariana García. Marcha y potente reclamo de la CTA y los piqueteros en la Plaza. **Clarín**, Buenos Aires, 21 jun. 2002. “O dia começou com a enésima advertência do Governo de que desta vez os cortes não seriam tolerados. O chefe de Gabinete, Alfredo Atanasof, voltou a pedir "responsabilidade" aos dirigentes piqueteros porque a `sociedade está esgotada´. A advertência foi burlada: caminharam devagar, esparramados pelo asfalto, inundaram de microônibus a (avenida) 9 de Julio, chegaram à Praça desde o norte, o sul, e sempre caminharam devagar. Os piqueteros evitaram provocar bloqueios massivos mas, a passo lento e com distintos horários de chegada ao coração da marcha, fizeram com que toda a cidade dependesse deles, sem que ninguém pudesse dizer-lhes nada. Se os efetivos da polícia chamaram a atenção, também o fizeram a infinidade de micros que dessa vez utilizaram os piqueteros. E se houve especial cuidado em dissimular os pequenos cortes, os piqueteros mostraram ontem uma organização que lembrou a dos sindicatos. Não houve um único incidente e cada um dos que estavam ali pareciam saber exatamente qual era o lugar onde deviam movimentar-se”.

CTA possui aventais identificatórios (segurança); não levam cordas e marcham com as mãos dadas (MASSETTI, 2004, p. 117)¹¹⁰.

O jornal *La Nación* faz referência de um texto contendo instruções de como proteger-se durante um protesto ou piquete, distribuído pela Assembléia Barrial Cid Campeador, ao realizar um piquete urbano em dezembro de 2002, no centro de Buenos Aires.

- "Não esquecer-se da cédula ou DNI (identidade), não levar informação de outra pessoa nem aquela que possa ser usada contra nós, utilizar camiseta justa para evitar ser tomado pela roupa, e colocar um lenço no pescoço pronto para usar em caso de que sejam utilizados gases lacrimogênicos."
- "Por questões de segurança, é fundamental que os grupos de afinidade desconcentrem juntos até o Obelisco, antes de regressar a suas casas ou marchar até outros lugares. É conveniente que todos os membros de cada coluna voltem juntos a seus bairros".
- "Não realizar nenhuma ação que possa colocar em perigo a si mesmo ou aos demais".
- "Se presenciar uma detenção, preste atenção em que força a está realizando, e, se possível, verifique quem é a pessoa e aonde a levam. Logo, comunique esses dados aos advogados solidários que se encontram no lugar e a teus companheiros".¹¹¹

O jornal da Frente Popular Darío Santillán, de dezembro de 2006, comunicou sobre a publicação de uma cartilha de segurança destinada a todos os membros, ressaltando a importância desse setor, dando o exemplo de que no protesto de 26 de junho de 2002, o número de vítimas poderia ter sido maior se a coluna de segurança não tivesse atuado tentando tornar mais lento e decidido o avanço dos policiais. "Estar prevenidos servirá para reduzir os resultados negativos: companheiros feridos, gente machucada ou uma idéia distorcida de nossas medidas de luta". O folheto traz conselhos para desenvolver as tarefas de segurança nas mobilizações "como a pontualidade, o respeito ao previamente acordado, o uso de identificações e número de telefones necessários, o manejo coletivo da informação sobre percursos, entre outros"¹¹².

As agrupações piqueteras mais importantes possuem uma assessoria jurídica permanente, com advogados que esclarecem dúvidas sobre antes da realização do corte, na tentativa de minimizar as tipificações de delito, por exemplo, pichações, danos a prédios públicos, e acompanham o "durante" e agem *a posteriori* com os pedidos de habeas corpus e liberação dos dirigentes ou participantes presos¹¹³.

¹¹⁰ Massetti (2004, p. 119) apresenta um gráfico representando o modelo de organização de marchas utilizado pela maioria das organizações piqueteras na forma.

¹¹¹ LAS ASAMBLEAS vecinales, con un curioso manual de autoayuda. **La Nación**, Buenos Aires, 21 dez. 2002.

¹¹² Frente Popular nº 10, Buenos Aires, dezembro de 2006, p. 6-7

¹¹³ Em Rodriguez et al (2003) constam algumas entrevistas com os advogados do CELS, CORREPI e outras organizações de direitos humanos especializados na defesa de militantes sociais.

Frente ao aumento da repressão, sua denúncia passou a ser parte integrante das reivindicações do movimento. Além dos pedidos de aumento do número de planes e alimentos, os documentos começaram a incluir itens como a soltura de presos e seu desprocessamento.

A incorporação do tema do desprocessamento dos manifestantes estava presente desde os primeiros cortes de estrada, em General Mosconi. Os exemplos são inúmeros: em Buenos Aires, são realizadas marchas anuais, alusivas aos acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001, e até o julgamento dos policiais que mataram Darío Santillán e Maximiliano Kosteki, eram realizadas marchas mensais. Em janeiro de 2002, a CTA convocou uma paralisação nacional de 24h para exigir a liberdade de dirigentes detidos em Neuquén (TADDEI, 2002, p. 31). São realizadas campanhas nacionais com cartazes pelo desprocessamento (“milhares são perseguidos por lutar”).

Há diversos momentos em que os grupos se articulam contra a repressão e começam a fazer cortes cuja principal demanda é a liberação dos detidos. Frente à repressão em General Mosconi (Salta), em 2001, diversas correntes cortaram ruas em Buenos Aires, além de outros trinta cortes simultâneos no país, exigindo do governo o fim da repressão, a retirada da polícia e a liberação dos detidos. Essa manifestação em termos identitários foi muito importante para esses grupos, considera Svampa (2004, p. 74), mencionando que os próprios militantes o sublinham ao mencionar o exemplo de Mosconi. A liberdade dos presos políticos e o desprocessamento consta no plano de lutas das duas assembléias nacionais piqueteras (julho e setembro de 2001).

Quando as agrupações piqueteras começaram a se afastar cada vez mais umas das outras, no governo Kirchner, também foram realizadas em separado algumas das manifestações por desprocessamento e liberdade de presos políticos. Uma das que conseguiu maior visibilidade foi a pela libertação de Raúl Castells, do MIJD, que fez uma prolongada greve de fome. Fazem ainda manifestações separadas a CCC, o Bloque Piquetero Nacional, o MST Teresa Vive, e outros grupos menores, por um lado, e a FTV/CTA, por outro¹¹⁴. Como participam de protestos separados, já não compartilham os mesmos presos políticos. Como já apontado anteriormente, a FTV e a CTA haviam adotado uma política de apoio ao presidente, baseada na realização de marchas com escassa possibilidade de enfrentamento com as forças policiais.

Em novembro de 2002, durante a jornada antirepressiva organizada por diversos movimentos sociais marcando o quinto mês das mortes dos piqueteros Maximiliano Kosteki

¹¹⁴ LOS PIQUETEROS duros marcharán hoy y mañana en la Capital. *La Nación*, Buenos Aires, 9 set. 2004.

e Darío Santillán no corte da ponte Puerreydón, em 26 de junho, a UTD de Mosconi promoveu um corte de solidariedade na estrada nacional nº 34 (SVAMPA, 2003, p. 75).

“Protestar não é delito” foi o tema de muitas marchas piqueteras e da “Semana contra a Criminalização dos Protestos” realizada em junho de 2004, reunindo coletivo Alerta Salta, a Universidade de Buenos Aires (UBA), a Universidad Popular de las Madres, assembléias barriais, agrupações piqueteras, entre muitas outras entidades. O encontro encerrou com uma reunião nas escadas de Tribunales¹¹⁵.

Em dezembro de 2004, diversas organizações piqueteras fizeram um acampamento de Natal na Praça de Maio, com o objetivo de solicitar a liberdade e o desprocessamento de presos políticos¹¹⁶. Por quatro dias, cerca de 300 integrantes do Bloque Piquetero Nacional, Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón, do Movimento Teresa Rodríguez MTR-Cuba e CORREPI mantiveram uma barraca na praça com o lema “por um Natal sem presos políticos”.

Na Câmara de Deputados, foram elaborados e apresentados para votação três projetos de lei: em 2001, 2003 e 2004. O debate se dava entre as figuras de “anistia” ou “desprocessamento”. Uma vez que a figura de anistia implica a existência prévia de algum tipo de delito, organizações como a CORREPI e a CTA sustentavam que devia insistir-se no desprocessamento, já que não viam como delito a participação em protestos, e apresentaram críticas e sugestões aos projetos de 2001 e 2003.

Em abril de 2001, foi apresentado um projeto de “anistia para as pessoas que tenham participado nos atos de reivindicação social, econômica, gremial ou estudantil, sucedidos a partir da vigência da lei nº 23928, de Convertibilidad¹¹⁷, contemplando os participantes em cortes de estrada ou outras vias públicas promovidos ao reclamar por postos de trabalho. O CORREPI enviou uma carta aos deputados proponentes apoiando o projeto, mas sugerindo que fosse agregado aos itens a serem despenalizados outras formas de protesto que não estavam contempladas, como as detenções em mobilizações contra a impunidade, por exigência de justiça ou contra a repressão, entre outras modificações.

¹¹⁵ Semana contra la criminalización . La protesta social no es delito. Cobertura del Taller de Contrainformación. Disponível em <<http://lavaca.org/especiales/especiales/semana-contra-la-criminalizacion.html>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

¹¹⁶ LAS CARPAS se fueron de la Plaza y sigue el reclamo por los presos. **Página 12**, Buenos Aires, 26 dez. 2004. “Na Praça, houve churrasco e leitão. Minutos antes da hora do brinde, quando finalizou a Missa do Galo na Catedral metropolitana, as agrupações deram uma volta na Praça cantando “ya se acerca Nochebuena, ya se acerca Navidad, libertad y desprocesamiento a los presos por luchar”, entoaram em frente à Casa de Governo”.

¹¹⁷ Projeto de lei nº 2265/2001. O texto completo dos projetos de lei e os trâmites podem ser buscados no site <http://www.diputados.gov.ar/>.

Em novembro de 2003 foi apresentado outro projeto de anistia para pessoas processadas por participar em manifestações, retroativo ao ano de 1991¹¹⁸. Embora elaborado por deputados justicialistas, encontrou oposição nas declarações de chefe de gabinete Aníbal Fernández e de agrupações piqueteras e da CORREPI no sentido de que, ao se pedir perdão, a anistia apaga o caráter antijurídico das ações, descumprindo a reivindicação de não reconhecer como delito os protestos¹¹⁹.

Em 2003, o presidente anunciou a criação de uma comissão para análise jurídica dos protestos, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério de Justiça, Segurança e Direitos Humanos da Nação (CELS, 2007 p. 238). Espera-se que a idéia de uma lei de desprocessamento parta do próprio governo, assunto que foi oficialmente desmentido após os acontecimentos do Ministério do Trabalho¹²⁰.

Em setembro de 2004, durante a jornada nacional de protesto contra a criminalização¹²¹, a CTA apresentou ao Secretário de Direitos Humanos da Nação, Eduardo Luis Duhalde, um informe de situação sobre o tema, contendo listas de detidos e processados. O projeto de lei, apresentado em outubro de 2004 pelos deputados Ariel Basteiro e Patricia Walsh, foi elaborado com a participação de comissões da CTA e dos organismos de direitos humanos e foi considerado uma síntese das aspirações dos movimentos sociais. Pela primeira vez o projeto de lei foi apoiado, com manifestações pedindo sua aprovação. O projeto denominado “Extinção da Ação Penal e da Pena para todos os detidos e processados por participar em manifestações sociais”, baseado na constituição argentina, que outorga ao Congresso a faculdade de promulgar leis de extinção penal, contemplaria todos os

atos realizados com motivo ou finalidade de reivindicação social, econômica, política, gremial, cultural, estudantil, pela vigência de direitos humanos ou pela reclamação de condições dos povos originários ou outras invocações conexas, a partir do 1 de fevereiro de 1991 até a sanção da presente lei¹²².

¹¹⁸ Projeto de lei n° 5502/2003. Ver também a matéria de HAUSER, Irina. El difícil camino de una ley de amnistía social. **Página 12**, 15 nov. 2003.

¹¹⁹ Ver PIQUETEROS con poca confianza. **La Nación**, Buenos Aires, 15 nov. 2003.

¹²⁰ Un proyecto de amnistía. **La Nación**, Buenos Aires, 12 dez. 2004.

¹²¹ Plan de acción nacional. Disponível em <<http://www.cta.org.ar/base/article398.html>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

¹²² Projeto de lei n° 5502/2003.

“Protestar ou peticionar não é um ato delitivo” declarou o deputado e dirigente da CTA, Ariel Basteiro¹²³. O projeto não foi votado por falta de quórum¹²⁴.

Em inúmeras ocasiões, as agrupações piqueteras elaboraram documentos denunciando a criminalização e a judicialização e, junto aos organismos de direitos humanos, encaminharam denúncias coletivas e de casos individuais ante à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Federação Internacional de Ligas de Direitos Humanos (FIDH) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Mesmo que com os episódios de dezembro de 2001 e junho de 2002 a relação entre o Estado e os protestos tenha se tornado parte do debate público, assim como o nome dos mortos nesses dois episódios, é difícil chegar a uma estatística que dê conta do número de manifestantes implicados em processos, detidos ou ameaçados pelas forças policiais. Apenas os casos mais expressivos chegam à grande imprensa - especialmente nos protestos onde há morte de protestantes por parte do aparato policial.

Assim, além dos casos mais notórios, obtém-se conhecimento sobre outros casos de prisões rápidas e ameaças por parte da polícia apenas através dos meios de imprensa alternativos (Indymedia, Anred, Prensa de Frente, La Insígnia, CMI, entre outros), da imprensa partidária ou dos jornais, sites e grupos de discussão mantidos pelos movimentos e pelas entidades de direitos humanos.

Da mesma forma, são freqüentes manifestações localizadas pedindo a libertação ou desprocessamento de membros de agrupações piqueteras, às quais só comparecem os membros desta única agrupação. Nos casos de ameaça por parte de policiais, dificilmente são formuladas denúncias.

É o caso de Carlos Leiva, militante do MTD Darío Santillán, que em março de 2007 foi seqüestrado nas proximidades do bairro portenho de *Constitución*, interrogado e submetido a um simulacro de fuzilamento. Foi liberado após sete horas, em um bairro distante. “O companheiro esteve amarrado a uma cadeira em um galpão e foi interrogado a respeito de suas atividades políticas. Seus captores possuíam pleno conhecimento de sua atividade na militância e o ameaçaram com ser “segundo desaparecido¹²⁵”; inclusive lhe engatilharam uma arma descarregada sobre a cabeça¹²⁶.

¹²³ Despenalización de los luchadores sociales. Agência de notícias da CTA. Disponível em <<http://www.agenciacta.org.ar/article204.html>>. Acesso em: 13 mar. 2008.

¹²⁴ LOS GRUPOS piqueteros reclamarán la amnistía. **La Nación**, Buenos Aires, 7 nov. 2004.

¹²⁵ O policial fazia referência ao “primeiro” desaparecido: Jorge Julio López. O pedreiro, de La Plata, aos 76 anos, testemunhou no julgamento de Miguel Etchecolatz. López havia sido seqüestrado e torturado durante a ditadura militar e participava na causa que condenou à prisão perpétua Etchecolatz mas envolve muitos outros militares e policiais. Antes da sessão onde a sentença foi proferida, Jorge Luiz Lopes desapareceu (em 17 de

O MTD Darío Santillán acredita que o fato está vinculado com a participação de Leiva em mobilizações referentes ao “massacre de Avellaneda” e por ter sido testemunha de acusação na causa contra o comissário Alfredo Fanchiotti. O MTD Aníbal Verón denuncia diferentes coerções sofridas na província de Buenos Aires: um restaurante comunitário incendiado em La Plata, violência policial e tentativas de seqüestro e perseguição aos membros da agrupação¹²⁷.

Propostas dos organismos de direitos humanos e dos movimentos sociais

Perelman (2007) faz uma revisão das normativas que regulam e estabelecem princípios para a forma de agir do Estado em relação às manifestações públicas, destacando que é dever das instituições estatais garantir o pleno exercício de direitos, como o direito à integridade física, à liberdade de expressão, de reunião e de uso do espaço público.

Essas normativas sofreram alterações receberam novas regulações a partir de 2002, como aponta o relatório do CELS de 2005, em resposta às críticas das entidades de direitos humanos em relação à forma de proceder das diferentes polícias argentinas.

As propostas vão desde a exclusão de funcionários comprometidos ou investigados por violações aos direitos humanos¹²⁸; restrições e controle do uso de armas; identificação do pessoal policial; identificação de veículos e acesso público à informação sobre o planejamento e registro das operações.

Após o encaminhamento, em dezembro de 2002, de documentos denunciando as ilegalidades na repressão e requerendo modificações na forma em que o Estado atua frente ao protesto, por diferentes entidades de direitos humanos (CELS, Madres de Plaza de Maio Línea Fundadora, Abuelas de Plaza de Mayo, CTA, Anistia Internacional, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, entre outras), as diferentes jurisdições policiais argentinas estabeleceram normativas para a utilização de armas durante os protestos (CELS, 2008, p. 234). A Gendarmería recebeu uma ordem de proibição de portar armas de fogo, a Polícia Federal recebeu orientações de não portar armas letais e o Ministério de Segurança da

setembro de 2006). Logo apareceram teorias de que ele havia sofrido um grande choque emocional e se perdeu, ou que havia voluntariamente se escondido para evitar represálias após a condenação. Entidades de direitos humanos denunciam que ele foi seqüestrado pela polícia bonaerense e pedem sua “aparición con vida”.

¹²⁶ Referido no site do Movimiento al Socialismo (MAS) <http://www.mas.org.ar/periodicos/per_098/070309_e_secuestroleiva.htm> e no Todo o Nada (periódico mensal do MTR), Buenos Aires, abr. 2007, p. 2

¹²⁷ Comunicado de imprensa MTD Aníbal Verón, 25 de outubro de 2003. “Gobierno se equivoca al responder a reclamos con el Código Penal”. Disponível em <http://www.lafogata.org/003arg/arg10/ar_puente.htm>. Acesso em: 24 abr. 2008.

¹²⁸ São exemplos o policial apontado pelos disparos que mataram à Teresa Rodríguez em 1997 ter participado também da repressão aos protestos que resultaram na morte do professor Carlos Fuentealba, em abril de 2007.

província de Buenos Aires anunciou uma capacitação para policiais através de vídeos e cursos de reciclagem para os agentes.

O pedido de identificação dos veículos e policiais se relaciona com a ocorrência de detenções ou disparos por policiais sem identificação, além de que, nos episódios de dezembro de 2001, há a suspeita de que policiais à paisana participaram da incitação dos saques (como relatado por Bonasso, 2002). Em setembro de 2004, o chefe da Polícia Federal Argentina estabeleceu uma ordem que dispunha que “o pessoal policial que conformando brigadas participe de operações de segurança em ocasião de manifestações públicas (deverá) usar gorro e casaco identificatório”, assim como o uso de uma placa onde conste o nome, sobrenome e número de trabalho do funcionário policial. Já a solicitação de acesso público sobre o planejamento e registro das operações se centrou na inexistência de uma regulação adequada.

Embora tenha havido melhoras, Perelman (2007, p. 6) reitera que “é necessário melhorar a regulação, outorgar-lhe uma categoria normativa maior - já que atualmente se trata de ordens internas que tem uma estabilidade precária - e ampliar os padrões às províncias, uma vez que persistem normativas internas sancionadas ainda durante a ditadura”.

Em 2001 e 2002 foram feitas denúncias ante às Comissões de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a criminalização dos movimentos sociais e as irregularidades judiciais e policiais envolvidas nesses episódios. Também é importante assinalar que os movimentos de direitos humanos têm apontado em seus processos a necessidade de julgar a responsabilidade política desses acontecimentos. No processo relacionado às mortes de dezembro de 2001, o argumento é de que não foi a Polícia Federal que decidiu individualmente levar adiante a operação, mas o poder político, inclusive com a anuência direta do então presidente Fernando De la Rúa. Foi solicitado o processamento do ex-presidente por cinco homicídios e 234 lesões.

Apesar do reforço das normativas de boa conduta policial e das diversas denúncias de infração aos direitos humanos na Argentina, continuam a ser cometidas muitas ilegalidades:

sendo freqüente a utilização de forma indiscriminada de balas de borracha e gases lacrimogênicos, policiais sem identificação misturados entre os manifestantes efetuando detenções, automóveis particulares sem nenhuma identificação designados ao traslado de detidos, participação de funcionários policiais implicados em outras repressões, detenções ilegítimas e maus-tratos dentro dos lugares de detenção, ataques a jornalistas e até a utilização de munição de chumbo (CELS, 2008, p. 236).

A repressão policial na Argentina atual não atinge apenas os piqueteros. Há um grande número de mortes de jovens pobres da periferia assassinados pela polícia (“gatilho fácil”) assim como membros de outros movimentos sociais e sindicais assassinados, presos e processados.

A CORREPI sustenta que “existe uma relação direta entre a repressão de hoje e a impunidade dos genocidas da ditadura”: muitos antigos integrantes do regime militar participam ainda hoje das secretarias de segurança e delegacias argentinas. Seu lema é “basta de repressão e de impunidade. Não é uma polícia, é toda uma instituição. Castigo aos assassinos de ontem e de hoje¹²⁹”.

¹²⁹ CORREPI (2005). Discurso de apresentação do arquivo de casos.

Conclusão

Este trabalho começou buscando uma definição para "movimento piquetero", e acabou encontrando várias. Um longo trajeto foi percorrido ao se tentar juntar este quebra-cabeças constituído de muitas peças, com diversas construções teóricas (em alguns casos, bastante opostas), para formar apenas "uma" imagem de movimento.

A imposição da ordem neoliberal mudou radicalmente o papel do sindicalismo e dos trabalhadores na cena política e levou à crise das estruturas sindicais tradicionais. A desindustrialização reduziu o peso dos trabalhadores industriais os que por décadas constituíram o núcleo mais organizado e combativo.

O desemprego e a difusão do trabalho informal reduziram o nível de sindicalização dos trabalhadores, que se encontravam não mais nas fábricas, mas nos bairros da região metropolitana de Buenos Aires. Houve uma grande transformação entre as primeiras manifestações piqueteras, organizadas multissetoriamente e com o apoio da população local, em pontos extremos do país, ao movimento consolidado na capital do país, constituído predominantemente de pobres urbanos e que segue sendo conhecido por "piquetero", embora tenha passado a realizar em sua maioria, marchas.

Não é possível, assim, manter uma noção compacta de "piquetero": este movimento é composto de muitas heterogeneidades (de origem, tanto geográfica como política, de gênero, de gerações). Assim, compartilhamos a idéia de considerá-lo um "movimento de movimentos".

Atualmente existem cerca de 40 agrupações piqueteras. Eles se diferenciam ideologicamente (filiação política/partidária) e estrategicamente (modo de obter os benefícios junto ao governo), e estão alinhadas a blocos ou se consideram independentes.

Também é um desafio situar o movimento piquetero à esquerda ou à direita: alguns grupos possuem muitas afinidades com o peronismo. Ainda, a divisão do movimento piquetero em uma enorme variedade de agrupações pequenas e ainda assim subdivididas, reflete a divisão da esquerda argentina, dividida em inúmeros pequenos partidos de esquerda.

Os quatro presidentes do período estudado tiveram diferentes maneiras de se relacionar com o movimento piquetero, também porque em cada período, o movimento estava menos ou mais fortalecido ou consolidado.

Na presidência de Menem, ainda não havia um movimento piquetero nacional. As agrupações mais importantes estavam em pontos extremos do país, as províncias de Salta e

Neuquén. Durante o período da presidência de Menem, o movimento piquetero estava recém se formando em Buenos Aires.

De La Rúa se enfrentou com o movimento fortalecido, no momento em que diversas organizações já formadas passavam a adotar o repertório piquetero em Buenos Aires e arredores, conformando-se nesse momento como um ator político de importância nacional. Não enfrenta nenhum confronto direto com o movimento na capital portenha, pois os protestos de maior magnitude continuam a se localizar nas províncias (Corrientes, Salta, Neuquén).

Duhalde, ao assumir, se depara com um movimento que estabeleceu bases amplas por todo território e que se beneficiou do recebimento de um grande número de *planes* para administrar, durante um governo federal não peronista mas que no entanto, disputava espaços de poder com os governos provinciais e municipais justicialistas.

Ao mesmo tempo em que há, nos primeiros meses do ano de 2002, uma grande efervescência política na sociedade (assembléias, clubes de troca, interação com os movimentos piqueteros), o país estava reticente em relação a grande quantidade de mortes acontecidas em dezembro, na renúncia de De la Rúa, o que gerou um clima propício para que o governo dissesse tentar evitar “exaltações” populares.

Nesse quadro é que se deram os diversos momentos de enfrentamento do governo com as agrupações piqueteras (nesse momento, ainda não há grupos “dialoguistas”, ou seja, em maior ou menor medida, o movimento piquetero como um todo faz oposição ao governo, embora não compartilhem das mesmas idéias em relação a que fazer com relação a ele).

O governo de Kirchner evitou confrontos diretos com o movimento piquetero, ciente dos custos políticos que a repressão da Ponte Puerreydón que Duhalde teve que lidar, não tanto pelo uso desproporcional das forças policiais, mas pelas complicações que as inverdades declaradas tanto por membros do governo, quanto pelos jornais declararam a respeito do fato.

Assim, Kirchner aplicou sistematicamente o Código Penal, favorecido pela forma de se ver os protestos, instalado na opinião pública pelos meios de comunicação, que determinaram a agenda pública, ao descrever e explicar a realidade de acordo com seu ponto-de-vista.

Responder à estigmatização midiática é muito difícil para os movimentos sociais, pois os meios apenas ressaltam o aspecto negativo dos protestos (a obstrução do trânsito, os problemas gerados no transporte público, etc), e não fazem menção a suas ações menos espetaculares (como o trabalho comunitário nos bairros).

Sem uma imprensa legitimadora, não se pode reprimir com eficácia e rapidez. É necessário gerar um consenso prévio, generalizado; e os meios de comunicação possuem os recursos econômicos, ideológicos para fazê-lo, e a partir disso é possível dar mando político ou justificar a repressão. Além disso, muitos outros movimentos (inclusive os movimentos como Quebracho, considerados como “guerrilheiros” e muito mal vistos pela população) adotaram um formato piquetero de protestar (associado ao corte de rua), levando a uma rápida estigmatização.

Este período coincidiu com a instalação na agenda política de demandas de seguridade cidadã, que, em princípio, estavam vinculadas à proliferação de delitos contra a propriedade e os seqüestros extorsivos.

Não se pode subestimar a importância da permanência do peronismo ainda hoje. Embora tenham sido muitas as críticas ao peronismo de Menem, também é importante ressaltar a capacidade de transformação de um setor do peronismo que soube aproveitar o deslocamento de uma política ancorada no movimento sindical, para os bairros, o que aconteceu no final dos anos 80/início da década de 1990. Essa mudança de foco acabou por beneficiar o Partido Justicialista como um todo, assim como o próprio enfraquecimento do Partido Radical após sua última investida na presidência (o governo de Fernando De la Rúa).

Muitos grupos se expandiram adotando métodos da política tradicional: fazendo da massificação uma medida do êxito de sua experiência organizativa, condicionando seus integrantes a protestar para terem garantido o subsídio e buscando acordos.

Por que razão o movimento piquetero foi tão combatido, uma vez que possuía demandas “minimalistas”? Talvez pelo temor de proliferação de que mais e mais movimentos surgissem, em anos de grande instabilidade política. Lembremos que depois de Menem, que encerrou seu mandato em dezembro de 1989, o único presidente que pôde fazê-lo novamente, cumprindo seu mandato integralmente, foi Néstor Kirchner.

O governo de Duhalde foi especialmente marcado pela desconfiança popular, uma vez que não havia sido eleito e deveria ter ocupado o cargo provisoriamente, e o acabou fazendo por mais tempo que o previsto. Após uma efervescente filiação imediatamente após o fim do regime autoritário em 1983, o descrédito com os inúmeros planos econômicos frustrados e uma crescente pauperização da população argentina, o que se viu foi um enorme crescimento da taxa de votos nulos e brancos, chegando ao impressionante número de 27% em outubro de 2001.

Frente à repressão policial e à judicialização, alguns grupos piqueteros adotaram uma postura ofensiva e outros uma postura defensiva. Os “duros” aumentaram num primeiro

momento o número e a quantidade de dias dos cortes, ainda no governo De la Rúa, enquanto outros grupos (blandos) passaram a realizá-los com bem menos frequência.

Os episódios do dia 26 de junho de 2002 tiveram um forte impacto sobre todas as organizações, provocando importantes fraturas na mais importante dos “duros”, a Cordinadora Aníbal Verón. A repetição da forma de luta e das demandas contribuiu para um “cansaço” em relação ao movimento piquetero.

Também no governo Kirchner, o movimento piquetero sofreu algumas rupturas e mudanças estruturais, a partir de 2003. O governo Kirchner é considerado progressista e absorveu muitas demandas sociais, aliado a uma forte representação midiática que deslegitimava o piqueterismo, produz-se um desgaste que leva (ou induz) a opinião pública a crer na sua desqualificação moral e política.

Com a recuperação econômica do país, a sociedade, que pede “normalidade”, voltava a reafirmar a cultura individualista predominante nos anos 1990. Os excluídos devem se resignar ao lugar que tem, e incluir-se como excluídos. O consenso antipiquetero divulga idéias de os piqueteros são aproveitadores, não querem realmente trabalhar ou são manifestantes profissionais, que os planes são manipulados politicamente. Sua concessão e manutenção pelos diferentes governos fez com esses fossem tomados como “direito adquirido” pelos piqueteros, e sua retirada poderia gerar uma situação de conflito social, apontam os meios de comunicação, que defendem permanente que essa concessão deve ser restringida.

Outra das dificuldades de se lidar com as transformações de um movimento tão variado é que, durante o período estudado, havia uma demarcação clara de quem eram os piqueteros “bons” e os “maus”. O dirigente Luis D’Elia, representante dos bons, chegou a ocupar um cargo no governo, e teve que sair dele pois “exacerbou” sua defesa a ele.

Logo após o início do governo de Cristina Kirchner (dezembro de 2007), aconteceram na Argentina protestos de grande magnitude, protagonizados dessa vez, pelos “ricos”- os grandes proprietários de terra que lutavam contra a implementação por parte do governo de uma sobretaxação aos produtos agrícolas. A forma utilizada por eles para protestar foi a interrupção de estradas em diversos pontos do país.

As convergências com o movimento piquetero terminam por aí, mas os piquetes voltaram a ocupar os jornais e editoriais dos principais jornais do país, entretanto, desta vez, tendo o apoio destes (principalmente do *La Nación*, principal crítico do governo de Cristina Kirchner).

Fontes

Documentos

ARGENTINA. **Proyecto de ley 2265/2001**. Cámara de Diputados. Disponível em <<http://www.diputados.gov.ar/>>. Acesso em: 03 mar. 2008.

ARGENTINA. **Proyecto de ley n. 2239/02**. Cámara de Diputados. Disponível em <<http://www.diputados.gov.ar/>>. Acesso em: 03 mar. 2008.

ARGENTINA. **Proyecto de ley n. 5502/2003**. Cámara de Diputados. Disponível em <<http://www.diputados.gov.ar/>>. Acesso em: 03 mar. 2008.

ARGENTINA. **Constitución de la Nación Argentina**. Congreso de la Nación, 1994. Disponível em <<http://www.senado.gov.ar/web/interes/constitucion/cuerpo1.php>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

ARGENTINA. **Ley de Inteligencia Nacional**. Ley n. 25.520. Disponível em <http://www.mindef.gov.ar/legislacion_inteligenCIanac.html>. Acesso em: 1 mar. 2008.

ALERTA ARGENTINA. **Los derechos humanos en el gobierno de Kirchner (2003-2004)**. Disponível em <<http://www.maristellasvampa.net/archivos/ddhh02.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2008.

ALERTA ARGENTINA. **Los derechos humanos em Argentina (Gobierno Kircner 2005)**. Disponível em <<http://www.maristellasvampa.net/archivos/ddhh03.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2008.

ALERTA ARGENTINA. **Los derechos humanos em Argentina (2005)**. Disponível em <<http://www.maristellasvampa.net/archivos/ddhh01.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2008.

BUENOS AIRES. **Ley nº 1.472**. Código Contravencional de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 25 out. 2004.

CELS y Federación Internacional de Ligas de Derechos Humanos. **Presentación ante el comité contra la tortura, 2004**. Disponível em <http://www.cels.org.ar/common/documentos/informe_comite_tortura_oct04.pdf>. Acesso em 13 mar. 2008.

CELS. **Derechos humanos en Argentina, Informe Anual 2005**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

CELS. **Derechos humanos en Argentina, Informe Anual 2006**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

CELS. **Derechos humanos en Argentina, Informe Anual 2007**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

CELS. **Derechos humanos en Argentina, Informe Anual 2008**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008 a.

CELS. Documento de difusión. **¿Qué se discute en la causa del 20 de diciembre?** Disponible em <http://www.cels.org.ar/common/documentos/causa_20_diciembre.pdf>. Acceso em: 01 mar. 2008.

CORREPI. **Presentación del Archivo de Casos**. Buenos Aires, 2007. Disponible em <<http://correpi.lahaine.org>>. Acceso em: 04 fev. 2008.

CORREPI. **Presentación del Archivo de Casos**. Buenos Aires, 2005. Disponible em <<http://correpi.lahaine.org>>. Acceso em: 05 set. 2006.

CORREPI. **Archivo de Casos 1983 – 2007**. Buenos Aires, 2007. Disponible em <<http://correpi.lahaine.org>>. Acceso em: 04 fev. 2008.

Discurso del Señor Presidente de la Nación, Doctor Néstor Kirchner, ante la Honorable Asamblea Legislativa. Disponible em <www.trabajo.gov.ar/prensa/documentos/discurso_presidente.doc>. Acceso em: 12 fev. 2007.

Periódicos

Clarín (www.clarin.com.ar)

La Nación (www.lanacion.com.ar)

Página 12 (www.pagina12.com.ar)

Infobae (www.infobae.com.ar)

Prensa Obrera (<http://www.po.org.ar/>)

Frente Popular (<http://www.prensadefrente.org/>, Frente Popular Darío Santillán)

Todo o Nada (bimestral, Movimiento Guevarista Teresa Rodríguez)

Referências

AGUILÓ, Ignacio. Grupos piqueteros y representaciones sociales: el rol de los medios y de las audiencias. **Aposta**. Revista de Ciências Sociais nº 12, novembro de 2004.

ANDRINI, Leandro. Argentina: Los progresistas y los piqueteros. 18 de fevereiro de 2004. Disponível em <<http://www.rebellion.org/argentina/040217andrini.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2006.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: **Cadernos Andes**, Brasília, núm 21, p. 8-16, nov. 2005.

ALMEYRA, Guillermo. **La protesta social en la Argentina** (1990- 2004). Buenos Aires: Pena Lillo/Ediciones Continente, 2004.

ALVAREZ, Sonia et alli. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

AMADO SUÁREZ, Adriana. Los medios en las crisis: la prensa argentina después del 2002. In: **Revista Científica de la UCES**, vol. VIII, n. 2, 2004.

ARMONY, Victor; KESSLER, Gabriel. Imágenes de una sociedad en crisis. Cuestión social, pobreza y desempleo. In: NOVARO, Marcos, PALERMO, Vicente (comps.) **La historia reciente: Argentina en democracia**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

ARTESE, Matias. Protesta social en Argentina: las representaciones sociales sobre la represión en un corte de ruta. **Fermentum**. Mérida, Venezuela. Año 16, n. 46 – Maio/agosto. p. 307-326.

AUYERO, Javier. **La protesta**. Retratos de la beligerancia popular en la Argentina democrática. Buenos Aires: Libros del Rojas, 2002.

AUYERO, Javier. **La zona gris**. Violência colectiva y política partidária en la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

BONASSO, Miguel. **El palacio y la calle**. Crónicas de insurgentes y conspiradores. Buenos Aires: Planeta, 2002.

CAFASSI, Emilio. **Olla a presión**. Cacerolazos, piquetes y asambleas, sobre fuego argentino. Buenos Aires: Libros del Rojas, 2002.

CANO, Ignacio. Las Políticas de seguridad y los derechos humanos después del 11 de septiembre. In: CELS. **Informe Derechos Humanos En Argentina**. Buenos Aires. Argentina, 2002.

CAPUTO, Sara. Sobre el concepto de pobreza. **Observatório Social** n. 7, 2004. Disponível em <www.observatoriosocial.com.ar>. Acesso em: 13 set. 2006.

CARVALHO, Soraia de. **Meios de Comunicação alternativos e movimento piqueteiro em Buenos Aires**. Estudo de caso da cobertura dos meios massivos e alternativos em dois episódios de repressão e criminalização do movimento piqueteiro. Monografia Jornalismo, UEL, 2004.

CARDELLI, Mariano. Del discurso de la seguridad nacional al discurso de la seguridad ciudadana. Un análisis de los discursos legitimadores del funcionamiento del campo jurídico penal en la Argentina. In: RODRÍGUEZ, Esteban et al. **La criminalización de la protesta social**. La Plata: La Grieta, 2003. p. 137- 163

CELS. **El estado frente a la protesta social**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

CELS. **Litígio estratégico y derechos humanos**. La lucha por el derecho. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008 b.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philip. **Questões para a história do tempo presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DAS NEVES, Renake Bertholdo David. Ser classe trabalhadora o não ser classe trabalhadora, eis a questão. **Anais do V Colóquio Marx e Engels**. Campinas, 2005.

DI MARCO, Graciela, PALOMINO, Héctor, et al. **Movimientos sociales en la Argentina**. Asambleas: la politización de la sociedad civil. Buenos Aires: Jorge Baudino Editores/Universidad Nacional de San Martín 2003.

DI MARCO, Graciela, PALOMINO, Héctor (comp.) **Reflexiones sobre los movimientos sociales en la Argentina**. Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones, 2004.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Movimentos Sociais: a construção da cidadania.** In: Novos estudos do CEBRAP, nº 10, São Paulo, 1984.

ESCODÉ, Carlos. **Los piqueteros: prebenda y extorsión en los extratos marginales de un “Estado parasitario”.** Série de documentos de trabajo nº 287. Área de Ciencia Política, febrero de 2005. Universidad del CEMA. Disponível em <<http://www.cema.edu.ar/publicaciones/download/documentos/287.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2005.

EVERS, Tilman. Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais. In: **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 4, vol. 2, São Paulo, 1984, p 11-23.

FERNÁNDEZ, Gerardo. Los conflictos en el espacio publico: desafíos para la democracia. In: CELS. **Derechos humanos en Argentina, Informe Anual 2007.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

FERRARA, Francisco. **Mas allá del corte de rutas.** La lucha por una nueva subjetividad. Buenos Aires: La Rosa Blindada, 2003.

FRANCESCHELLI, Ignacio; RONCONI, Lucas. **Una historia poco romántica del movimiento piquetero.** Disponível em <<http://www.aaep.org.ar/espa/anales/resumen04/04/Franceschelli-Ronconi.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2005.

GARGARELLA, Roberto. Carta **abierta sobre la intolerancia.** Apuntes sobre derecho y protesta. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

GODIO, Julio. **Los movimientos piqueteros ante una seria disyuntiva política** (2003). Disponível em <<http://www.diarioc.com.ar/cartasaldirector/id/56810>>. Acesso em: 27 out. 2005.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI.** Antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais.** Paradigmas clássicos e contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUZMÁN CONCHA, César. **Los trabajadores en tiempos del neoliberalismo. Los casos de Argentina y Chile.** Informe final del concurso: Fragmentación social y crisis política e institucional en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas. CLACSO. 2002.

HOBBSAWM, E. J. **Rebeldes primitivos**: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder**. El significado de la revolución hoy. Buenos Aires: Herramienta, 2002.

KLACHKO, Paula. La conflictividad social en la Argentina de los '90: el caso de las localidades petroleras de Cutral-Có y Plaza Huincul (1996-1997). In: LEVY, Bettina (comp.). **Crisis y conflicto en el capitalismo latino-americano**. Lecturas políticas. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

KOHAN, Aníbal. **A las calles!** Uma historia de los movimientos piqueteros y caceroleros de los 90 al 2002. Buenos Aires: Colihue, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**. Ensaíos sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Editora UNESP, 2005.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **RBSC** n. 2, vol. 1, out. 1986. p. 41- 47.

LARANGEIRA, Sônia. Classes e movimentos sociais na América Latina: questões para debate. In: LARANGEIRA, Sônia (org.). **Classes sociais e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1990.

LANATA, Jorge. **Argentinos**. Tomo 2. Siglo XX: desde Yrigoyen hasta la caída de De la Rúa. Buenos Aires: Ediciones B, 2003.

LEHER, Roberto, SETÚBAL, Mariana (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

LENGUITA, Paula. **A ideologia da imprensa argentina sobre o movimento piquetero, entre 1997-2001**. Informe final do concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos em América Latina y Caribe. Programa Regional de Becas. CLACSO, 2003.

MANEIRO, María. **Las protestas sociales y la judicialización de los conflictos. Un intento de exploración de las características que toma doctrina de la seguridad interna em el marco del neoliberalismo armado em la República Argentina**. Informe final del concurso: El papel de las fuerzas armadas en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2004

MARDONES, José María. **10 palabras clave sobre movimientos sociales**. Estella (Navarra): Evd, 1996.

MARTUCCELLI, Danilo, SVAMPA, Maristella. **La plaza vacía**. Las transformaciones del peronismo. Buenos Aires: Losada, 1997.

MASSETTI, Astor. **Piqueteros, protesta social e identidad colectiva**. Buenos Aires: De las Ciencias, 2004.

MASSETTI, Astor. Protesta o luta de clases? La idea de conflictividad social em las teorías de los movimientos sociales. **Laboratorio**. Año 6, num. 15, p. 20-27, 2004.

MASSETTI, Astor. "Piqueteros eran los de antes". Sobre las transformaciones em la Protesta Piquetera. **Laboratorio**. Año 8, nº19, p. 29-36.

MINUJIN, Alberto (org). **Cuesta abajo**. Los nuevos pobres: efectos de la crisis em la sociedad argentina. Buenos Aires: Unicef/Losada, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O FMI e o colapso da Argentina**. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 27 set. 2005.

MTD de Solano e Colectivo Situaciones. **La hipótesis 891**: mas allá de los piquetes. Buenos Aires: De Mano em Mano, 2002.

NADRA, Yamilé. **La criminalización de la protesta social** (I, II, III, IV). Disponível em <<http://www.argenpress.info/nota.asp?num=015639>>. Acesso em 21 jan. 2007.

OVIEDO, Luis. **Una historia del movimiento piquetero**. De las primeras Coordinadoras a las Asambleas Nacionales. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004.

PALOMINO, Héctor. Los sindicatos y los movimientos sociales emergentes del colapso neoliberal em Argentina. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (org). **Sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

PAVARINI, Massimo, PEGORARO, Juan. **El control social em el fin del siglo**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1995.

PEGORARO, Juan S. Las políticas de seguridad y la participación comunitaria en el marco de la violencia social. In: BRICEÑO-LEON, Roberto. (comp.) **Violencia, sociedad y justicia en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 29- 55

PERELMAN, Marcela. **La regulación de los operativos de seguridad en el marco de manifestaciones públicas**. Avances y cuestiones pendientes. CELS, 2007. Disponible em <<http://www.apdh-argentina.org.ar>>. Acceso em: 20 jan. 2008.

PEREYRA, Sebastián. ¿Cual es el legado del movimiento de derechos humanos? El problema de la impunidad y los reclamos de justicia em los noventa. In: SCHUSTER, Federico, NAISHAT, Francisco, NARDACCHIONE, Gabriel, PEREYRA, Sebastián (comp.) **Tomar la palabra**. Apuntes sobre protesta social y acción colectiva em la Argentina contemporánea. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

PINEDO, Jerónimo. Cinco notas sobre el conflicto, la protesta popular y la criminalización de los movimientos de trabajadores desocupados. In: RODRÍGUEZ, Esteban et al. **La criminalización de la protesta social**. La Plata: La grieta, 2003. p. 329- 334.

PRATESI, Ana R. **Identidades de la pobreza**. Honestos, chorros y piqueteros em el Gran Resistencia. Universidad Nacional del Nordeste. Comunicaciones Científicas y Tecnológicas 2003. Disponible em <<http://www.unne.edu.ar/cyt/2003/comunicaciones/01-Sociales/S-007.pdf>>. Acceso em: 27 out. 2005.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880- 2003)**. Buenos Aires: Ariel, 2006.

ROMERO, Fernando. Las rebeliones populares em Argentina (1993-2000). Democracia, cultura política y Estado. **Latinoamerica** nº 34, p. 33-59

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 1916- 1999. 2 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina S.A., 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimientos sociais**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SCHNEIDER MANSILLA, Iván, CONTI, Rodrigo Adrián. **Piqueteros**. Una mirada histórica. Buenos Aires: Astralib, 2003.

SCHUSTER, Federico. Turbulencia XXI. **Encrucijadas**, Buenos Aires, setembro de 2001. p. 92- 98.

SCHUSTER, Federico, PÉREZ, Germán, PEREYRA, Sebastián et al. **Transformaciones de la protesta social en Argentina 1989-2003**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2006.

SCRIBANO, Adrián; SCHUSTER, Federico. **¡Cuidado, protestante a la vista!** Encrucijadas, Buenos Aires, setembro de 2004. p. 6-10.

SCRIBANO, Adrián; SCHUSTER, Federico. **Protesta social en la Argentina de 2001. Entre la normalidad y la ruptura**. Revista do OSAL. Ano 2, n.5, set. 2001.

SEBRELI, Juan José. **Crítica de las ideas políticas argentinas**. 5 ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

SEOANE, Jose. Argentina: la configuración de las disputas sociales ante la crisis. Revista do OSAL. Ano 3, n.7, jun. 2002.

SEOANE, Jose. **Movimientos sociales y conflicto em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

SVAMPA, Maristella, PEREYRA, Sebastián. **Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras**. 2ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

SVAMPA, Maristella, PANDOLFI, Carlos. **Las vías de criminalización de la protesta en Argentina**. Revista OSAL ano V nº 14 maio-agosto 2004.

SVAMPA, Maristella. Organizaciones de trabajadores desocupados. El modelo General Mosconi. Un estudio de caso. In: BOMBAL, Inés González (comp.). **Nuevos movimientos sociales y ONGs en la Argentina de la crisis**. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 2003.

SVAMPA, Maristella. **La sociedad excluyente: la Argentina bajo el signo del neoliberalismo**. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2005.

STEINBERG, Lorena. El fenómeno de los piqueteros en la prensa gráfica. Comunicação apresentada na III Jornada de Jóvenes Investigadores. Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Ciências Sociais. Buenos Aires, 29 e 30 de setembro de 2005.

TADDEI, Emilio. **Crisis económica, protesta social y "neoliberalismo armado en América Latina**. Revista do OSAL, junho de 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**. Política e Sociedade na América Latina. Campinas: EdUNICAMP, 1989.

ZIBECHI, Raul. **Genealogia de la revuelta**. Argentina, sociedad en movimiento. La Plata: Letra Libre, 2003.

XIMENES, Graziela. 'Hoy vienen los piqueteros': os novos significados dos protestos em Buenos Aires. **Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-36, 30 mar. 2008. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 mar. 2008.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WOOD, Ellen. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. In: LEHER, Roberto, SETÚBAL, Mariana (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

Anexos

Anexo A- Mapa da República Argentina



Fonte: Gobierno Electrónico em Argentina. www.argentina.gob.ar